

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

----- **Mandato 2013-2017** -----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM DEZOITO DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSETE** -----

----- **ATA NÚMERO CENTO E QUARENTA E NOVE** -----

----- Aos dezoito dias do mês de julho de dois mil e dezassete, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, nº 14, em Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo e pela Excelentíssima Senhora Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Paula da Silva Viseu, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias Figueiredo, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José Luis Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luis Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nuno Ferreira Pintão, Patricia de Oliveira Caetano Barata, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rosa Maria Carvalho da Silva, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco Miguel Ferreira dos Santos, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, Nuno Ricardo Dinis de

Abreu, Patricia Meireles Sampaio Lourenço, Jorge Manuel Jacinto Marques, Mário Joaquim Gomes Branco, Igor Boal Roçadas, Pedro Paulo Machado Alves Mendes, Maria Helena de Sousa Figueiredo, Tiago Maria Sousa Alvim Ivo Cruz, Duarte Albuquerque Carreira, Maria João Bernardino Correia, Gabriel Baptista Fernandes, Luis Graça Gonçalves, Nelson Pinto Antunes, Luis Lucas Lopes e Paulo Moreira.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Fábio Martins de Sousa e João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- André Moz Caldas (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alvalade, por um dia, tendo sido substituído pela substituta legal Deputada Municipal Mário Joaquim Gomes Branco.-----

----- Hugo Alberto Cordeiro Lobo (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ajuda, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Jorge Manuel Jacinto Marques.-----

----- Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Olivais, por um dia, tendo sido substituída pelo substituto legal Deputado Municipal Duarte Albuquerque Carreira.-----

----- Artur Miguel Claro Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Maria João Bernardino Correia.-----

----- Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Ourique, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Patricia Meireles Sampaio Lourenço.-----

----- Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Paulo Moreira.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luis Graça Gonçalves.-----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nuno Ricardo Dinis de Abreu.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Helena Figueiredo.-----

----- Isabel Pires (BE), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Tiago Ivo Cruz.-----

----- João Diogo Santos Moura (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Gabriel Baptista Fernandes.-----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Pedro Paulo Mendes. -----

----- Ana Regedor (IND), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Igor Roçadas. -----

----- José Manuel Rodrigues Moreno (PNPN), Presidente da Junta de Freguesia de Parque das Nações, no período de 18 de julho a 21 de julho, sendo substituído pelo Deputado Municipal Luis Lucas Lopes. -----

----- Solicitou a suspensão do mandato, a Deputada Municipal Sandra da Graça Lourenço Paulo (PS), sendo o mandato assumido pela Deputada Municipal Ana Paula Viseu, durante o período de 90 dias, de 16 de julho de 2017 a 13 de outubro, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do art.º 7.º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro e pelos Senhores Vereadores: João Paulo Saraiva, Catarina Albergaria, Carlos Castro, José Sá Fernandes, Paula Marques, Manuel Salgado e Rui Franco. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, João Gonçalves Pereira, António Prôa e Alexandra Duarte. -----

----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Pergunto aos serviços se já temos quórum? -----

----- Então, queria pedir à Senhora Segunda-Secretária se vinha aqui dar-nos o prazer da sua companhia. -----

----- E começamos a Sessão, estas Sessões de final de mandato só sempre Sessões muito preenchidas, portanto, pedia um esforço a todos. -----

----- Pedia aos Senhores Deputados que ocupassem os vossos lugares. Pedia aos Senhores Assessores que saíssem dos corredores para podermos começar em devida ordem e a nossa Reunião. -----

----- E cumprimento todos os presentes, incluindo o público e os jornalistas e dirigentes Municipais presentes na reunião. -----

----- Senhoras Deputadas e Senhores Deputados temos quatro pessoas inscritas para falar no Período do Público, vamos desde já dar a palavra à Senhora Dona Cristina Araújo. -----

----- Há duas pessoas inscritas para o mesmo assunto e vamos ouvi-los, é a Senhora Dona Cristina Araújo e o Senhor Luís Duarte. -----

----- Senhora Dona Cristina Araújo, muito bem, pedia o vosso silêncio para podermos ouvir com toda a atenção a Senhora Dona Cristina Araújo, que nos vem falar sobre a necessidade de colocar parquímetros em zonas habitacionais de Bairros Municipais. Se faz favor.” -----

----- **A Muniçipe Senhora Cristina Araújo**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e entregou documentação à Mesa (**Anexo I**):-----

----- *“Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público e restantes presentes.*-----

----- *Sou moradora da Rua João Pinto Ribeiro, nº. 109, Prédio das Cooperativas há mais de 20 anos, estamos aqui hoje para mostrar o nosso desagrado com a forma como a Junta de Freguesia do Parque das Nações tratou os moradores da zona poente da Freguesia, no que respeita à ambicionada entrada da EMEL na referida zona por parte da Junta.*-----

----- *Para mais facilmente entenderem, faço uma pequena caracterização dos Bairros, esta caracterização da zona cá de cima, que poucos do atual Executivo e mesmo dos Eleitos da Junta de Freguesia parecem conhecer, são três Bairros Sociais, ou Municipais, juntos: o Casal dos Machados, as Laranjeiras e Oriente. O Casal dos Machados engloba os restantes e é considerado o segundo maior Bairro Social de Lisboa.*-----

----- *Somos conhecidos pelos “externos ao Bairro” pela falta de segurança, devido à zona que é, onde existe intervenção policial com regularidade e muitos atos de vandalismo, roubo e violência. Rendimentos muito baixos relativamente à maioria da Freguesia, muitos moradores que trabalham e que quando chegam a casa gostavam de encontrar uma zona calma e sossegada, por vezes não conseguem. Falta apoio em várias áreas com a reparação e recuperação das habitações, a GEBALIS não funciona: espaços verdes inexistentes e secos, falta limpeza das ruas e caixotes do lixo não são lavados há muito tempo, falta desbaratização e desratização.*-----

----- *Para além destes Bairros existem os moradores da Rua João Pinto Ribeiro, casas de construção de custos controlados e que foram adquiridas sem garagens ou estacionamento privativo atribuído.*-----

----- *Posteriormente, para a legalização das mesmas foi construído pela Câmara Municipal de Lisboa o parque envolvente.*-----

----- *A Rua Conselheiro Lopo Vaz, junto à Gare do Oriente, habitações de valor superior, devido à sua localização, com garagens e rua de estacionamento privativo, que não é respeitado por falta de fiscalização.*-----

----- *Zona no final da rua, com parque clandestino de apoio à Gare do Oriente. Ainda na Rua Conselheiro Lopo Vaz, parque de estacionamento clandestino de apoio à Gare do Oriente fechado.*-----

----- *Algumas habitações bastante velhas e degradadas, os passeios são quase inexistentes e em muitas áreas apenas terra batida onde os automobilistas também estacionam nas bordas, passeios em terra, obrigando os peões a circularem pela estrada.*-----

----- *A estrada de Moscavide, que parece ter parado no tempo, com zonas às portas dos prédios, com reparações dos passeios a arrastarem-se, afiguram-se nunca mais terem fim.*-----

----- *Depois de fazer um pouco da caracterização destas zonas, vista pelos meus olhos, não quer dizer que não haja coisas positivas, as crianças a brincar na rua a*

jogar à bola, nos parques infantis recuperados, as pessoas mais idosas nos bancos a conversarem, os moradores a passearem os seus cães e a interagir uns com os outros e os jovens em grandes grupos a conversarem, sem perseguições policiais, nem tiros. Tudo isto, para mim, é importante, mas como dizia, depois de fazer uma pequena caracterização, gostaria de abordar o tema que me trouxe aqui hoje. -----

----- *A EMEL, os princípios da EMEL seriam fazer a rotatividade de lugares nas zonas da Cidade de Lisboa ...* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Senhora Dona Cristina, o problema é que o tema que a trouxe aqui hoje, agora já não tem tempo para o abordar, eu vou-lhe pedir que então sintetize. Se quiser depois pode-nos deixar a sua intervenção por escrito, completamente porque tínhamos só 3 minutos.”* -----

----- **A Múncipe Senhora Cristina Araújo**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- *“ Já passaram 3 minutos?”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“ Já passaram os 3 minutos, isto passa a correr. Nem parece.”* -----

----- **A Múncipe Senhora Cristina Araújo**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- *“Era só mais um minuto, posso pedir?”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Em princípio não pode, portanto, eu estou-lhe a pedir para sintetizar, faça como puder, está bem?”* -----

----- **A Múncipe Senhora Cristina Araújo**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- *“Pronto, peço imensa desculpa, mas, afinal, fica para a próxima.”* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- *“Pode dizer alguma coisa de muito relevante, as conclusões que tinha, por exemplo, para não ficar assim.* -----

----- **A Múncipe Senhora Cristina Araújo**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- *“Sim, sim, eu queria apenas dizer que a EMEL, ou melhor, a Junta de Freguesia do Parque das Nações pretende instalar parquímetros nas zonas dos Bairros Sociais. Dos 67 Bairros Sociais que eu conheço na Cidade de Lisboa estes serão os primeiros parquímetros a serem instalados em Bairros Sociais, onde as famílias têm rendimentos baixos, que já para custear todas as despesas inerentes a terem um carro, já é grave, quanto mais a instalação de parquímetros nesta zona!* -----

----- *Queria também dizer que em relação à EMEL e à entrada da EMEL, vai retirar lugares de estacionamento dos residentes, porque as pessoas, mesmo pagando, vão*

estacionar e as pessoas residentes com dísticos, porque dísticos vão ser mais do que lugares de estacionamento, que não são assim tantos, vão obrigar os moradores a estacionar em sítios indevidos e isso vai fazer com que a paguem também a multa para além de pagarem o dístico. -----

----- Acho que é uma situação muito grave é uma situação que a Junta de Freguesia arrasta desde 2014 e pretendia instalar isto em Bairros Sociais desde 2014, sem sequer ter ouvido as pessoas, os moradores ou as administrações de condomínio. ----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:* -----

----- “Eu penso que percebemos o seu ponto, pode deixar a intervenção que tinha escrito na íntegra, porque ela será publicada na Ata e como temos mais uma pessoa, morador, que vem pôr o mesmo problema provavelmente poderá completar aquilo que já nos disse e ficaremos mais cientes da problemática toda e, portanto, muito obrigada pela sua compreensão. -----

----- Ia passar agora a palavra ao Senhor Luís Duarte, que é o mesmo assunto.” -----

*----- **O Município Senhor Luís Duarte**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção e entregou documentação à Mesa (**Anexo II**):*-----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Público e restantes presentes.-----

----- Sou morador da Rua Padre Joaquim Alves Correia há mais de 22 anos, estamos aqui hoje para mostrar o nosso desagrado com a forma como a Junta de Freguesia do Parque das Nações tem tratado os moradores da zona ocidental da nossa Freguesia.-----

----- A Junta de Freguesia do Parque das Nações teve uma postura vergonhosa desde o início de todo este processo, senão vejamos: não deu cumprimento ao número 5 do artigo 65º da nossa amada Constituição da República Portuguesa, Habitação e Urbanismos, “é garantida a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico e de quaisquer outros instrumentos de planeamento físico do território”. Nada disto foi feito! Nem quis saber a opinião de nenhum dos interessados neste assunto, os moradores, as administrações de condomínio, as associações de moradores, etc., etc., não deu resposta aos fregueses que têm reclamado sobre este assunto pessoalmente ou por email.-----

----- Até parece, digo eu, parece, ter uma ação premeditadamente artilosa, pois as informações que deu na Assembleia de Freguesia do passado dia 28 de junho, foram contraditórias, ou seja, o representante do Executivo, Doutor Lucas Lopes, diz que nada está decidido, mas logo de seguida, um membro eleito, o Doutor José Baltazar, acaba por ler um documento da própria Junta de Freguesia onde refere a colocação dos parquímetros em setembro. E o ‘Público’ acaba por confirmar, com informação da própria Junta, dada por telefone, que os parquímetros seriam colocados entre fins de agosto e princípios de setembro. Quiçá por ser fim de férias, para que as pessoas sejam apanhadas desprevenidas, falta de debate e informações sobre este assunto. ----

----- Por informação da própria Junta de Freguesia de um email datado de dia 17 de julho, aonde se diz que, o primeiro documento que a Junta de Freguesia entregou à

Câmara Municipal data de 2014. Permitam-me um comentário: bolas! passou 3 anos e em 3 anos não tiveram tempo de nos ouvir?-----

----- Há discriminação entre os fregueses lá de cima, como foi dito na tal Assembleia e os cá de baixo, portanto, há de facto, aqui um bocadinho a segregação! -----

----- A EMEL pretende fazer a rotatividade de lugares nas ruas da cidade de Lisboa, principalmente nas principais artérias da cidade, ou seja, na zona central, onde existe muito comércio e trânsito e para todos os visitantes terem direito a estacionar. A proposta é louvável, mas na nossa zona não há comércio, não há serviços ou é muito diminuto, a periferia e as zonas da grande concentração de residências não necessitam de estacionamento de duração limitada, pois essa rotatividade faz-se naturalmente e sem grandes confusões, sendo esta zona maioritariamente de Bairros Sociais ainda menos se justifica a entrada da EMEL, que eu saiba, como disse a anterior proponente, não há mais nenhum Bairro Social que tenha estes mesmos parquímetros.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----*

-----“ Está a chegar também a seu tempo ao fim, portanto, pedia-lhe para sintetizar.”---

*----- **O Município Senhor Luís Duarte**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----*

----- “Então gostaria só de dizer que, de facto, a atribuição dos dísticos e a atribuição dos lugares residentes é uma falácia, porque pelos próprios Relatórios de Contas da EMEL de 2015, foi o último ano que isso foi publicitado, existe em Lisboa 12240 dísticos a mais do que aqueles que são os próprios lugares.-----

----- Portanto, é isso só apenas que eu digo e apenas aquilo que eu digo é que eu, numa noite, no dia 22 de junho, distribuí 280 folhetos, só na minha rua, e só nos carros que estavam fora daquilo que seria o legal, portanto, o que é que acontecerá essas 280 pessoas? Principalmente quando a EMEL puder também multar à noite, como está devidamente previsto num documento que vai ser discutido a seguir. -----

----- Não tenho nada mais a dizer, só tenho que agradecer.”-----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

-----“ Muito obrigada e tomámos devida nota, não sei se quer deixar algum documento.” -----

*----- **O Município Senhor Luís Duarte**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----*

----- “ Eu enviarei por email a seguir, não trouxe. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

*----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----*

-----“ Muito obrigada nós. Vamos dar a palavra ao Senhor Fernando Colaço Joaquim que nos vem falar de irregularidades no prédio de habitação na Rua Ator Vale, em que as paredes estruturais terão sido derrubadas no interior de várias frações do prédio.-----

----- Faz o favor então Senhor Fernando Joaquim. Boa tarde em primeiro lugar.” -----

----- **O Múncipe Senhor Fernando Colaço Joaquim**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ *Boa tarde meus Senhores e minhas Senhoras, Senhora Presidente e aos presentes.*-----

----- *A razão que me traz aqui é que eu moro na Rua Ator Vale, 35, 3º esquerdo. Em maio, no dia 6 de maio, faço uma exposição e requerimento à Câmara. Não me dão qualquer resposta...*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“ Senhores Deputados, eu pedia algum silêncio, há Senhores Deputados de pé, pedia algum silêncio para ouvirmos com dignidade o cidadão que está a falar.-----

----- Faz favor, pode continuar.”-----

----- **O Múncipe Senhor Fernando Colaço Joaquim**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção:-----

----- “ *No fim desse mesmo mês, portanto, no final do mês, escrevo ao Arquiteto Nuno Maurício, a perguntar por que razão não tinha obtido qualquer resposta.*-----

----- *Depois falo com ele e disse-lhe ‘Olhe que o Senhor tem responsabilidades sobre o assunto. Portanto, o Senhor tome as diligências necessárias para que alguém vá lá e faça a vistoria.’*-----

----- *Passado poucos dias aparece-me lá o Engenheiro Roldão, com um colega, e viram realmente que as minhas instalações estão de primitivas e que no 2º andar esquerdo e 4º esquerdo, tendo destruído paredes, ora acontece o seguinte: o prédio onde eu moro foi construído com paredes estruturais, com tijolo maciço que servia de vigas e de prumos.*-----

----- *Quer dizer, agora com aquele derrube daquelas paredes a laje de cimento não tem apoio e eu estou sujeito a ir por ali abaixo, destruindo-me os meus bens pessoais, e não só, em termos físicos ficar com problemas! Os próprios vizinhos também e, sinceramente, eu não quero que aconteça, como cidadão e como múnicepe, o que aconteceu em Itália! Nós em vez de andarmos para a frente andamos para trás? Ou quê? Então mas isto é que é o progresso? Eu fui um indivíduo que lutei pela democracia! Defendi indefesos, tinham razão, dei-lhes razão! Rescindi o meu contrato com o Estado, porque vi coisas desumanas e não posso admitir que venha a acontecer problemas tremendíssimos neste País por negligência de certos indivíduos irresponsáveis!*-----

----- *Portanto, o que eu quero é que se resolva o problema das paredes, para evitar problemas não só materiais, não contam para mim, os materiais até nem contam muito para mim, os que contam são os físicos, a dor!... E pronto, só quero dizer com isto que se tomem as providências necessárias para se resolver este problema!”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

-----“ Senhor Fernando Joaquim, terminou o seu tempo mas acho que ficámos todos bem cientes do problema que aqui nos traz e da urgência que esse problema merece,

na medida em que pode haver de facto riscos, pode haver riscos estruturais, conforme aqui relatou e, portanto, irei officiar...” -----

----- **O Múncipe Senhor Fernando Colaco Joaquim**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “ *Sim sim, muitos riscos estruturais! Senhora Arquiteta, eu tenho a dizer-lhe que as vigas de cimento ficaram suspensas.* ” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Senhor Fernando, nós percebemos agora eu vou officiar à Câmara para me enviar com urgência a vistoria que já fez e o que é que se passa com a situação estrutural do seu prédio, porque realmente havendo riscos têm que se tomar medidas. Muito obrigada pelo seu alerta.”-----

----- **O Múncipe Senhor Fernando Colaco Joaquim**, no uso da palavra prosseguiu a sua intervenção: -----

----- “*Já agora eu vou-lhe apresentar a cópia do processo.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Agradeço, temos aqui a referência no processo, ajuda-nos, será mais rápida a resposta. Muito obrigada Senhor Fernando. Muito obrigada. -----

----- Agora queríamos ouvir o Senhor Jorge Manuel Loução de Oliveira, que é a última pessoa inscrita e que nos vem falar sobre um problema de *grafitis*.”-----

----- **O Múncipe Senhor Jorge Manuel Loução de Oliveira**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “*Boa tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, caros cidadãos.* -----

----- *Moro em Lisboa desde que nasci, primeiro em Benfca, depois na Graça e agora no Areeiro. Vivia em Benfca no dia em que o centro Comercial Colombo abriu as portas no final dos anos 90. Do local onde vivia podia ver da minha janela magotes de jovens que saíam do comboio em Benfca e percorriam a minha rua a pé até ao Colombo. Passadas umas semanas, as paredes das ruas entre a estação e o Colombo ficaram cobertas de assinaturas, tags, rabiscos e pichagens, foi a primeira vez que senti o fenómeno dos rabiscos a atingir-me diretamente.* -----

----- *Agora moro no Areeiro e tenho observado uma degradação crescente no ambiente da estação de comboios Roma/Areeiro e em todas as ruas circundantes, isto porque a quantidade de grafitis e tags nas paredes aumentou de forma impressionante.*-----

----- *Piorou muito nos últimos 4 a 5 anos em toda a Cidade. Há tags, desenhos de cães, assinaturas, rabiscos em fachadas de edifícios privados e públicos, em portas e portões, em gradeamentos comerciais, em monumentos, em obras de arte expostas na via pública, em equipamentos públicos, em estações de comboio e de metro, em arruamentos de toda a espécie, sejam habitacionais, sejam comerciais, seja sobre pedra natural, tinta, vidraças, metal, nada é respeitado!*-----

----- Entendo que o problema não será fácil de resolver. No entanto, há cidades europeias que conseguiram reduzir fortemente este fenómeno, penso que a cidade de Londres é uma delas, pois no centro da cidade é raro avistarem-se as ditas pinturas, como o fizeram? É coisa que, com certeza se poderá saber por exemplo com um protocolo de colaboração intermunicipal. -----

----- É que eu, como cidadão de Lisboa, não vejo que esteja a ser aplicada qualquer política para a redução deste fenómeno. -----

----- Também não vejo as limpezas serem feitas com a rapidez necessária, pois todos sabemos que graffitis atraem graffitis. Senhor Presidente, que hoje não está cá, venho aqui solicitar que seja feita uma campanha de limpeza na Freguesia do Areeiro, onde eu moro e gostaria de saber quais as políticas da Câmara para conter este fenómeno.-

----- Grato pela vossa atenção. Eu gostaria só de fixar aqui um slide, que é um slide que diz muito sobre a preocupação das populações. -----

----- Este é um slide, na semana passada apareceram uma série de autocolantes destes na estação, vê-se que é uma pessoa simples que fez aquilo que entendeu. Esta era a mensagem que queria deixar aqui para passar. Obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigada nós pelo seu alerta e por esta mensagem que deixou. Dizer-lhe que a Câmara tem efetivamente um Programa de Remoção de *Graffitis* em várias zonas da cidade e que investe até bastante dinheiro nisso, mas provavelmente não será suficiente ou não cobre a vossa zona, portanto, iremos fazer chegar à Câmara, embora o Senhor Presidente não esteja neste momento, estão vários Vereadores presentes, iremos fazer chegar à Câmara esta sua pretensão. -----

----- Senhores Deputados, terminámos a Intervenção do Público e antes de entrarmos no período da Ordem do Dia, várias comunicações que tenho a fazer. -----

----- A 1ª é que a Senhora Dona Sandra Graça Lourenço Paulo, membro da Assembleia Municipal que foi eleita diretamente, solicitou novamente a suspensão do mandato por mais um período de 90 dias a contar do dia 14 de Junho por afastamento temporário da área do Município e, portanto, a vaga preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista que, no presente caso é cidadã, Ana Paula Viseu já foi verificada a conformidade, a legitimidade e a identidade, para todos os efeitos e, portanto, já foi assinado os termos de posse e nesta Sessão assim ficamos com mais uma Deputada que nos vem a fez substituir a colega que se foi embora. -----

----- A 2ª informação que tenho a dar é relevante para todos e dizer-vos o seguinte: chegou ao meu conhecimento ontem, não ontem não, minto, na sexta-feira dia 14, o relatório da Comissão de Inquérito e averiguações nomeada pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a empreitada de requalificação da 2ª Circular. Este relatório foi distribuído por todos os membros, por todos os representantes, por todos os membros da 3ª, 5ª e 8ª Comissões Permanentes que têm feito acompanhamento desta obra e também foi deliberado pela Câmara remetê-lo ao Ministério Público para os efeitos que forem considerados convenientes. Portanto, esta decisão da Câmara é da semana passada, no entanto, só hoje é que vos posso transmitir porque só agora é que tive

ocasião de estar com todos. Em todo o caso já tomámos providências para que os membros das Comissões que já referi tivessem conhecimento e se entenderem fazer alguma coisa, depois, dir-me-ão. -----

----- O 3^a assunto que tenho para vos comunicar é também da maior relevância, foi à Conferência de Representantes nesta semana, na segunda-feira, e é o seguinte: eu recebi no meu Gabinete, já tendo entrado na Assembleia há alguns dias, um ofício da Senhora Presidente da Administração Regional de Saúde e Vale do Tejo relativamente à rede de equipamentos de cuidados secundários hospitalares, ou seja, a rede hospitalar de Lisboa, com uma série de informações sobre os hospitais existentes sobre o novo hospital Oriental e sobre o destino que o Ministério, ou pelo menos a Senhora Presidente da ARS, aqui informa que será um dos vários hospitais existentes, nomeadamente, na zona central de Lisboa, incluindo a Colina de Santana. Naturalmente que esta informação tinha sido por mim solicitada ao Senhor Ministro da Saúde, a resposta não vem do Ministro da Saúde, vem de uma funcionária do Ministério, lamento que é uma carta da Assembleia Municipal por mim dirigida em nome da Assembleia Municipal, seja respondida por uma funcionária, seja como for as questões aqui se suscitadas são questões que são tomadas de posição bastante diferentes daquelas que, ao longo deste mandato, esta Assembleia Municipal tomou em matéria de rede hospitalar da cidade de Lisboa. Eu recordo que nós tomámos aqui deliberações importantes, quer sobre o futuro dos hospitais da colina de Santana, quer sobre uma série de outros equipamentos hospitalares, há uma série de deliberações desta Assembleia sobre o futuro da Maternidade Alfredo da Costa, o futuro do Hospital da Estefânia, o futuro de vários equipamentos hospitalares importantes na cidade Lisboa, esta informação é, para nós, uma informação insuficiente e infundamentada e nem sequer corresponde às posições que esta Assembleia reiteradamente tomou e fez chegar ao Governo, pelo que irei responder ao Senhor Ministro para lhe dizer isto mesmo que vos estou a dizer a todos, irei responder ao Senhor ministro sinalizando.... -----

----- Senhor Deputado, neste momento, não estamos a fazer discussão, estou a dar uma informação à Assembleia. -----

----- Irei responder ao Senhor Ministro neste sentido, irei agendar para a próxima semana um debate de atualidade sobre esta matéria, que foi solicitado pelo Partido Ecologista Os Verdes, e será o 1^o Ponto da Ordem de Trabalhos, por essa razão e, naturalmente, os Senhores Deputados, nessa altura, poderão intervir, até lá receberão a cópia da carta que irei mandar o Senhor Ministro. Uma coisa é certa, neste mandato já não teremos formalmente tempo de aprofundar a discussão desta matéria, mas na carta ao Senhor Ministro faço intenções de indicar que, naturalmente, esta é uma matéria em que a cidade de Lisboa está altamente empenhada, que a Assembleia Municipal tem posições reiteradas que são discordantes destas que agora recebemos e que, certamente, este assunto irá atravessar a campanha eleitoral e o próximo mandato, como não pode deixar de ser, em nome dos interesses da cidade de Lisboa, seja quem for que aqui estiver na próxima Assembleia Municipal, certamente cuidará deste

legado de deliberações, já de vários mandatos, mas, em particular deste, do órgão representativo da cidade de Lisboa. -----

----- Queria-vos dar conhecimento disto e da nossa, enfim, e da nossa discordância em relação à forma e ao conteúdo daquilo que nos chegou. -----

----- Senhores Deputados, posto isto, o Senhor Deputado Vítor Gonçalves tinha pedido a palavra sobre esta matéria, julgo que não há intervenção, estou apenas, não o consigo ouvir, há um telefone na bancada? Não sei o que é que o Senhor Deputado quer.-----

----- O Senhor Deputado está-me a dar uma informação, podia ter pedido uma interpelação à Mesa para dar essa informação, não era sobre esta questão que eu estava a dizer dos hospitais, era sobre a questão anterior do relatório, quando eu disse que a Câmara deliberou enviar este relatório para o Ministério Público, o Senhor Deputado estava a lembrar que o PSD já o tinha feito há meses atrás quando a questão foi inicialmente suscitada, portanto, o Ministério Público já lá tem, naturalmente, esta matéria por uma via e terá agora novamente pela via formal de uma deliberação da Câmara, nem sequer é só do Senhor Presidente, o relatório propriamente dito só foi agora, enfim, a informação ao Ministério Público ou a participação ao Ministério Público já terá ido antes, terá ido em outubro, muito bem. Senhores Deputados, é do conhecimento público, aliás, isso está noticiado e, portanto, já sabíamos isso, mas fica aqui registado em Ata. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1- APRECIACÃO DA ATA 146, DE 27.6.2017 -----

----- Senhores Deputados, vamos agora entrar na matéria da Ordem do Dia, portanto, temos em 1º lugar a Ata 146 de 27 de Junho, vou pôr à vossa consideração.-----

----- Vou pôr à votação **Ata 146 de dia 27 de junho de 2017**. Não há votos contra nem abstenções. Está aprovada por **unanimidade**, não tendo participado na votação os Senhores Deputados que estiveram ausentes na Reunião.” -----

----- De forma a dar cumprimento ao disposto no DL. n.º 4/2015, de 07 de Janeiro, que aprova o novo Código de Procedimento Administrativo, mais precisamente no n.º 3 do seu artigo 34.º, não participaram na votação da Ata 146, os Senhores Deputados Municipais que abaixo se referenciam, em virtude de não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita. -----

----- Ata n.º 146, Terceira Sessão Ordinária – Segunda Reunião, realizada em vinte e sete de junho de dois mil e dezassete, não estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados Municipais: Augusto Miguel Gama (PS), Hugo Xambre (PS), Maria Simonetta Luz Afonso (PS), Patricia Lourenço (PS), Mário Joaquim Branco (PS), Duarte Carreira (PS), Maria João Bernardino (PS), Sérgio Azevedo (PSD), Deolinda Machado (PCP), Nuno Abreu (PCP), Maria Helena Figueiredo (BE), Tiago Ivo Cruz (BE), Maria Luisa Aldim (CDS-PP), José Sobreda Antunes (PEV) e Pedro Paulo Mendes (IND) -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra continuou: -
----- “Quero lembrar e informar os Senhores Deputados que a reunião do dia 4 de Julho cuja Ata em Minuta tinha sido suspensa por ter havido uma dúvida sobre a

conformidade da convocação dos membros da Assembleia Municipal, essa dúvida foi esclarecida pelo Departamento Jurídico, o assunto esteve ontem em Conferência De Representantes, o Departamento Jurídico é da opinião que não há qualquer ilegalidade nem há qualquer irregularidade e que, portanto, não há nada a corrigir pelo que a Ata em Minuta já foi libertada e as respetivas deliberações serão agora alvo da Ata integral conforme foram votadas. -----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PETIÇÃO 3/2017 - AUMENTO DA VALIDADE DO DÍSTICO DA EMEL PARA ESTACIONAMENTO DE RESIDENTES, AO ABRIGO DO ARTIGO 85º DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA-BASE: 51M, A QUE ACRESCEM 10M PARA OS PRIMEIROS SUBSCRITORES; RELATÓRIO E PARECER DA 8ª COMISSÃO PERMANENTE; RECOMENDAÇÃO 1/149 (8ª CP).**-----

----- (A Petição nº 3/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo III e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer da 8º Comissão Permanente relativo à Petição nº 3/2017 fica anexado à presente Ata, como Anexo IV e dela faz parte integrante). -----

----- (A Recomendação nº 1/149 da 8º Comissão Permanente relativa à Petição nº 3/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo V e dela faz parte integrante). -----

----- Vamos passar então a apreciação do da Petição 3/2017, o aumento da validade do dístico da EMEL para estacionamento dos residentes. -----

----- Informo que o 1º subscritor, o Senhor Rui Martins nos comunicou que não podia estar presente, embora para a semana esteja cá numa Sessão Extraordinária que vai ser realizada no dia 27, só para apreciação de Petições, em todo o caso, como nos deu esta informação já bastante em cima da hora, eu entendi não alterar este agendamento, o Senhora Rui Martins estará cá por outra Petição, mas sendo assim, vamos apreciar esta Petição nos termos em que ela nos foi apresentada, os peticionários, em qualquer caso, foram ouvidos pela Comissão e constam do Parecer e, portanto, sendo assim passaria diretamente ao relatório do Parecer da 8ª Comissão, o Senhor Deputado João Valente Pires.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Valente Pires (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- A EMEL tem, neste momento, a funcionar mecanismos de comunicação com os residentes de molde a que a renovação anual do dístico de residente seja quase automática, notificando o residente de que deve renová-lo enviando uma comunicação com a possibilidade de pagamento eletrónico do valor do emolumento e da tarifa correspondente, o primeiro dístico é gratuito, e remetendo, após pagamento, o novo dístico para a morada de residência via correio.-----

----- Relativamente ao prazo de vigência dos dísticos de residente, parece ser opinião consensual da 8ª Comissão, face às várias diligências efetuadas sobre a matéria, que o mesmo se revela adequado face à dinâmica do mercado imobiliário da cidade de Lisboa. Bem como à necessária exigência de controlo e fiscalização das respetivas condições de atribuição. O prazo de um ano garante de forma aceitável que não se

perpetue o direito de estacionar num local da cidade que deixou de ser o da residência possibilitando assim que outros possam usufruir do mesmo direito. No que respeita à possibilidade de emissão de dísticos de residentes provisório superiores a 30 dias inferiores a 12 meses, tendo em consideração que os dísticos de residentes são válidos por um período máximo de um ano, sem, no entanto, estar estabelecido qualquer limite mínimo, está previsto no regulamento a possibilidade de o mesmo ser requerido por residentes não permanentes na cidade, tais como estudantes e trabalhadores temporários, artigos C do número um do artigo 39º, sem prejuízo de que a sua validade cessar sempre que os pressupostos que determinaram a sua atribuição se alterem. Pelo que se considera estar a estas situações igualmente e devidamente enquadradas pelo regulamento. -----

----- Relativamente ao custo do dístico de estacionamento de residente esclarece-se que os 12 euros cobrados pela 1ª viatura correspondem apenas a emolumentos de acordo com o regulamento e que se consideram ser um valor francamente acessível e adequado pela ocupação privada de espaço público. Comparando contudo, o valor cobrado pela EMEL, ele é bastante favorável relativamente aos 120 euros cobrados na cidade do Porto e aos 35 euros cobrados em Évora, só para dar estes 2 exemplos. -----

----- No que respeita a isenção de pagamento de tarifas de estacionamento dos veículos ao serviço da EMEL, devidamente identificados e mesma está prevista no artigo 12º isenções, sendo igualmente consensual não ter qualquer sentido prático ou efetivo a alteração desta circunstância e em veículos de serviço da EMEL ou das autarquias. -----

----- Relativamente ao estacionamento em 2ª fila de veículos da EMEL em serviço, foi esclarecido ainda que, no âmbito de ações de fiscalização, designadamente de operações de bloqueamento e desbloqueamento de veículos em infração existe, em alguns casos fundamentados, a necessidade de estacionamento dos veículos da EMEL devidamente assinalados, em paralelo com o veículo que está a ser intervencionado e, por razões de proteção física e garantia de segurança dos agentes a eventuais atropelamentos. -----

----- Assim, sendo e considerando o anteriormente exposto, os grupos Municipais e os Deputados Independentes da 8ª Comissão Permanente propõem à Assembleia Municipal de Lisboa que, perante os argumentos contidos na Petição 3/2017 seja deliberado: -----

----- 1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, em colaboração com a EMEL, estude e proponha as alterações necessárias ao regulamento por forma a simplificar os procedimentos e condições de atribuição dos dísticos, reduzindo assim a possibilidade de eventuais fraudes detetadas na atribuição dos mesmos e a eliminação de custos suplementares, mas alterações de dístico, protegendo, assim, os residentes são legítimos. -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que encontre soluções adequadas para a expansão do espaço de atendimento no edifício Municipal do Campo Grande, em colaboração com a EMEL, adequando o número de postos à procura verificada

diminuindo assim os tempos de espera, bem como seja melhorada, pela EMEL, a resposta a abrangência dos serviços disponíveis *online*. -----

----- 3. Recomendar à EMEL que invista na adequada formação dos seus funcionários, nomeadamente dos agentes de fiscalização, com especial enfoque no cumprimento das adequadas condições de segurança rodoviária na via pública, bem como estabeleça através de um manual de procedimentos, as diretrizes de atuação na prevenção de acidentes. -----

----- 4. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que, em articulação com a EMEL, no que se refere aos parques de estacionamento próprios e com outros proprietários de parque de estacionamento existentes na Freguesia do Areeiro, bem como noutros pontos da cidade, implemente acordos de colaboração que garantam o acesso a condições preferenciais dos residentes para estacionamento, nomeadamente, o estacionamento noturno. Disse.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. Vamos agora dar a palavra aos Senhores Deputados inscritos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores e Senhoras. -----

----- O CDS saúda os peticionários da petição 3/2017 - “EMEL – aumento da validade do dístico para 3 anos” e aproveita esta oportunidade para realçar a participação cívica do grupo informal ‘Vizinhos do Areeiro’ e a qualidade das suas várias e inúmeras intervenções em prol desta zona da cidade. -----

----- Antecipo, desde já, que vamos votar favoravelmente as recomendações emanadas da 8ª comissão. Nada nos parece mais recomendável de que esta empresa da Câmara seja alvo de um simplex e de melhores condições que beneficiem todos aqueles a quem o seu trabalho se destina, isto é, os lisboetas com carro e a necessidade de o estacionar. Queremos uma EMEL amiga e ao serviço dos lisboetas. Não a EMEL que existe. A EMEL que existe vive para aterrorizar e infernizar os condutores, qual exterminador implacável à caça à multa. O excesso de zelo faz parte do manual de instruções da EMEL, é para cumprir sem misericórdia nem perdão. -----

----- Conhecemos a atual sanha dos socialistas contra os utilizadores de viatura privada sem que aos mesmos seja proporcionada uma alternativa para se deslocarem, digna desse nome. Quer dizer, há esta perseguição aos automobilistas mas não há soluções. E se este executivo camarário tudo faz para obstaculizar a circulação automóvel depois lança-se num processo esquizofrénico em que também reduz o número de lugares de estacionamento, como aconteceu por toda a Lisboa. Em Lisboa nem se anda nem se pode estar parado. Lisboa está um inferno para qualquer automobilista, seja ele particular ou profissional do volante. Esta é que é a verdade. ----

----- Mas neste conjunto de utilizadores, os mais prejudicados e perseguidos são sempre os moradores de Lisboa, todos os moradores de Lisboa, os mesmos que os Senhores apelam nos cartazes para se juntarem a vós. -----

----- A atual política de mobilidade tem de ser invertida pelo que o CDS já apresentou inúmeras propostas. Os moradores de Lisboa têm de ser protegidos nomeadamente através da criação de bolsas para residentes durante o período noturno e no fim-de-semana. A todos os lisboetas com dístico de estacionamento devem ser atribuídas duas zonas de estacionamento – a da residência e outra à escolha –, assim como a isenção de pagamento nos primeiros 20 minutos e uma redução de 50% no tarifário praticado. Isto está no nosso Programa para Lisboa. Não dar lugares de estacionamento aos lisboetas é uma forma objetiva de os mandar embora da cidade. É dizer-lhes: Fora daqui! -----

----- Os lisboetas têm o direito de se deslocar livremente dentro da sua cidade e, como tal, também devem ter a possibilidade de o fazer. -----

----- A EMEL existe unicamente para servir os lisboetas, ou deveria existir, e não para que os senhores se sirvam dela para pagar o buraco de qualquer outra empresa pública. A EMEL tem sido uma espécie de boia de salvação financeira para quem apregoa estar a nadar em dinheiro. Que é o que agente tem visto aqui na Assembleia. Mas só precisa de boias quem não sabe nadar. -----

----- Já temos já estamos habituados a que o Partido Socialista e o Senhor Presidente votem contra as nossas iniciativas para, mais tarde, as copiarem e se apropriarem delas apresentando-as com pompa e circunstância através da sua máquina de propaganda. -----

----- Teremos todo o gosto em enviar um exemplar do nosso programa, que já está pronto, e contém mais de 200 Propostas para a cidade de Lisboa. Podem copiar tudo à vontade, nós depois também enviaremos uma ficha de militante do CDS que não sei se será aprovada, mas enviaremos. Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. Vamos então prosseguir. Pergunto há mais Senhores Deputados inscritos? A Mesa não regista mais inscrições, portanto, sendo assim...” -----

----- **O Senhor Primeiro-Secretário, Rui Paulo Figueiredo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Para ficar registado na ATA, à atenção dos serviços, que a Senhora Deputada, Maria Luísa Alvim do CDS-PP se declarou impedida neste Ponto e, portanto, não participará na votação.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos então para a votação. -----

----- Voto da **Recomendação nº 1/149** da 8ª Comissão, relativa à Petição nº 3/2017. A Recomendação nº 1/149 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há

abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- Terminamos assim a este ponto e vamos entrar agora ao 2º Ponto.”-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO 002/BE/2017 SOBRE O DEBATE ESPECÍFICO SOBRE A EXPANSÃO DA REDE DO METROPOLITANO DE LISBOA, NOS TERMOS DA MESMA E AO ABRIGO DA ALÍNEA M) DO Nº 2 DO ARTIGO 4º E ALÍNEA C) DO ART.º 15.º, DO REGIMENTO; 1,5 X GRELHA BASE – 51 MINUTOS;**

----- (A Proposta de Deliberação nº 002/BE/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo VI e dela faz parte integrante).-----

----- (A Proposta de Deliberação nº 001/PS/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo VII e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O 3º ponto da Ordem de Trabalhos que é uma Proposta de Deliberação do Bloco de Esquerda sobre o Debate Específico sobre a expansão da rede do Metropolitano.----

----- Entretanto deu entrada uma outra Proposta de teor diferente, do Partido Socialista, sobre o mesmo assunto e, portanto, a discussão será conjunta, naturalmente, das 2 Propostas.-----

----- Os proponentes têm mais um minuto e meio para apresentar como é do regimento e depois votaremos por ordem de entrada, sendo que será votada 1º a Proposta que entre o 1º, que é a do Bloco de Esquerda e a Senhora a 2ª Secretária, vai dar a palavra.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: ----

----- “Tem a palavra a Senhora Deputada Ana Páscoa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Desculpem, os Senhores Deputados autores de Propostas e que pediram a inscrição no debate, penso que devem inscrever-se em 1º lugar para apresentar a razão de ser do debate e a Proposta que fizeram, portanto...-----

----- Eu vejo o Senhor Deputado Ricardo Robles a pedir o telefone. O que é que se passa, onde está o telefone? É o Senhor Deputado Ricardo Robles que vem fazer a apresentação da Proposta? Então se faz favor tem a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Boa tarde a todos e a todas.-----

----- Faz agora 2 meses, no dia 16 de maio, tivemos aqui um debate bastante alargado sobre o novo projeto de expansão da rede do Metro em Lisboa.-----

----- Vieram técnicos, vieram representantes da administração do Metro, vieram representantes dos trabalhadores, as forças políticas pronunciaram-se.-----

----- E o que percebemos foi que existe um longo debate para fazer sobre esta matéria. Não houve de todo consenso sobre a solução preconizada pelo Governo e pelo executivo Municipal, pelo contrário, houve uma maioria de posições, tanto dos técnicos, como dos trabalhadores, como das forças políticas, contra a solução da rede

circular que está a avançar, porque está a avançar o seu projeto, está a avançar o seu financiamento e, portanto, se prevê que continue para que se concretize.-----

----- A solução preconizada pela Câmara Municipal de Lisboa e pelo Governo, como sabem, é uma solução que fecha a linha Amarela descendo para a Estrela para Santos e para o cais Sodré criando uma linha circular no centro de Lisboa, naturalmente, que há uma linha que permite um maior ritmo de utilização de material circulante e, portanto, aumenta, com certeza, a capacidade no centro da cidade, mas tem um problema, tem um problema, porque é uma linha que custará 215 milhões de euros e não acrescenta zonas da cidade que se têm mantido esquecidas. -----

----- Esse foi o debate fundamental, porque há uma zona da cidade, aliás, nós apresentamos aqui uma Recomendação que depois foi seguida por outra Recomendação do Partido Socialista que reconhece isso, foram feitas vários eventos de expansão da rede do Metro e foram sucessivamente cometido vários erros, a cidade de Lisboa já assistiu a isso e está a preparar-se para assistir novamente, vamos cometer um novo erro. -----

----- Há uma zona da cidade continua a não ser servida pela linha de Metro, essa é a zona ocidental de Lisboa, é uma das portas de entrada na cidade, portanto, novamente o problema dos automóveis que entopem a cidade, e é uma zona onde vivem 100 mil habitantes, 100 mil lisboetas.-----

----- E o que o Bloco de Esquerda aqui propõe não é a imposição da sua posição, porque temos uma posição claríssima sobre esta estratégia de expansão da rede, mas o que propomos é o debate, é a participação, é resolver o défice que este Executivo Municipal teima em manter, participação, ouvir as pessoas. -----

----- E é tão simples como isso a Recomendação do Bloco de Esquerda. Não propomos, não fechamos nenhuma alternativa à rede expansão da rede do Metro, simplesmente achamos que é uma decisão demasiado importante, demasiado cara, para ser tomada nas costas dos lisboetas e por isso propomos que seja feita uma consulta, que se ouçam as pessoas de Lisboa. -----

----- Pela 1ª vez, quando se fizer um investimento na ordem das centenas de milhões de euros, como é esta, 215 milhões de euros na versão Fernando Medina. Pela 1ª vez, ouvimos as pessoas, perguntamos o que elas acham sobre a decisão de quem decide, e se o PS não reconhece isso na sua na sua Proposta, simplesmente apela ao Governo que haja um reforço nas componentes do Metro, no material circulante, nos recursos humanos, na operação. Com certeza, não fugimos a esse debate, também partilhamos convosco, mas foge ao que é essencial, que é a necessidade de participação dos lisboetas e por isso, apelamos ao vosso voto na nossa Proposta de Deliberação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Leitão (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores, cidadãos e cidadãs. -----

---- A realização do Debate Específico sobre a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa ocorrida no passado dia 16 de Maio veio, antes de mais, enriquecer a

qualidade do debate público e possibilitar a formação de uma visão mais abrangente em matéria do vital interesse coletivo.-----

----- Não obstante as diferentes visões apresentadas pelos intervenientes, que refletem pontos de vista legítimos e diversificados, ainda que, em alguns casos, parciais; a maioria das intervenções versar no essencial sobre as várias soluções possíveis em matéria de expansão da atual rede. -----

----- A gestão eficiente das redes de transporte coletivo deve, em nosso entender, passar pela otimização da utilização dos meios que estão afetos por potenciar a complementaridade entre os modos de transporte e assegurar a diversidade de serviços, por forma a responder às necessidades de deslocação de toda a população e garantir uma acessível e simples integração tarifária que tenha em consideração os estados mais vulneráveis da sociedade, designadamente crianças e idosos. -----

----- É por isso que, independentemente das opções possíveis de expansão da atual rede, apoiamos, no essencial, o plano de desenvolvimento operacional da rede, apresentado pelo Governo no passado e 8 de maio de 2017, pois prossegue objetivos bem definidos que merecem, desde já, a nossa total concordância. -----

----- Desde logo porque vem dar resposta concreta e definitiva de resolução de alguns problemas conhecidos e que são diretamente decorrentes da continuada degradação da prestação dos serviços e do aumento dos tarifários com a conseqüente diminuição da procura por parte dos cidadãos fruto das políticas seguidas pelo anterior Governo, tendo em vista a criação das condições para tornar socialmente aceitável a concessão a privados da gestão do Metropolitano de Lisboa, como antecâmara para a sua total privatização. -----

----- A existência de uma rede pública de transportes coletivos urbanos é, em nossa opinião, um elemento essencial para a satisfação das necessidades básicas da mobilidade por parte dos cidadãos, pelo que vemos com expectativa o aumento do investimento previsto no curto prazo, investimento esse que deve começar e efetuar-se, desde já, que permitirá a recuperação gradual da capacidade operacional do Metropolitano em todas as suas vertentes e se irá refletir na melhoria do serviço prestado às populações. -----

----- Do debate realizado sobre a expansão do Metropolitano, para além da quase unanimidade relativa à necessidade de garantir um sistema de mobilidade da cidade assente em tantos públicos coletivos, constatou-se também que a atual rede do Metro, fruto de diversas expansões efetuadas com diferentes prioridades estratégicas e ocorridos em diferentes momentos temporais, gerou uma rede, em muitos casos, disfuncional, desarticulada, com os restantes meios e modos de transporte e carente de coerência, e de integração no âmbito de um sistema Metropolitano de transportes coletivos. -----

----- Neste contexto, a linha circular anunciada vem garantir a coerência necessária a todo o sistema de mobilidade da cidade, aspeto fundamental na exploração da oferta adequada de transporte público de grande capacidade e elevada frequência em toda a zona central da cidade, alvo de elevados movimentos pendulares diários.-----

----- Esta solução, para além de beneficiar a curto prazo todo o sistema de mobilidade da cidade, permitirá ainda que futuras expansões da rede, nas outras linhas, não ponham em causa o funcionamento do sistema, melhorando assim a integração a nível Metropolitano, enquanto se garantem, em todas as situações, o adequado funcionamento do núcleo central da cidade. -----

----- Não obstante os benefícios vários da solução da linha circular implementar a curto prazo, prioridade fundamental na estruturação de um sistema de transportes públicos, coerente e articulado, foi opinião, igualmente consensual, no debate efetuado, a necessidade de, em simultâneo, se avançar desde já, com todas as medidas necessárias no que respeita à realização dos estudos e projetos e trabalhos complementares para a futura expansão da linha vermelha à zona ocidental da cidade de Lisboa, ambição há muito reclamada e que urge dar seguimento para que, logo que assegurar o financiamento se iniciem, os respetivos trabalhos, mais do que uma discussão centrada sobre as várias opções de expansão da rede do Metropolitano alicerçada em legítimos interesses locais. Defendemos, sobretudo uma ampliação estratégica da rede devidamente integrada tecnicamente fundamentada e adequadamente financiada, focada na garantia de mobilidade sustentável e acessível na cidade de Lisboa, complementar em sem redundâncias com os restantes meios e modos de transporte a nível local e Metropolitano como garantia do direito à mobilidade. -----

----- Apresentámos por tudo isto uma Proposta de Deliberação que assenta, como como se vê, numa estratégia diversa da defendida pelo Bloco de Esquerda e, por isso mesmo, naturalmente, uma Proposta de Deliberação que entendemos necessária sujeitar à vossa apreciação. Disse.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Deputados Municipais. -----

----- Recentemente e na sequência de uma apresentação feita pelo Governo em 8 de Maio, discutimos nesta Assembleia a expansão da rede do Metropolitano, num debate muito participado com intervenções de vários convidados, do público presente e dos deputados municipais. -----

----- Nesse debate o PCP frisou a degradação em que se encontram os transportes públicos e reiterou a sua posição sobre a necessidade absoluta de não se poder desligar esta discussão da problemática mais geral dos transportes públicos na cidade e na Área Metropolitana de Lisboa. -----

----- Denunciámos que a solução proposta para a expansão do Metro (concretização de uma linha circular entre o Cais do Sodré e o Campo Grande, de duas novas estações, Estrela e Santos) não acrescenta nada de significativo à rede existente, implica o adiamento da expansão da rede para a zona ocidental, já de si muito carenciada de transporte público. As populações de Campo de Ourique, Ajuda e Alcântara continuarão privadas deste importante meio de transporte, embora o Governo, em manobra meramente demagógica, e em face do descontentamento

manifestado nessas Freguesias, tenha anunciado a expansão da linha vermelha até às Amoreiras, sem estudos adequados, datas de início ou investimentos alocados. A expansão proposta pelo Governo vai exigir avultados investimentos para transformar a atual rede numa rede circular, que, no fundo, vai continuar a beneficiar a zona central da cidade.-----

----- Do ponto de vista do PCP é importante o alargamento e expansão do Metro enquanto parte de uma estratégia metropolitana de transportes públicos, sem esquecer ou desprezar o inegável peso que Lisboa tem no plano económico, social e de mobilidade. -----

----- É fundamental que os eleitos municipais sejam informados das opções tomadas, das causas que justificam a expansão da rede em determinada direção, em prejuízo de outras mais consentâneas com os interesses dos lisboetas e de quem aqui trabalha. Nesse sentido, os eleitos municipais também têm direito aos estudos que suportam as decisões tomadas e que impactos vão trazer para a população que servem. -----

----- Portanto, neste contexto e em relação aos documentos em apreço nesta Assembleia, o PCP irá votar favoravelmente a deliberação apresentada pelo Bloco de Esquerda, pois contempla as nossas posições nesta matéria, como ainda agora referi nesta intervenção e noutras que já aqui tivemos.-----

----- Quanto à proposta apresentada pelo Partido Socialista, estamos de acordo com o ponto 1, pois é condição de melhoria na cidade; temos dúvidas em relação ao ponto 3 penso que carece de mais alguma, tem que haver aqui alguma cautela em relação a qual é o sentido, portanto, desta linha; de qualquer forma eu sugiro ao Partido Socialista que altere o nome do Aeroporto, porque penso que o Aeroporto se chama Humberto Delgado e não da Portela! Penso que não voltou a mudar de nome. -----

----- E o PCP vai votar contra o ponto 2, pois não podemos concordar com a 1ª frase deste ponto e que eu cito: ‘em simultâneo com a criação da já anunciada linha circular’, portanto, concordamos em absoluto com o resto da frase, que diz respeito à necessidade de expansão do Metro para a zona ocidental, como também já referi, mas não podemos concordar e por isso votaremos contra, contra esta acumulação, portanto e que seja realizado em simultâneo com a criação da linha circular com a qual discordamos. Obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores e Senhores Deputados. -----

----- Em primeiro lugar, não é demais lembrar que o Metro é fundamental na rede de transportes coletivos, devendo garantir uma mobilidade de forma rápida, eficaz e confortável, aliviando a pressão automóvel, bem como a qualidade de vida não só da população residente em Lisboa, como também da população que se desloca diariamente na cidade. -----

----- Apesar disso, os problemas têm-se agravado, não se compreendendo, por isso, as declarações do Ministro do Ambiente ao afirmar, há três semanas, que o Metro de

Lisboa está a funcionar muito melhor, quando a realidade é que continua a funcionar muito mal.-----

----- Relativamente ao Plano de Desenvolvimento Operacional da Rede apresentado pelo Governo e ao debate realizado nesta Assembleia, foram levantadas várias reservas e críticas. Além disso, foram também apresentadas alternativas que deverão ser tidas em conta, até porque o plano não foi suficientemente debatido nem fundamentado.-----

----- Tanto técnicos, como representantes dos trabalhadores e uma maioria expressiva das forças políticas defenderam a expansão para o Ocidente da cidade, em vez da proposta apresentada que contempla duas novas estações, na Estrela e em Santos, para a criação de uma linha circular. Apenas o Grupo Municipal do PS parece estar de acordo com esta proposta. -----

----- Contrariamente ao que disse o Senhor Presidente da Câmara, esta solução não é estrutural nem prioritária. Não será por acaso que várias vozes se fizeram ouvir afirmando que é um erro em termos de obra como do serviço a prestar. -----

----- Os Verdes defendem que a expansão do Metro deve ser feita para as zonas da cidade mais carenciadas de transportes, como a zona norte (Campolide e Campo de Ourique), ocidental (Alcântara, Ajuda e Belém) e o Alto do Lumiar, em alternativa à densificação da rede na zona central, uma opção menos útil para os utentes e mais cara. -----

----- Também a expansão para os concelhos vizinhos, como Loures, ficou, mais uma vez, de fora, o que é de lamentar.-----

----- Só se conseguirá reduzir os automóveis que entram na cidade levando o Metro a áreas da cidade que não dispõem deste modo de transporte, assim como a concelhos limítrofes. Mas sobre isto, a proposta do Governo nada apresenta. -----

----- Sobre a criação de uma grande linha circular com origem no Cais do Sodré, durante o debate levantámos um conjunto de reservas, que mantemos, e foram confirmadas por vários oradores convidados: -----

----- Potencia o rápido desgaste do material circulante; põe em causa o equilíbrio da rede como uma malha estrutural de mobilidade na cidade, comprometendo o seu crescimento futuro; apresenta vários inconvenientes para utentes e maquinistas e não resolve o problema do constrangimento no Cais do Sodré, até o agrava. Também por este motivo, o prolongamento a Alcântara, como propomos, é claramente a melhor opção. -----

----- Mas não nos limitámos a criticar a opção apresentada pelo Governo. Apresentámos propostas alternativas, e já referimos algumas: expandir o Metro para zonas da cidade carenciadas de transportes e para os concelhos vizinhos. Para isso, é urgente travar o projeto de linha circular e utilizar esse investimento para o que realmente faz falta às pessoas. -----

----- Mas não ficamos por aqui e relembramos as propostas que Os Verdes têm apresentado ao longo dos tempos: reparar as carruagens que estão paradas nas oficinas, resolver o problema da falta de acessibilidades, contratar os trabalhadores necessários, acelerar a conclusão das obras de ampliação das estações de Arroios e

Areeiro para que permitam a circulação de 6 carruagens, realizar obras nas várias estações que têm infiltrações, como Olivais, Avenida, Terreiro do Paço, e outras, reabrir as bilheteiras, e reverter o aumento dos preços dos últimos anos. -----

----- Consideramos ainda fundamental que seja reposta a Autoridade Metropolitana de Transportes, com um papel ativo na defesa de um verdadeiro sistema de transportes integrado e assente no serviço público e onde as autarquias tenham uma intervenção determinante. -----

----- Em conclusão, poderemos estar a falar de grandes investimentos mas acima de tudo falamos de mobilidade, um direito fundamental dos cidadãos, e o plano apresentado pelo Governo não serve a concretização desse direito. Por isso mesmo, deve ser travado, debatido à escala metropolitana, o que lamentavelmente não foi feito, e reelaborado com base nas reais necessidades das populações, tendo em conta os benefícios sociais, económicos e ambientais que daí resultarão. -----

----- Perante isto, votaremos a favor da proposta do Bloco de Esquerda e relativamente à proposta do Partido Socialista temos algumas divergências nalguns aspetos, tal como ficou expresso nesta intervenção. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Mesa, Senhores Vereadores, caros Deputados, restantes presentes. -----

----- Sobre a Proposta de Deliberação 2/BE/2017, sobre o debate específico sobre a expansão da rede de Metropolitano de Lisboa, o MPT defende: o investimento no Metropolitano é um investimento estrutural para a cidade, deve ser algo de consenso e não deverá estar ao sabor das mudanças políticas existentes. Assim iremos votar a favor das Propostas que defendem o debate alargado sobre a Proposta de alargamento e investimento no Metropolitano, envolvendo os diversos atores, Governo, Câmara Municipal, Assembleia Municipal, Juntas de Freguesia e representantes dos utentes. ---

----- Sobre a Proposta de deliberação do PS não é totalmente oposta à do Bloco de Esquerda. Apenas escolher a defesa pública das questões de suspensão da atual dos atuais investimentos previstos.-----

----- Relativamente ao ponto 3 da referida Proposta do Partido Socialista consideramos importante e pertinente a ligação do Aeroporto ao Campo Grande. Supomos não ser a melhor altura para esse investimento, relativamente às obras e outras opções mais urgentes na rede como o alargamento para as zonas não servidas pelo Metro, neste momento.-----

----- Também em relação ao ponto 2 da Proposta, do documento apresentado pelo Partido Socialista. Só poderemos votar favoravelmente se o Partido Socialista fizer cair a parte da frase que diz que ‘em simultâneo com a criação da já anunciada linha circular. Apelar ao Governo para que, em simultâneo com a criação da já anunciada linha circular, promova desde já em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa’, etc. Esta parte em simultâneo com a, do PS estão-nos a ouvir? Estão-me a ouvir do PS? Peço desculpa. Em simultâneo com a criação da linha circular. Se esta frase se

mantiver ou este bocado da frase se mantiver, nós não poderemos votar favoravelmente. -----

----- É uma Proposta que faço e também peça votação por pontos do documento do PS.-----

----- E o fundamental disto é, porque a opção da linha circular vai servir quem já está servido, vai servir uma zona de Lisboa que está bem servida de outras formas de transporte, relativamente a outras zonas que, neste momento, não tem o Metropolitano e que poderiam descongestionar o trânsito e mesmo a circulação de transportes à superfície, por isso, este debate que o Bloco de Esquerda apresenta, parece-nos bastante pertinente. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, membros da Vereação, caras e caros Deputados, membros do público aqui presente. -----

----- Confesso que há momentos em que o modelo de organização da Assembleia Municipal e os motivos pelos quais nos sentamos, muitas vezes, para debater questões essenciais, ou que entendemos, em determinado momento, ser essenciais para a cidade, me escapam daquilo que é depois, ou me escapam naquilo que é, inevitavelmente, a sua consequência.-----

----- Eu tenho aí que perguntar para que é que serviu este debate que nós organizámos aqui na Assembleia Municipal? Porque a questão que se levanta imediatamente após a leitura do documento do Partido Socialista é que, das duas uma, ou o debate foi um embuste ou então a Proposta de Deliberação do Partido Socialista é um embuste.-----

----- Porque podia de ter sido muito bem escrita antes do debate. Porque não espelha nada daquilo que foi o debate, não levanta nenhuma daquelas que foram as principais preocupações que o debate trouxe à coação e que inevitavelmente devem fazer parte da reflexão que os Deputados Municipais têm necessariamente que fazer.-----

----- E pergunto-me em determinado momento, se é para isto que vale a pena ter maiorias? Porque se, em determinado momento, a maioria serve única e exclusivamente para fazer cumprir um calendário em termos daquilo que é a alegada participação e o envolvimento da comunidade. Então pouco ou nada serve o funcionamento desta Assembleia Municipal. Isto preocupa-me.-----

----- Depois há outra questão que me preocupa particularmente também com a Proposta de Deliberação do Partido Socialista. Se algo ficou claro ao longo dessas semanas de debate que antecederam e que sucederam o debate que tivemos aqui na Assembleia Municipal, foi que o país necessitava claramente de definir prioridades e prioridades não é vamos fazer tudo ao mesmo tempo, porque se prioridades é vamos fazer tudo ao mesmo tempo, então nem sequer temos necessidade de fazer debate e envolver as pessoas na decisão. Basta fazer tudo, basta expandir a rede para todo o lado.-----

----- Portanto aquilo que preocupa este Deputado Municipal e que eu acho que seria essencial que preocupasse todos os Deputados Municipais é: para quê? Porque se o objetivo é fazer aquilo que já estava previsto, então o debate apenas serviu para

estorvar, porque das conclusões do debate é evidente que aquilo que estava previsto fazer, não deveria ser nunca, em momento algum, uma prioridade. Quer dizer que, inclusivamente, não é possível fazer as 2 coisas ao mesmo tempo e depois não podemos estar aqui a votar, faz-se tudo ao mesmo tempo, e a expansão da linha vermelha para ocidente fica para daqui a uns tempos, e depois estarmos junto das nossas comunidades a dizer que defendemos a expansão da linha vermelha, isto é desonesto porque estamos claramente a assumir que isso para nós é uma prioridade, mas temos a dizer às pessoas que isso nós é uma prioridade, mas estamos aqui a reconhecer que vamos é manter a prioridade dos outros, porque isso de expansão para ocidente há de acontecer um dia destes, quiçá talvez.-----

----- E aquilo que era o objetivo, o grande objetivo deste debate era estabelecermos as linhas de orientação estratégica para um Plano de Mobilidade a sério para a cidade de Lisboa, que passava inevitavelmente pela expansão da linha de Metropolitano, que não contemplava o modelo estruturado que o próprio Governo estava a querer seguir, e que ele, o próprio Governo, tem dúvidas, porque à 5ª diz uma coisa, à 6ª diz outra, e à 6ª à tarde diz uma 3ª e remata na 2ª de manhã com uma conclusão final.-----

----- Portanto, se há essa indefinição e se aprendemos alguma coisa com o debate então as conclusões que saem deste debate a Proposta de deliberação que sai desta Assembleia Municipal não pode ser aquela que é feita Proposta pelo Partido Socialista no ponto 1, nem no ponto 2, nem no ponto 3 em ponto nenhum.-----

----- E, curiosamente, a única Proposta que me parece plasmar aquilo que, de facto, é essencial do debate, é a Proposta de deliberação que o Bloco de Esquerda aqui apresenta.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Gabriel Fernandes (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhoras e Senhores.-----

----- Eu subscrevo quase tudo o que o meu antecessor disse, quase tudo.-----

----- A proposta do CDS sobre a expansão da rede de Metro em Lisboa é pública. Toda a gente sabe o que é, é uma proposta de médio longo prazo, não é uma proposta feita em cima do joelho.-----

----- O aumento da rede de Metro em 20 novas estações até 2030 é um projeto ambicioso. Será importante para Lisboa mas também para toda a Área Metropolitana de Lisboa.-----

----- As 20 novas estações de Metro de Lisboa custariam quase 2 mil milhões de euros. 80% do investimento seria participado por fundos europeus.-----

----- Entre 2018 e 2025, esperamos que seja possível construir 13 novas estações, portanto serão duas fases, uma fase até 2025 e outra depois de 2025, na zona ocidental da cidade, que é a que revela mais carências. As restantes sete estações seriam construídas até 2030, o que daria uma média de 1,54 novas estações construídas por ano. Em comparação, entre 1995 e 2016, a rede do Metro de Lisboa cresceu ao ritmo de 1,38 estações por ano (foram construídas 29 estações em 21 anos), este havia aqui uma aceleração em relação ao número de estações a construir.-----

----- Tal permitiria, por exemplo, reduzir em 30% as emissões de dióxido de carbono, criar 2 mil postos de trabalho por ano e reduzir em pelo menos 10 minutos o tempo que os lisboetas perdem no trânsito. -----

----- Numa altura em que se discute tanto a falta de investimento deste Governo no sector público com um objetivo claro de baixar o défice, através das famosas cativações, e em que se revelam que avultados investimentos efetuados no passado pelos mesmos responsáveis, de pouco ou nada servem e com consequências trágicas, como temos visto no mau funcionamento do SIRESP, é natural que alguns desconfiem de alternativas ambiciosas, posto este cenário, quando se fala em grandes investimentos é natural que se não conseguimos ter um sinal do SIRESP, como é que agente pode fazer um Metro desta dimensão, isto pensam os portugueses, não é? E com legitimidade. Mas pior do que ter alternativas ambiciosas é não ter alternativa nenhuma. O anterior executivo camarário liderado por António Costa prometeu 4 novas estações, e quantas fizeram? Zero. O atual Presidente pegou nessa promessa e baixou o objetivo para apenas duas. Acha que duas estações resolvem alguma coisa? É ter vistas curtas e ausência de estratégia. Promete-se duas estações e depois logo se vê se as faz... Isto não é pensar a cidade nem os seus problemas. Isto é não ter visão, é uma política de remendos. É andar ao sabor do vento. É não querer olhar para a Área Metropolitana de Lisboa, que nunca é ouvida, nem reúne sequer, com uma política concertada e integrada, tem sempre que ser no concerto entre a Área Metropolitana de Lisboa. É voltar as costas aos outros municípios vizinhos. -----

----- É claro que uma rede eficiente de Metro resolve-lhe uma data de problemas de transportes, mobilidade e de estacionamento. Mas é difícil para quem está mais preocupado com cosmética perceber a importância disto e fazer um plano a longo prazo, é muito importante. -----

----- Lisboa está transformada num Estaleiro Eleitoral com obras que a poucos servem. Não são estruturantes. Não são prioritárias. A estratégia deste executivo é começar a casa pelo telhado. Mas antes já plantou o jardim, antes de fazer o telhado. Porquê? Porque fica mais bonito assim. E talvez dê uns votos. -----

----- As obras servem mais à vista e aos turistas. Temos uma Lisboa para inglês ver. É essa a estratégia deste executivo? E para isso sacrificou-se quem? Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, colegas Deputados Municipais, imprensa, público em geral. -----

----- Esta Proposta que o Bloco de Esquerda hoje nos traz, eu acho que se todos nós paramos para pensar um pouco, deveria ser de aprovação obrigatória e aprovação obrigatória, porque este é um assunto em que estamo-nos a confrontar, por uma 2ª vez, e quando falo em 2ª vez, estou a falar relativamente à colina de Santana em que, claramente, a cidade está contra as decisões do executivo e o executivo vai-se servir da maioria absoluta para fazer aquilo que quer contra a vontade da cidade. -----

----- Se querem ter a certeza ponham a referendo a destruição de todos os hospitais da colina de Santana, se querem ter a certeza, ponham a referendo a construção da linha

Amarela à custa de todas as outras zonas da cidade que não vão ver o seu problema resolvido.-----

----- E isto porque estamos a falar de prioridades, a prioridade não é a questão, não se põe a questão da linha circular ser boa ou ser má. A feitura da linha circular vai evitar que as outras zonas da cidade tenham Metropolitano. Este é que é a realidade e, portanto, estamos a falar de prioridades. É uma prioridade a fazer o Hospital de Todos-os-Santos? Sim, se não for à conta de destruir os outros hospitais todos e, portanto, tudo isto tem que ser visto em visão de conjunto e termos em perspetiva o que é que se está a discutir. Neste caso, eu apoio a linha circular, haja dinheiro para tudo! E também apoio as 20 linhas do CDS, as 20 estações ou 30, eu apoio tudo desde que haja dinheiro, desde que haja dinheiro!-----

----- Agora, dizer-se que não vamos a levar o Metropolitano às zonas da cidade consolidada que mais necessitam neste momento, porque vamos fazer uma linha circular, eu acho que isto não cabe na cabeça de ninguém, ou, aliás, cabe na cabeça de alguém, mas certamente que a cidade, se pudesse, votaria contra. -----

----- E quando falamos de votação, eu torno a referir uma coisa que me é muito cara, nós estamos numa Assembleia cujas votações são legais, mas não corresponde à proporcionalidade que está prevista do método de Hondt, estas votações que aqui são feitas, são legais, mas não são democráticas. -----

----- E, portanto, eu peço que considerem a votação da Proposta do Bloco de Esquerda como uma necessidade que deve ser cumprida, que devemos todos esforçarmo-nos por dar à cidade a possibilidade de fazer um debate mais sério sobre as necessidades relativas e, portanto, apelo a que todos, sem exceção, votem nesta moção do Bloco.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Eu relembro-vos que esta Deliberação não é uma Proposta agendada pelo Bloco de Esquerda, isto é o resultado do debate temático aqui tivemos e que teve sempre Propostas de Deliberação e quem esteve nas Conferências de Representantes ouviu a Senhora Presidente, por várias vezes, nos últimos 2 meses, dizer que quem quiser que apresente uma Proposta de Deliberação resultante do que foi o debate temático...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra esclareceu:

----- “Não foi temático Senhor Deputado, foi um debate específico.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra continuou: -----

----- “Debate específico, peço desculpa pelo lapso.-----

----- Alguém que apresente uma Proposta, que reflita a discussão que foi tida naquele debate específico, nós fizemo-lo e vemos pelas intervenções que aqui foram feitas, a esmagadora maioria das intervenções, à exceção de uma, concordaram que esta deliberação reflete o espírito do debate temático, e o espírito do debate temático foi, em todas as intervenções, é preciso refletir, é preciso pensar, é preciso tomar uma decisão que envolva os lisboetas e é isso que diz esta deliberação e por isso é que nós apresentamos.-----

----- É até curioso que não é só esta Assembleia que discutiu este processo que tome esta posição, os Presidentes da Junta das zonas onde está a ser feita esta discussão, Campolide, do PS, que fica sem Metro por causa desta decisão, manifestou-se contra e disse que nós devemos ter Metro já! E a Junta de Freguesia da Estrela, o seu Presidente manifestou-se a favor da decisão de o Metro não ir para aquela zona, porque percebe que há uma lógica de cidade, há uma lógica global na gestão dos transportes na cidade e, portanto, o Presidente da Junta que sai beneficiado desta decisão da maioria absoluta do PS diz: é uma decisão errada. E o Presidente da Junta que sai prejudicado, reconhece o mesmo e diz-nos, devia ser já. Aliás, disse-o publicamente, numa rede social: estou muito satisfeito porque o Metro vem para Campolide. Horas depois, todos nos lembramos dessa sexta-feira, em que às 2 da tarde ia para Campolide e às 6 já não ia e, pronto, com certeza ficou chateado com a decisão, eu também ficaria.-----

----- E, portanto, as maiorias absolutas têm toda a legitimidade em democracia. O problema das maiorias absolutas é que esmagam a maioria das outras representações, como é o caso que aqui está e esta Assembleia, infelizmente, já atravessou outros processos assim. E a Senhora Presidente à bocado referiu-se a isso, ao relatório da 2ª circular, eu queria deixar uma nota final sobre isso.-----

----- Se já leram, apareceu-nos um relatório esta semana, 10 meses depois, 10 meses de investigação, 63 páginas e depois de aparecer conclui-se que a maioria absoluta aqui não tinha razão, quem disse que não tinha dúvidas sobre o conflito de interesses deve corar de vergonha, porque na altura disse: não temos a mínima dúvida! A palavra do Senhor Presidente basta-nos e agora vem o relatório bem feito, feito pelos serviços técnicos da Câmara e por independentes, a dizer não há crime, não há ilegalidade, não há conflito de interesses. Corem de vergonha, Senhores Deputados.”--

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado usou naturalmente tempo a mais, mas deixei-o falar até ao fim, como é normal, o MPT tinha dado tempo, muito bem.-----

----- O Senhor Deputado André Couto pede a palavra para um protesto tem microfone. Tem microfone, isto é, há de lá ir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- O Deputado Municipal do Bloco de Esquerda disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, eu próprio, que se tinha manifestado contra a questão da estação do Metro em Campolide.-----

----- Dizer, antes de mais, que isso é falso, daí ter pedido a palavra, para protesto, defesa da honra, como como entender.-----

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, da mesma forma que também é falso que das 6 da tarde de sexta-feira para segunda-feira Campolide tenha deixado ter Metro. Foi falta de atenção, certamente, que antes de mais tenho que lamentar, quer enquanto o Deputado Municipal, quer enquanto candidato a Presidente da

Câmara, que já o é, que o Deputado Municipal Ricardo Robles não saiba que a Avenida Conselheiro Fernando Sousa, onde estava prevista a estação com o nome de Amoreiras é dentro de Campolide, tal como a estação de Campolide, próxima da rua Marquês de Fronteira, era em Campolide. -----

----- E peço-lhe também que ele possa avaliar se fazia algum sentido que existisse uma estação de Campolide na Rua Marquês de Fronteira e outra estação com o nome Amoreiras dentro de Campolide, 50 ou 100 metros mais à frente, na Avenida Conselheiro Fernando Sousa. Não fazia sentido, portanto, a posição da Junta de Freguesia, do seu Presidente foi de concordância com esta evolução que existiu de sexta-feira para segunda-feira e a única coisa que nós pedimos foi que o nome da estação que ficasse não fosse Amoreiras, fosse Campolide que é aquilo que está previsto atualmente e que o Presidente Fernando Medina assumiu esse compromisso recentemente, juntamente com a questão do elétrico e que existe uma estação na Avenida Conselheiro Fernando Sousa com ligação... -----

---- Olhe, se pudesse ficar calado, que também respeitei a sua vez de intervir, agradecia-lhe isso. -----

----- A Avenida Conselheiro Fernando Sousa é dentro de Campolide, tem uma ligação subterrânea até à nova Praça de Campolide e tem ligação subterrânea até às Amoreiras, era isto que estava previsto e, portanto, só repor aqui a verdade, Senhora Presidente, que não queria que os trabalhos prosseguissem passando em branco uma afirmação que eu não tinha tido. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado. O Senhor Deputado Ricardo Robles pediu a palavra para um contraprotesto, se faz favor, já lá vai o microfone. Fará o seu contraprotesto.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós já assistimos a números de ginástica e de acrobacia impressionantes nesta Assembleia, mas este merece nota 10, Senhor Presidente da Junta de Campolide. -----

----- Quer dizer, está satisfeito por ter uma estação em Campolide? Diga-me qual delas é? A que se chama Estrela, ou a que se chama Santos? A da D. Carlos I ou a do Jardim da Estrela? Qual destas é que é a de Campolide, que está satisfeito? -----

----- Ah já percebi é aquele túnel com uma escada rolante que sai do Rato, é a essa que se refere, não é? Muito bem. -----

----- Gosto desta defesa dos interesses de Campolide, ficamos satisfeitos, afinal, há uma estação em Campolide e um túnel pedonal que sai do Rato em direção a Campolide, muito bem. Gosto desse nível de satisfação com os seus eleitores.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos deixar o Senhor Deputado Ricardo Robles terminar, com a sua versão dos acontecimentos. -----

----- O Senhor Deputado é para se inscrever ou é para protestar é para? É para se inscrever. Muito bem, então temos outro Senhor Deputado inscrito primeiro, portanto, vamos seguir a ordem. -----

----- Eu chamo a sua atenção Senhor Deputado, tem 59 segundos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Manuel Laje (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

----- Sinteticamente, mas para que não fique em claro que, de facto, o Partido Socialista tem noção do ponto a que chegaram os transportes públicos na cidade de Lisboa e no país, mas também temos a noção de quem é que é a responsabilidade por esse facto, temos a noção de que a responsabilidade e que é muito mais fácil destruir do que a construir. Também temos a noção de que é muito mais fácil vir aqui acima e destruir o trabalho dos outros do que construir alguma coisa pela cidade. -----

----- Mas acerca dessa matéria não só podíamos aqui falar da linha de Arroios e de como ela foi deixada pelo anterior Governo, de como estavam a circular as estações, o Metro com apenas 3 carruagens, como é que ficou a própria linha.-----

----- Relativamente àquilo que o CDS aqui veio dizer, também se compreende bem o nível da Proposta que aqui apresentou, tendo em conta que as rendas acessíveis são 1350 euros e, portanto, pode prometer as estações de Metro que bem entender.-----

----- E relativamente acho que, Senhora Presidente, acho que é preciso também tomar aqui uma medida, porque pôr em causa a legitimidade democrática do povo da cidade de Lisboa quando é posta em causa aquilo que é dito pelo Senhor Deputado do PAN que esta Assembleia Municipal é antidemocrática, Senhora Presidente, por menos já a vi interromper Senhores Deputados e, portanto, também acho que era importante que ficasse bem claro que esta Assembleia Municipal não só toma decisões legais como toma decisões democráticas, porque foi eleita pelo povo e é, como a Senhora Presidente, e bem, intitula a Casa da Cidadania e assim gostaríamos que fosse. Tanto assim é que até elegeu um Deputado Municipal do Partido Animais e Natureza. Disse Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “ O partido chama-se Pessoas, Animais, Natureza, Senhor Deputado, apenas esta retificação e vamos prosseguir, vamos prosseguir. -----

----- Oh Senhor Deputado eu já fiz a retificação, mas o Senhor Deputado, naturalmente... -----

----- Bom, em defesa da honra, o Senhor Deputado Nuno Abreu tem que esperar uns segundos, Senhor Deputado Miguel Santos pediu a defesa da honra e tem-na, naturalmente. -----

----- Explicitar o que é que foi desonrado para a gente perceber.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- Bem, eu queria antes de mais defender a honra da bancada e a honra dos animais.

----- Aquilo que o Senhor Deputado diz e que afirma quando vem dizer que a eleição foi feita pelo povo e não pelos animais e me aponta, eu tenho muita honra em ser um animal, mas a sua dialética está um bocado fraca. -----

----- Quanto ao ser democrática, aquilo que nós acreditamos na democracia é que é democracia da maioria, proponham um referendo! É evidente que a maioria da população está contra esta questão. Aquilo que se passa é que nós temos uma sobre representação do Partido Socialista devido à inserção dos Senhores Presidentes da Junta e, portanto, a sobre a representação, para além do método de Hondt pode-lhe chamar o que quiser, de democrático não tem nada, pode ser legal, democrático não tem nada. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhores Deputados, vamos prosseguir. -----

----- Não vou entrar na polémica, as regras que levam à composição desta Assembleia estão definidas na Constituição e na lei, enquanto a lei não for alterada, a Lei foi aprovada pelos órgãos democraticamente competentes para o fazer, não foi contestada no Tribunal Constitucional, está em vigor e, portanto, nós entendemos que as leis democraticamente aprovadas pelos órgãos que têm competência para o fazer são leis democráticas, evidentemente, outra coisa não poderia ser nem podíamos estar todos aqui. -----

----- Naturalmente, podemos ter opinião sobre essas leis, podemos ter vontade de as mudar, mas enquanto elas estão em vigor, aprovadas pelos órgãos competentes, vamos acatando. -----

----- Vamos prosseguir Senhores Deputados. -----

----- Então Senhor Deputado Nuno Abreu, desculpe este interregno, tem a palavra.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Abreu (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora, muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, público em geral. -----

----- Só que uma pequena achega em jeito de pedido de esclarecimento, digamos assim, é a figura regimental que eu creio que melhor se coaduna com a minha vinda aqui. -----

----- Nós, de facto, ouvimos aqui o Bloco de Esquerda, e bem, no nosso ponto de vista, a pedir e a solicitar, independentemente das suas posições concretas sobre a matéria em apreço, que o debate seja reaberto, portanto sobre a questão da expansão do Metropolitano de Lisboa e nós já dissemos que concordamos com esse debate, com o aprofundar desse debate e até por uma razão muito simples, é que nós aqui na cidade de Lisboa e no contexto do Partido Socialista é curioso perceber que, sabendo nós que há uma carência enorme do acesso, em matéria de transportes públicos, nomeadamente do Metropolitano, na zona ocidental de Lisboa, e o que é curioso era perceber se os Senhores Presidentes de Junta do Partido Socialista, da Ajuda e de Alcântara, e também os candidatos em Belém, o que é que eles têm a dizer às populações quer lá na sua... -----

---- É pedido de esclarecimento Senhora Presidente, portanto é outra figura, creio que há outro tempo para o efeito.” -----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra perguntou: -
---- “Mas o Senhor Deputado está a pedir um esclarecimento a quem, a neste caso?” --

---- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Abreu (PCP)** no uso da palavra respondeu:-----

---- “Neste caso estou a pedir um esclarecimento ao Senhores Presidentes da Junta de Alcântara e Ajuda do Partido Socialista sobre esta matéria e também ao Partido Socialista de um modo geral aqui na Assembleia Municipal se, relativamente à posição que a Câmara Municipal adotou de expansão da rede de Metro...”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra interrompeu: -----

---- “Oh Senhor Deputado, o Senhor Deputado pode usar essa fugira regimental mas nenhum Senhor Deputado, daqueles que invocou, usou da palavra, portanto, não creio que haja regimentalmente razão para pedir esclarecimentos a uma pessoa que ainda não usou da palavra. Normalmente o pedido de esclarecimento é usado em relação a oradores anteriores e, portanto, eu pedia-lhe para concluir.”-----

---- **O Senhor Deputado Municipal Nuno Abreu (PCP)** no uso da palavra respondeu:-----

---- “Ok eu vou concluir. Portanto, em jeito então de pedido de esclarecimento, se estes intervenientes continuam concordar com a Proposta de expansão da linha de Metro prevista para a cidade de Lisboa e se nos concelhos limítrofes, temos também elementos do Partido Socialista, e muito bem, no caso do concelho de Loures, a defender, também, essa expansão.”-----

---- O que é que isto revela, do nosso ponto de vista e termino com isto. É que há, de facto, muita confusão ainda no contexto do Partido Socialista sobre esta matéria e é necessário... sobre esta temática. Senhora Presidente, Muito obrigado.”-----

---- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

---- “Oh Senhor Deputado já ultrapassou o seu tempo. -----

---- Eu vi vários Deputados a fazerem sinal para o tempo, a circunstância invocada pelo Senhor Deputado nos termos regimentais foi um pedido de esclarecimento foi para isso que lhe foi dado algum tempo adicional embora a Mesa tivesse o entendimento que isto não era propriamente um pedido de esclarecimento, uma vez que as pessoas a quem queria pedir o esclarecimento, nem sequer tinham usado da palavra, seja como for, está encerrado agora, neste momento, esta intervenção.-----

---- Creio que não temos mais Senhores Deputados inscritos e vamos passar à votação das Propostas por ordem de entrada.-----

---- Portanto, em 1º lugar, temos a Proposta de Deliberação apresentada pelo Bloco de Esquerda, a Proposta 002-BE-2017.-----

---- Há um pedido de votação por pontos, separando o ponto 1 do ponto 2 e 3, portanto, a Mesa vai pôr à votação o ponto 1 da Proposta do Bloco de Esquerda.-----

----- Eu vou relembrar: ‘Que a Assembleia Municipal, através da Mesa, articule com a Câmara Municipal, com os restantes Municípios servidos pela rede do Metropolitano de Lisboa e com o Governo um amplo e participado debate público sobre as várias possibilidades de expansão da rede de Metropolitano de Lisboa’. Naturalmente, Senhor Deputado este amplo debate público, neste mandato, já não se poderá fazer, portanto isto deverá ser, acaso, vejamos qual será a votação, mas será quando for. Porque é bom que tenhamos a consciência que neste mandato já não o vamos fazer este amplo debate nestas condições.”-----

----- Voto do **Ponto 1 da Proposta de Deliberação nº 002/BE/2017** – ‘Proposta de Deliberação sobre o Debate Específico sobre a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa’. O Ponto 1 Proposta 002/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra PS, PNP, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, 6IND.-----

---- Este Ponto foi aprovado e será, naturalmente, remetido à Assembleia seguinte como uma decisão desta Assembleia.-----

----- O Ponto 2: ‘Apela ao Governo para que suspenda a execução das obras de expansão da rede de Metropolitano de Lisboa até realização do debate referido acima’

----- Voto do **Ponto 2 da Proposta de Deliberação nº 002/BE/2017** – ‘Proposta de Deliberação sobre o Debate Específico sobre a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa’. O Ponto 2 Proposta 002/CM/2017 foi **rejeitado**, votos contra PS, PNP, 6IND não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN.

----- E o 3º Ponto é a remessa da Deliberação, vou, naturalmente pô-lo à votação.-----

----- Voto do **Ponto 3 da Proposta de Deliberação nº 002/BE/2017** – ‘Proposta de Deliberação sobre o Debate Específico sobre a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa’. O Ponto 3 Proposta 002/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra PS, PNP, não há abstenções, votos a favor do PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, 6IND.-----

----- A remessa será feita de acordo com a aprovação que foi feita. -----

----- O Senhor Deputado Davide Amado, Senhor Presidente da Junta de Alcântara, indica que quer fazer uma declaração de voto, uma declaração de voto por escrito.”----

----- **O Grupo Municipal do PS** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- *“Pretende a proposta de deliberação apresentada pelo BE que a Assembleia Municipal, através da Mesa, articule com a Câmara Municipal, com os restantes Municípios servidos pela rede do Metropolitano de Lisboa e com o Governo um amplo e participado debate público sobre as várias possibilidades de expansão da rede de Metropolitano de Lisboa e que, até à realização desse debate público, seja suspensa a execução das obras de expansão da rede de Metropolitano de Lisboa.-----*

----- *Não podendo concordar com a deliberação proposta, impõe-se o meu voto contra, o qual se justifica nos seguintes fundamentos:-----*

----- *1. Na qualidade de morador e Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, considero que em face do problema de mobilidade existente em Alcântara, nomeadamente em razão do número reduzido de carreiras de outros transportes*

públicos que servem a freguesia, a existência de uma estação de metro seria um importante contributo para a menorização desse problema; -----

----- 2. Considero ainda que a existência de uma estação de Metro em Alcântara representa um desejo antigo dos Alcantarenses, de forma a se poderem deslocar mais facilmente para outras zonas da cidade, o qual infelizmente tem sido esquecido;-----

----- 3. Acresce que em função do tecido económico de Alcântara e da existência de espaços com muita procura de pessoas de fora da freguesia, designadamente a zona das docas, a LX Factory e o Monsanto, não esquecendo as instituições de ensino como o ISA e a Universidade Lusíada, a existência de uma estação de metro permitiria reduzir substancialmente a necessidade de recurso a viatura privada para as deslocações a Alcântara;-----

----- 4. Recordando que o Governo PSD/CDS pretendeu privatizar o Metropolitano de Lisboa, reduzindo-lhe pouco a pouco as suas valências e capacidades, com a conivência de vários partidos que nunca impuseram a sua contestação, considero agora inadmissível o aproveitamento eleitoral que todos estes partidos pretendem fazer deste tema, com um total desconhecimento dos encargos com essas novas soluções e do sucesso técnico das mesmas. -----

----- 5. Por outro lado, considero demagógica a suspeição que é feita quanto ao plano de expansão do Metro e a promessa de novas estações em zonas onde o mesmo ainda não chegou, com a presunção de que o debate público vai pôr em causa o plano existente e alcançar as soluções prometidas, sem que sejam apresentados dados técnicos e financeiros que justifiquem uma interrupção para reavaliação do plano existente; -----

----- 6. Considero ainda que a promessa de estações de metro em zonas onde ainda não existem, tornando-se estas periféricas relativamente ao centro da cidade de Lisboa, contribuirá per si para a entrada de um volume incontrolável de veículos de fora da cidade para aí estacionarem, dificultando ainda mais o já grave problema do estacionamento;-----

----- 7. Entendo ainda que as críticas implícitas à linha circular proposta, resultam mais de preconceito e desconhecimento, do que convicção e conhecimento de causa, aliás, esse tipo de linha existe nos metros de cidades como Londres, Madrid, Berlim, Tóquio e Moscovo, não constando que representem um problema; -----

----- 8. Termos pelos quais, entendo que uma solução de metro para a cidade não pode nascer apenas de vontades individuais inspiradas numa agenda política de quintais (embora reconheça a todos a legitimidade de sonharem e terem desejos diferentes, como eu próprio tenho para Alcântara), mas de um programa bem sistematizado como aquele que acompanha o novo plano do metropolitano;-----

----- 9. O atual plano de expansão apresentado pelo Governo baseia-se em estudos técnicos e financeiros e encontra-se financiado com recurso a fundos comunitários e a empréstimo no Banco Europeu de Investimento (BEI), patrocínios estes que, necessariamente teriam de ser reavaliados por essas entidades em caso de suspensão do plano, fazendo perigar a sua obtenção, o que coloca em causa a execução dos trabalhos contratados. -----

----- Pelo exposto, entendo que o projeto de ampliação do Metropolitano de Lisboa encontra-se bem organizado, pelo que a sua interrupção não se justifica. -----

----- O Deputado Municipal, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, Davide Amado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Vamos agora votar a Proposta apresentada pelo Partido Socialista. Também me pedem a votação por Pontos. -----

----- Portanto o 1º Ponto: ‘Apelar ao Governo para que continue a garantir o investimento necessário à recuperação da atual capacidade operacional do Metropolitano’ -----

----- Voto do **Ponto 1 da Proposta de Deliberação nº 001/PS/2017** – ‘Debate Específico sobre a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, Proposta de Deliberação’. O Ponto 1 Proposta 001/PS/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra PSD, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- O Ponto 2, havia aqui uma, houve um apelo de vários grupos para alteração, está-me a fazer sinal de que não há alteração e que mantém a Proposta tal como ela foi apresentada. Muito bem. Apelar ao Governo para que em simultâneo com a criação da já anunciada Linha Circular, promova desde já e em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa, os estudos, projetos e tal tal para a expansão da Linha Vermelha. -----

----- Voto do **Ponto 2 da Proposta de Deliberação nº 001/PS/2017** – ‘Debate Específico sobre a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, Proposta de Deliberação’. O Ponto 2 Proposta 001/PS/2017 foi **aprovado por maioria**, votos contra PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, abstenções CDS-PP, votos a favor do PS, PNPN, 6IND. -----

----- E o 3º Ponto é o Ponto relacionado com as negociações para a expansão para o Aeroporto. Há aqui uma alteração sim, em vez, serem Aeroporto da Portela, naturalmente, é Aeroporto Humberto Delgado. -----

----- Voto do **Ponto 3 da Proposta de Deliberação nº 001/PS/2017** – ‘Debate Específico sobre a expansão da rede do Metropolitano de Lisboa, Proposta de Deliberação’. O Ponto 2 Proposta 001/PS/2017 foi **aprovado por maioria**, votos contra PSD, abstenções PCP, PEV, MPT, votos a favor do PS, BE, CDS-PP, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- E terminámos este ponto da nossa Ordem de Trabalhos e, naturalmente, quando enviar a remessa às entidades remeterei as 2 Deliberações aprovadas, a parte que foi aprovada de cada uma das Deliberações e não apenas a 1ª. Julgo que não é necessário votar isto? Alguém requer a votação disto? Ninguém requer. Assim se fará.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO FINAL DA PROPOSTA 799/CM/2015 – REGULAMENTO MUNICIPAL DO ARVOREDO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA G) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO**

ACTUAL, JUNTAMENTE COM AS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO APRESENTADAS PELA 4ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 70º DO REGIMENTO; 3 X GRELHA-BASE - 1 HORA E 42 MINUTOS; PROPOSTA INICIAL DO REGULAMENTO DO ARVOREDO; PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA 4ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES; DOCUMENTO DE APOIO À VOTAÇÃO E GUIÃO DE VOTAÇÕES. -----

----- (A Proposta nº 799/CM/2015 fica anexada à presente Ata, como Anexo VIII e dela faz parte integrante).-----

----- (As Propostas de Alteração das 4ª e 5ª Comissões Permanentes relativa à Proposta 799/CM/2015 fica anexado à presente Ata, como Anexo IX e dela faz parte integrante).-----

----- (O Documento de Apoio à Votação relativo à Proposta 799/CM/2015 fica anexado à presente Ata, como Anexo X e dela faz parte integrante).-----

----- (O Documento de Apoio à Votação – Anexo I relativo à Proposta 799/CM/2015 fica anexado à presente Ata, como Anexo XI e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Senhores Deputados vamos agora entrar na Proposta do Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa. Tenho que começar por agradecer o esforço muito grande que foi feito pelos vários Grupos Municipais e pela 4ª e 5ª Comissão, no sentido de fecharmos uma matéria difícil que estava mais ou menos bloqueada numa situação de impasse e que foi possível desbloquear, através de um processo de discussão na especialidade bastante desenvolvido em que houve uma participação ativa de muitos Senhores Deputados. -----

----- Estamos em condições de portanto, de apreciar esta Proposta. Vamos, em 1º lugar, ver quem é que quer falar sobre esta matéria e depois irei dizer como é que se processa o processo de votação. -----

----- Senhores Deputados, só por uma questão de esclarecimento, não houve Parecer aqui da 4ª e 5ª Comissão, uma vez que ouve um processo de votações e não sei se a Senhora Deputada Ana Páscoa, não sei se uma das duas Presidentes quer fazer um relato oral do que se passou nas reuniões, uma vez que não temos relatório.-----

----- A Senhora Presidente da 4ª Comissão quer fazer um breve relato oral da forma como isto se fez nas Comissões para que fique registado uma vez que não temos relatório. A Senhora Deputada Ana Páscoa não se importa? É porque não houve, materialmente, tempo de fazer o relatório, mas convém que fique registado como é que o processo se fez depois de tanto tempo de impasse.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente caros colegas Deputados, caros membros da Mesa. Deixar aqui apenas uma breve nota sobre este processo. -----

----- Como sabem o regulamento do arvoredo era um regulamento que estava aqui na Assembleia Municipal há bastante tempo, há uma razão para isso, e não foi

meramente por um atraso nos trabalhos, foi porque havia questões sobejamente conhecidas que suscitavam dúvidas e que tiveram que ser esclarecidas e foram esclarecidas, efetivamente, com diversos Pareceres que nos apoiaram nas decisões que foram tomadas, não só Pareceres jurídicos da própria Câmara Municipal como da Associação Nacional das Freguesias aí também até considerações sobre a aplicabilidade deste tipo de regulamentos e relativamente à forma como o Código de Procedimento Administrativo deve ser aplicado neste tipo de matérias. -----

----- Postas estas opiniões que, tecnicamente, nos ajudaram a fundamentar as Propostas que foram feitas as Comissões, a 5ª Comissão e a 4ª Comissão, debruçaram-se sobre o Regulamento propondo, especificamente, e sobre cada artigo, as alterações que entenderam que poderiam melhorar o texto do Regulamento. -----

----- Aquilo a que chegamos aqui hoje é um texto, não de consenso, porque há aqui matérias, obviamente, em que todos continuaremos a discordar, democraticamente, mas é um texto de compromisso e tem, por isso também, uma legitimidade até, diria eu, maior.-----

----- Há aqui matérias em que eu discordo do texto final a que chegámos, mas fico muito contente que, de facto, tenhamos conseguido fazer este trabalho de uma forma quiçá mais lenta do que aquilo que gostaríamos, mas foram os tempos que efetivamente foram necessários para que a decisão tomada hoje pudesse ser uma decisão de compromisso, mais uma vez, reitero, um compromisso alargado, a que as Comissões chegaram, de facto, de uma forma que me parece que legitima o documento de que hoje aqui sai.-----

----- Queria agradecer, por isso, a todos os Deputados que participaram nestes trabalhos ao longo destes longos meses e agradecer também à Senhora Presidente que teve aqui um contributo fundamental, também, na condução dos trabalhos e na condução deste último processo, relativamente à votação ponto a ponto, nas Comissões, na Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida na Comissão da Descentralização. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. Agora sim, temos 3 Deputados inscritos que irão usar da palavra. -----

----- A Senhora Deputada Ana Páscoa, agora sim, é a sua vez.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Em julho de 2016 a Assembleia discutiu a proposta nº799/2015, o Regulamento Municipal do Arvoredos de Lisboa. Por razões conhecidas e já aqui referidas ainda agora pela Senhora Deputada Presidente da 4ª Comissão, Senhora Deputada Sofia Cordeiro, a proposta não foi votada nessa data, e hoje encontra-se esta Assembleia novamente a discutir e aprovar essa proposta, com as alterações aprovadas nas Comissões de Ambiente e de Reforma Administrativa.-----

----- Na altura, em julho 2016, fizemos uma intervenção, embora crítica do texto aprovado em Câmara, onde expressámos a nossa concordância e intenção de voto favorável, no mesmo sentido que a nossa intervenção e votação em Câmara. Considerámos, na altura, que a proposta podia resolver alguns problemas na cidade, mas que era bem revelador da incapacidade e dificuldade de uma gestão do arvoredo, pois as juntas não têm uma visão global necessária ao desenvolvimento harmonioso e integrado entre os espaços verdes e as árvores de alinhamento, para além de que não sei se dispõem de técnicos, pelo menos em todas as Juntas, portanto, isto é, de facto, um desconhecimento nosso sobre estas matérias. O regulamento reconhece que as questões paisagísticas ligadas ao arvoredo vão muito além de uma gestão da dimensão de uma freguesia. -----

----- Referir que o PCP a este propósito apresentou na Câmara uma proposta de regresso de espaços verdes significativos (grande e média dimensão) e todas as árvores de alinhamento de vias para a esfera de competência da Câmara, e que ajudaria a minorar alguns problemas que afetam a cidade nesse âmbito, que foi rejeitada. A reorganização administrativa permitiu, em certas zonas da cidade, intervenções no arvoredo de forma muito questionável, podas e abates extemporâneos, entregues a empresas privadas e realizadas nas mais questionáveis situações, com calendários desadequados e aplicações técnicas erradas e sem controlo da Câmara, que originaram inúmeros protestos de organizações ambientalistas e de cidadãos preocupados com estas matérias. -----

----- Reiteramos aqui que sempre nos opusemos a esta reorganização administrativa da cidade de Lisboa, que representa um retrocesso grave, e que não visou a defesa dos interesses das populações, mas somente das forças políticas que a aprovaram: PS e PSD. A Lei 56/2012 significou um recuo profundo nos interesses das populações, não só pela extinção de 29 freguesias, mas também pelo afastamento da vida autárquica de centenas de eleitos, e pelo desmantelamento de serviços ao nível da própria Câmara. Não é possível resolver os problemas da cidade aglutinando estruturas, afastando o poder dos moradores ou retirando a presença territorial dos órgãos autárquicos. Esta reforma resulta no afastamento dos cidadãos da vida e proximidade autárquicas. -----

----- Neste contexto e em relação às alterações que hoje estamos a apreciar, resultantes da discussão e trabalho nas Comissões de Ambiente e de Reforma Administrativa, manifestamos o nosso desacordo à generalidade das mesmas, pois elas decorrem essencialmente da reorganização administrativa de Lisboa. Interrogamo-nos sobre a validade de um regulamento municipal nestas condições: para este resultado, não seria necessária a existência do Regulamento, pois o mesmo é imediatamente ultrapassado por voltar a dar a decisão final às Juntas de Freguesia e aos seus técnicos, que não sabemos sequer se existem. Tudo isto deixa muito claro a precipitação e a falta de cuidado com que foi feita a reorganização administrativa. -----

----- Para terminar, refiro que votámos favoravelmente em Câmara o Regulamento Municipal do Arvoredo, em 2015, mas hoje não podemos votar favoravelmente este Regulamento, que efetivamente não é o mesmo que foi aprovado em Câmara. -----

----- Deixo aqui uma referência por demais conhecida de todos nós. No livro ‘O Leopardo’, de Lampedusa, uma das personagens, o príncipe Falconeri diz: ‘Tudo deve mudar para que tudo fique como está’. Assim estamos com este Regulamento!’ -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, Os Verdes querem deixar expresso que consideram importante a existência de um regulamento do arvoredo. -----

----- A este propósito, recordamos que em 2015 propusemos, numa recomendação aprovada por unanimidade, que a Câmara Municipal de Lisboa criasse um regulamento sobre os procedimentos de manutenção, poda, abate e substituição de árvores na cidade de Lisboa. Além disso, propusemos também que apenas fossem abatidas árvores quando fosse absolutamente indispensável e após divulgação de informação aos munícipes, e ainda que fosse obrigatório existir, previamente a estas operações, um parecer vinculativo de entidade com competências fitossanitárias. -----

----- Relativamente à proposta do Regulamento Municipal do Arvoredo, Os Verdes deixam as seguintes considerações: -----

----- Sobre a proposta original da Câmara, apesar de reconhecermos que não resolvia todos os problemas, até concordávamos com alguns aspetos.-----

----- No entanto, foi criado um impasse de quase dois anos em relação a este regulamento devido à contestação das Juntas de Freguesia, inclusive do PS. Este impasse, associado a todo o processo de alterações a que o regulamento foi submetido na Comissão de Ambiente, apenas vieram comprovar as fragilidades e inconsistências da reorganização administrativa. Situação para a qual os Verdes alertaram desde o início. -----

----- Face a este entrave, a cidade continuou sem regulamento e chegou a dar entrada uma petição nesta Assembleia pedindo que o regulamento fosse finalmente aprovado. -

----- Grande parte das alterações propostas apenas vem legitimar que estamos perante 25 visões distintas sobre o arvoredo na cidade, razão pela qual em Comissão Os Verdes votaram contra. -----

----- Podemos mesmo afirmar que este regulamento é o reconhecimento de que na gestão do arvoredo a transferência de competências é um falhanço, assim como o é também noutras áreas.-----

----- Em linhas gerais o que se passou foi o seguinte: a Câmara livrou-se dos espaços verdes para as Juntas de Freguesia, sem qualquer noção do que estava a fazer. Primeiro, fez-se a transferência de competências, depois, para tentar resolver algumas questões, apresenta-se um regulamento que, mesmo assim, mantinha alguns conflitos entre a Câmara e as Freguesias. Como forma de tentar minimizar a oposição dos Presidentes de Junta, a solução foi apresentar alterações ao Regulamento que acabam por o desvirtuar e afastar do seu objetivo, que deveria ser regulamentar de forma coerente a gestão e manutenção do arvoredo. -----

----- A verdade é que esta situação levantou algumas dificuldades como a necessidade de externalização de serviços, o não cumprimento de determinados regulamentos e

deliberações municipais e a não observância do protocolo com o Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida. -----

----- Importa lembrar que algumas podas e abates levaram a que muitos munícipes e organizações tivessem protestado por considerarem determinadas intervenções duvidosas e excessivas. -----

----- Neste contexto, importa recordar igualmente que o próprio Sr. Vereador dos espaços verdes admitiu, em Maio de 2015, que desde que a intervenção no arvoredo transitou para as Juntas houve casos de podas excessivas e falta de informação devida às populações. -----

----- Face a tudo isto e pela importância que as árvores desempenham na cidade, Os Verdes sempre defenderam que os espaços verdes e as árvores de alinhamento de via constituem um todo, em termos ambientais, paisagísticos e históricos, pelo que devem ser geridos de forma integrada. -----

----- Em suma, estávamos perante uma oportunidade para termos um regulamento que, não sendo perfeito, seria um passo importante. Agora, estamos perante um regulamento que, sendo incluídas algumas das alterações propostas, significará um retrocesso e contrariará uma gestão integrada e um desenvolvimento harmonioso dos espaços verdes e das árvores de alinhamento. -----

----- Havia e há uma solução: os espaços verdes e as árvores de alinhamento serem considerados estruturantes e serem geridos pela Câmara que, por seu lado, deve criar condições para que essa gestão seja realizada de forma eficaz. -----

----- Lisboa tem uma escola de jardineiros e está na altura de a Câmara Municipal de Lisboa reativar esta escola, formar jardineiros e integrá-los no quadro de pessoal, tal como Os Verdes têm continuamente proposto e o executivo tem continuamente ignorado. Seria uma alternativa mais séria e prudente, iria ao encontro da gestão integrada que é desejável e serviria melhor o interesse público, em vez de se gastar milhões em contratos com privados. Obrigada”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, imprensa, pública geral. -----

----- O Regulamento do Arvoredo que hoje nos é trazido para votação teve um processo, como já se puderam aperceber, bastante conturbado, em que se confrontaram duas visões, pelo menos. -----

----- A visão de uma atitude mais centralista em que tudo é ordenado tudo é feito a partir da Câmara Municipal e uma atitude mais descentralizada, chamemos-lhe, com um regime de subsidiariedade imposto ao arvoredo, o que significava que cada entidade responsável trataria do seu arvoredo. -----

----- Aquilo que estava em questão é se essa subsidiariedade iria ter alguma regulamentação, algumas regras, que permitissem também aos cidadãos saber se o arvoredo da cidade estava a ser bem cuidado e, se não estivesse, a quem é que podiam atribuir responsabilidades. -----

----- Pode-se dizer que passámos de uma entidade responsável para 25, tudo bem, isso corresponde à realidade, agora, mas sabemos exatamente quem é o responsável de cada árvore. -----

----- Portanto uma das Propostas que nós sugerimos e que foi consensuada com um texto algo diferente daquilo que tínhamos proposto, mas que, na prática, vai dar quase o mesmo, é que, cada árvore seja totalmente identificada, com a sua espécie com a sua descrição, fotografia, no fundo, quase um BI da árvore, e que tenha o seu estado fitossanitário. -----

----- Portanto, isto corresponde a um controle o cidadão que é, na nossa opinião, para além das questões técnicas, o mais importante que este Regulamento dos trás e permite que os cidadãos não tenham que andar a fazer manifestações e cordões à volta das árvores, porque, finalmente, assim que for cumprido o Regulamento, nós iremos saber, com antecedência, que tipo de tratamento é que vai ser efetuado nas árvores, se vai ser feito um abate, sabemos as condições fitossanitárias em que a isso vai ser feito, e, portanto, há efetivamente a possibilidade de ser feito um controlo cidadão àquilo que é feito. E mais, e sabemos quem é o responsável, pelo bom tratamento que esperamos que venha a ser feito nas árvores da cidade. -----

----- Sendo assim, eu só posso dizer que este regulamento é muito bem-vindo, é um sucesso que tardou, mas que eu creio que a cidade saberá apreciar e tenho que dar os parabéns a todos os Deputados que a souberam consensuar, consensuar não, porque há quem esteja contra, mas souberam, pelo menos, consensuar um texto final para votação, isso já é muito positivo e, portanto, esperamos que este Regulamento seja uma boa ação que a Câmara, esta Assembleia e todos nós, possamos fazer para com as árvores da cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. -----

----- A Mesa agora irá expor o modo como gostaríamos de fazer esta votação. -----

----- Foram distribuídos 2 documentos de apoio à votação que têm a versão original e tem, de vez em quando, uma caixinha com as Propostas de alteração apresentadas pela 4ª e 5ª Comissão à versão original. -----

----- Portanto, a Mesa vai seguir rigorosamente estes documentos, vai pondo à votação as partes em que não há alteração nenhuma e depois votam-se as partes em que há alteração, ou antes, se for em caso de eliminação, e assim sucessivamente, até chegarmos ao final do nosso trabalho. -----

----- Portanto, relativamente à Nota Justificativa. Eu pergunto se têm todos o documento de apoio, para a votação na especialidade, que é fundamental para fazermos agora esta votação. Penso que, se não está, posso garantir a distribuição por todas as bancadas, ele está no site, está... Senhor Deputado, alguma dúvida? -----

----- Uma cópia do documento, eu pergunto se é possível fazer chegar uma cópia, de qualquer maneira está no *site*. Se têm o *site* aí aberto, encontram lá. Se vai à Proposta 799, vai à Ordem de Trabalhos de hoje e os documentos estão lá todos. Integrais na

Ordem de Trabalhos de hoje, na reunião 149. Se quando chegar aí ao ponto da Ordem de Trabalhos, no final, estão lá os documentos todos direitinhos. Encontrou? -----
----- Vamos passar para outro assunto que eu vou mandar fazer cópias e distribuir. Eu pensei que isto foi distribuído por todos que podíamos estar em condições de votar. Estão os documentos? Muito bem. -----
----- Então entregar ao Senhor Deputado do PAN. De qualquer maneira a Mesa vai dizer daqui da Mesa, o que é que se passa.-----
----- Senhores Deputados, relativamente à Nota Justificativa há 2 Propostas de alteração. -----
----- Uma Proposta de alteração no parágrafo que começa, 5º parágrafo, que começa: quanto ao arvoredo de arruamento, tem-se entendido, atenta a sua natureza mista, que a sua manutenção, poda e limpeza compete às juntas de freguesia, e o abate, remoção e substituição compete, tal, tal, tal. A Proposta é de eliminação deste parágrafo. Este parágrafo, a Proposta da 4ª e 5ª Comissão é de eliminação. Esta Proposta está aqui explicitada a votação que ela teve em Comissão, foi aprovada por maioria com votos contra do PCP e do PEV abstenção de um Deputado do PS e favor das restantes forças políticas. Esta Proposta é uma proposta de eliminação tem que ser votada antes de votarmos o texto.-----
----- Depois há uma 2ª Proposta da nota justificativa mas é um aditamento, que pode ser votado depois de votarmos o texto. -----
----- Portanto, a Proposta que eu vou pôr à votação é a proposta de eliminação do 5º parágrafo da nota justificativa que está na página 3 do documento de apoio. Vamos para a votação desta Proposta, estamos em condições de votar. -----
----- **Voto da Proposta de eliminação do 5º parágrafo da Nota Justificativa da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’. A da Proposta de eliminação do 5º parágrafo da Nota Justificativa da Proposta nº 799/CM/2015 foi **aprovada por maioria**, votos contra PCP, BE, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.-----
----- Portanto, este parágrafo será eliminado e agora vou pôr à votação a Nota Justificativa toda com este parágrafo eliminado e depois votaremos o aditamento a seguir.-----
----- **Voto da Nota Justificativa da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’. A Nota Justificativa da Proposta 799/CM/2015 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, BE, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----
----- E agora vamos ao aditamento, o aditamento à Nota Justificativa, diz o seguinte: onde está ‘as intervenções’ como é que isto está aqui? Um momento só.-----
----- O que diz o texto original é que o ‘o presente regulamento tem como objetivo criar um quadro de atuação que promova e sistematize as intervenções no planeamento’ por aí fora, por aí fora. E o que se pretende é que fique: ‘as intervenções das autarquias no planeamento, implantação, gestão e manutenção do arvoredo’ é só acrescentar a expressão nas autarquias.-----

----- Senhor Deputado ainda não estamos em artigos, isto é um aditamento à Nota Justificativa. Estamos no final da página 3 do documento de apoio. É o aditamento à Nota Justificativa. É aditar a expressão ‘das autarquias’, é explicitar de quem é que é a intervenção. Penso que isto é relativamente pacífico, é uma questão de redação. Estamos em condições de votar? Estamos em condições de votar? -----

----- E que se os Senhores Deputados não têm o documento de apoio, vamos ter muita dificuldade em fazer esta votação. Portanto, eu preferia fazer cópias a todas as bancadas do documento de apoio, passamos à discussão de outro Ponto e depois voltamos aqui. Porque realmente assim é muito difícil. Têm que estar a consultar vários documentos ao mesmo tempo, é muito mais difícil para os Senhores Deputados. -----

----- Eu posso ceder o meu e sigo eu pelo computador, não tenho problema nenhum. Façam favor. Vão fazer cópias. -----

---- Senhores Deputados desculpem, mas é que senão é muito difícil, eu pergunto quem é que precisa do documento de apoio para seguir a votação que levantem o braço, eu vou mandar fazer as cópias necessárias. Uma cópia ali, 2 cópias aqui. Muito bem, então façam favor de fazer duas cópias do documento, dos 2 documentos de apoio, duas cópias rápidas dos documentos de apoio nós vamos adiantando qualquer outra coisa aqui. -----

----- Senhores Deputados façam pela bancada ou sigam pelo computador. Eu tenho é que garantir é que em todas as bancadas tem que haver um documento de apoio. -----

----- Senhores Deputados, para que todos possam acompanhar isto como deve de ser, mais do que estar a fazer fotocópias, podemos usar outra solução que é relativamente expedita, vamos ligar aqui o computador ali assim ao ecrã e toda a gente vê no ecrã, o que é que estamos a votar, eu penso que isto é mais simples e toda a gente pode ver. Já podia ter tomado esta decisão, mas não me ocorreu. -----

----- Desculpem lá esta questão técnica, mas pronto, parece que temos que ir para ali. --

----- Oh Senhores Deputados isto, em princípio já está mais ou menos em condições, vamos lá ver se conseguimos que ele apareça no ecrã. Conseguem ou não conseguem fazer a ligação? Temos sinal, não temos sinal? Façam-me só sinais aí de cima, se funciona ou não funciona. Já está Senhores Deputados. -----

----- Ora, muito bem, então vamos lá a ver, vou-vos mostrar como é que isto funciona é relativamente simples. -----

----- Estávamos na Nota Justificativa, isto pode ser um pouco mais pequeno? Isto pode ser um pouco mais pequeno? eventualmente, não. É que eu penso que vou... Conseguem ver? Assim conseguem ver? Assim conseguem ver este tamanho ou está pequeno demais? -----

----- Pronto, nesta 1ª página não há nenhuma alteração, na 2ª página, esta 1ª caixa que ali está, a 1ª caixa que ali está foi a que já votámos, era a 1ª alteração à Nota Justificativa, já votámos. -----

----- A 2ª Caixa era o aditamento que nós estávamos a votar agora e que não estavam ali a conseguir compreender qual é o sentido aditamento. O aditamento é acrescentar

aqui onde está ‘as intervenções no planeamento’, acrescentar aqui ‘as intervenções das autarquias no planeamento’, é só isto. -----

----- Pode sim Senhor, era isso que eu estava a perguntar, pode ampliar, claro que pode. -----

----- A Proposta de aditamento é esta, acrescentar a expressão ‘das autarquias’ na 2ª linha, entre ‘intervenções’ e ‘planeamento’ e têm, em baixo, como é que isto foi votado na Comissão, para também perceberem qual foi a dinâmica dos trabalhos. -----

----- Vou pôr esta Proposta de aditamento à votação. -----

----- **Voto da Proposta de aditamento da Nota Justificativa (4ª e 5ª CP) aditar a expressão “das autarquias” na segunda linha, entre “as intervenções” e “no planeamento” Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, BE, PEV votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Vamos prosseguir. No artigo 1º nós não temos nenhuma alteração, portanto, eu vou pôr à votação o artigo 1º, tal como ele foi proposto inicialmente, não tem alterações. -----

----- **Voto do Artigo 1º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Vamos passar ao artigo 2º em que há uma Proposta de alteração no número 3. A Mesa vai para a votação, os números 1 e 2 do artigo 2º. -----

----- Olhem para eles do artigo 2º, números 1 e 2 originais, não há alteração. -----

----- **Voto do Ponto nº1 e Ponto nº2 do Artigo 2º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

---- E agora há uma proposta de alteração do artigo 2º, do número 3, que eu vou passar a mostrar: a redação original é sempre que está cá escrita. Que é: ‘Sempre que estiver em causa o interesse público...’ e tal, tal, tal, a redação original. -----

----- A Proposta de alteração é na 2ª linha, a referência à expressão ‘aspetos paisagísticos’ ser retirada. O racional desta Proposta é que o aspeto paisagístico é uma expressão demasiado vaga. A votação que teve em Comissão está aqui assinalada em baixo, estamos na página 5 documento de apoio. -----

----- Estamos em condições de votar? -----

----- **Voto proposta de alteração do Ponto nº3 do Artigo 2º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, BE, CDS-PP, PEV, votos a favor do PS, PSD, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Vamos passar ao artigo 3º, não há nenhuma Proposta de alteração, as definições todas, ninguém fez alteração nenhuma, eu vou pôr à votação o artigo 3º. -----

----- Peço desculpa? Peço desculpa querem que eu volte atrás? Qual é o problema? Eu não percebo qual é o problema?” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhora Presidente, nós estamos aqui com uma dúvida e até com algumas reservas. Porque nós achávamos que depois de votarmos cada proposta de alteração, votaríamos, no final, a Proposta final do regulamento, com as propostas de alteração incluídas ou não, caso fossem aprovadas ou não.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- Senhora Deputada, vamos ter que fazer essa votação no final, com todas as alterações incluídas mas, artigo a artigo, nós temos que votar as alterações e o texto original. Nós não estamos a votar o texto original todo de uma vez. A menos que os Senhores Deputados me digam que o texto original não carece de nenhuma alteração e nessa altura passo a pôr a votação todo de uma vez. Mas eu acho que isto assim é mais correto. Isto assim é mais correto, vamos vendo artigo a artigo, votamos as alterações, votamos o artigo, no final, os Senhores Deputados têm ocasião de fazer um voto final em que dão o sentido geral da vossa posição em relação ao resultado disto tudo. Podem votar os artigos como entenderem, mas, depois no final há uma votação final em que têm a possibilidade...-----

----- É porque isto nem sequer teve votação na generalidade e, portanto, eu tenho que fazer esta votação se não isto não fica regular, portanto, temos que fazer isto com este cuidado, peço desculpa, dá um bocadinho mais trabalho, mas tem que ser e no final, temos sempre uma votação final global em que, independentemente da maneira como votaram cada um dos artigos, cada partido faz uma apreciação do conjunto do que é que aqui está e vota como entender.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Santos (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado, só uma sugestão, para dar uma melhor celeridade a todo o processo votávamos primeiro todos os parágrafos que tivessem alterações e no fim fazíamos uma única votação para o texto que não foi sujeito a alterações. Em vez de estarmos a votar artigo a artigo...”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado pode perfeitamente fazer-se assim, eu pus essa Proposta aqui na Mesa e disseram que não era correto fazer assim, portanto, por isso é que eu estou a fazer desta maneira. As alterações, não tenho nenhuma dúvida que tem que ser votadas uma a uma. O texto original, na parte que não foi alterado, tem que ser votado também. Alguém requer que algum dos artigos do texto original seja votado separadamente? Se ninguém requer podemos fazer as votações das alterações todas, depois votamos, de uma única só vez, os artigos do texto original que ninguém requereu para serem votados em separado, e votam como entenderem, e depois disto tudo, temos que fazer uma votação final do texto consolidado com as alterações incluídas. Tem que ser assim, para isto fazer sentido.-----

----- Então nesse caso é mais simples e são só as Propostas de alteração que nós temos que votar para já nesta fase. -----

----- Portanto a próxima proposta de alteração é o número 6 do artigo 4º, vamos lá chegar rapidamente. Número 6 do artigo 4º, é próxima caixinha que está aqui no documento de apoio, está na página 9 do documento de apoio, está aqui é uma proposta de alteração do número 6 do artigo 4º. O que é que estava nesta redação, aqui explícito, veem bem no ecrã, a reação inicial, tinha cá: ‘salvaguardada a situação prevista no artigo 25º’ que é o artigo que trata das questões de urgência, ‘sempre que haja necessidade de intervenção que implique o abate, o transplante, ou outra operação que de algum modo fragilize as árvores, deverá ser previamente sujeita a parecer vinculativo da Câmara Municipal, de forma a determinar os estudos a realizar, medidas cautelares e modo de execução dos trabalhos’. -----

----- A alteração é diferente, fica o que eu vou ler, significa que, se o arvoredado é gerido pela Junta, tem que pedir Parecer à Câmara, se o arvoredado é gerido pela Câmara tem que pedir Parecer à Junta. E os Pareceres não são vinculativos. -----

----- É isso que eu vou passar a ler é o que está sublinhado dentro da caixa: ‘Salvaguardada a situação prevista no Artigo 25.º, sempre que haja necessidade de intervenção que implique o abate, o transplante, ou outra operação que de algum modo fragilize as árvores, deverá ser previamente sujeita a parecer da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia, consoante o caso, de forma a determinar os estudos a realizar, medidas cautelares e modo de execução dos trabalhos’. -----

----- E têm também aqui em baixo qual foi a votação, em Comissão, desta Proposta. ---

----- Estamos em condições de votar? A Mesa vai pôr à votação. -----

----- **Voto proposta de alteração do Ponto nº6 do Artigo 4º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredado’ foi **aprovada por maioria**, votos contra PCP, BE, PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Vamos passar agora ao artigo 5º, este tem várias propostas de alteração e vamos já vê-las. -----

----- O artigo 5º temos logo no número 1, uma proposta de alteração, escuso, talvez, de estar a ler uma vez que está projetado no ecrã, creio que não Senhores Deputados invisíveis na sala, portanto, escuso de estar a ler. -----

----- Portanto peço que leiam e que vejam o que é que foi votado em Comissão, que é o que vai ser posto à votação. -----

----- Aqui, a alteração essencial foi a introdução do Artigo 12.º da Lei n.º 56/2012, porque é essa lei que habilita as Juntas de Freguesia a ter Competência nestas matérias, foi essa a alteração essencial e, portanto, a relação foi alterada em função disso, explicitando que são as de natureza não estruturante. -----

----- Está claro o sentido? Podemos pôr à votação?-----

----- **Voto proposta de alteração do Ponto nº1 do Artigo 5º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredado’ foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, BE, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Depois, temos aqui no número 2. Este aqui há uma alteração importante. Segundo a Proposta original a responsabilidade pelos danos provocados pelas árvores era sempre da autarquia responsável pela gestão. A Proposta aprovada em Comissão é que a responsabilidade pelos danos é sempre da Câmara, a razão disto é porque as Juntas receberam património arbóreo que não sabem em que condições está e muitas vezes não estava devidamente mantido. Portanto, nestes primeiros anos, pode haver danos provocados com o património arbóreo cuja responsabilidade não tenha sido da Junta. O que se põe aqui é o número 2 a dizer que responsabilidade é da Câmara e adita-se o número 3 a dizer que caso o dano seja provocado por um incumprimento culposo da Junta então, naturalmente, a responsabilidade é da Junta. Foi isto que foi colocado à consideração de todos na Comissão. Vamos pôr à votação. -----

----- **Voto proposta de alteração do Ponto nº2 e aditamento do novo Ponto nº3 do Artigo 5º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.-----

----- Vamos passar agora e, portanto, neste caso é simultaneamente a alteração do número 2 e aditamento do número 3 é tudo o que estava na caixa. -----

----- Vamos passar agora ao artigo 6º, há uma proposta de aditamento ao número 2 e o aditamento é, no fundo, aditar no final do número 2, a expressão ‘sem prejuízo do disposto no artigo 14º’.-----

----- **Voto proposta de alteração do Ponto nº2 do Artigo 6º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Vamos continuar, temos agora no artigo 7º uma proposta de alteração, a epígrafe, em vez de se chamar ‘protocolos de cooperação’ chama-se ‘participação das populações’ e há uma alteração da redação para que possa haver, portanto, formas de cooperação, como estava previsto no texto inicial com moradores ou grupos de moradores, associações, etc. Mas a lei não prevê estes protocolos de cooperação com essas entidades, por isso é que foi feita esta alteração. Vamos pôr à votação. A Proposta que foi a votada na nas Comissões. -----

----- **Voto proposta de alteração do Artigo 7º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Vamos passar agora o artigo 8º, há uma aposta de alteração do número 1, acrescentar, onde estava ‘do Presidente da Câmara e das Juntas de Freguesia’, ‘do Presidente da Câmara, dos Presidentes das Juntas ou quem tenha competência delegada’. Acrescentar a expressão ‘dos Presidentes’. -----

----- **Voto proposta de alteração do Ponto nº1 do Artigo 8º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Está aprovada a proposta com este adiamento. -----

----- Vamos agora passar ao artigo 9º. A Proposta que há do artigo 9º é no corpo do artigo e nas alíneas h) e l). É sempre o mesmo sentido, tirando uma das alíneas, o sentido é sempre o mesmo, é que no corpo do artigo estava ‘aprovado pela Câmara’ e agora passa a estar ‘pela Câmara ou pelas Juntas’. -----

----- Portanto, acrescentar sempre isto nas várias alíneas e no corpo do artigo. -----

----- E a outra alteração, portanto, aqui no corpo do artigo fica ‘pela Câmara ou pelas Juntas’, nas várias alíneas diz-se pela Autarquia, será Câmara ou Juntas, consoante. ----

----- A alínea k) é que é uma alteração maior, eu vou só ver qual era a redação anterior, a alíneas k) dizia ‘abater árvores sem autorização da Câmara exceto nas situações de emergência, atestadas pelas Proteção Civil’ e passa a ser ‘abater árvores’, no plural, ‘exceto nas situações de emergência’ há um artigo específico só sobre essas situações e, portanto... -----

----- Não estou a perceber. -----

---- Peço desculpa, estão a entrar pela *Internet* avisos dos jornais. Peço desculpa, já estou a tirar. Já tirei, peço desculpa. Se quiserem, vou para o documento em *pdf* em vez de em sede, mas isto agora está a funcionar bem é melhor não mexer muito. Ok, já tirei as notas e sempre que aparecer mais uma eu retiro, pronto. -----

----- Estão clarificadas as alterações propostas? Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de alteração do corpo do texto e alíneas h) a l) do Artigo 9º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por maioria**, votos contra PCP, BE, PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Vamos passar agora ao artigo 10º, o número 1, há uma proposta de alteração que é explicitar que é a ‘competência da autarquia correspondente’ e é isto que foi acrescentado. -----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº1 do Artigo 10º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Vamos passar agora ao número 3 do 11º artigo, e qual é a alteração? É um aditamento, é um simples aditamento, e é acrescentar ao que já cá estava escrito ‘bem como emitida a competente autorização a que se refere o nº3 do artigo anterior’. -----

----- Naturalmente que isto é obrigatório, mas fica assim explicitado. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **proposta de aditamento do Ponto nº3 do Artigo 11º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Vamos passar agora ao artigo 13º. No 12º não há alterações. Vamos passar agora ao artigo 13º. Tem uma proposta alteração no número 2. Vamos lá ver qual ela é. -----

----- É uma alteração de Português, onde estava ‘não é permitida a realização de lume’ fica ‘não é permitido foguear’ que se considerou que era um português mais escoreito. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº2 do Artigo 13º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Vamos passar agora ao artigo 14º número 2. E alteração é pôr no plural, estava Juntas de Freguesias, é pôr aqui uns ‘de’ e uns plurais que não estavam. Penso que é isso, mas vou confirmar, estava tudo no singular Juntas de Freguesia, Associação de defesa do Ambiente ou cidadão, e passou a ser de Juntas de Freguesia, de Associações de defesa do Ambiente ou de cidadãos. Vamos pôr à votação. -----

----- Oh Senhores Deputados eu agradecia, Senhor Vereador desculpe lá, é que isto já é difícil, se a gente se desconcentra aqui na Mesa baralhamos isto tudo. -----

----- Vamos pôr à votação então esta proposta de alteração do número 2 do artigo 14º. -

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº2 do Artigo 14º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “No artigo 15º não há alterações. Passamos ao artigo 16º: alterações no nº1e alterações no nº 5.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos primeiro ver a alteração do número um. É aditar a expressão ‘pela autarquia’ também é uma coisa simples e só explicar quem é que notifica. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de aditamento do Ponto nº1 do Artigo 16º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Alteração no nº 5. Ponto 5” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “No Ponto 5, a redação inicial era ‘os serviços da autarquia sejam obrigados a intervir’ a redação que se propõe é que ‘a autarquia seja obrigada a intervir’. -----

----- Não temos que estar aqui a discriminar os serviços, porque é mesmo uma obrigação da autarquia. Foi isso que foi aprovado em Comissão, vamos pôr à votação.

----- Peço desculpa, temos outra vez aqui alguma coisa, não se vê? ‘Seja obrigada seja obrigada’, está repetido, isto está em *pdf* não posso alterar aqui, mas, efetivamente já percebi que há aqui um erro, peço desculpa. Está aqui um erro, está uma repetição e,

portanto, vamos pôr à votação, naturalmente, sem a repetição da expressão ‘seja obrigada’, obrigado. -----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº5 do Artigo 16º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Como vêm este método, obriga a que todos estejam escrutinar o que agente está a fazer, o que é excelente.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O artigo 17º não tem alterações. Passamos ao artigo 18º, número 2.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Portanto, aqui também foi passar de ‘os serviços competentes da Câmara’ para ‘serviços competentes da autarquia e aprovado pelo respetivo Presidente ouvindo o parecer da outra autarquia. Portanto, foi introduzir esta alteração, vamos pôr à votação.-----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº2 do Artigo 18º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, BE, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Artigo 19º, o nº1 não tem alterações, então o nº2. O artigo 19º nº 2.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “A Proposta de alteração é uma alteração de redação e, portanto, apenas uma alteração de redação, está claro aí no ecrã, o que é que é a alteração. Passa a ser ‘os planos de substituição são elaborados pela Câmara ou pela Junta’ sem explicar se é o responsável com competência delegada, quem faz os planos é a entidade, não é a pessoa concreta. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº2 do Artigo 19º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por maioria**, votos contra PCP, BE, PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- O número 3 também tem uma alteração. É também acrescentar aqui a presença do Presidente da Junta e não apenas a Câmara e aqui sim, ‘o responsável com competência delegada’ uma vez que estamos a falar de Presidentes dos órgãos e não das entidades. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº3 do Artigo 19º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por maioria**, votos contra PCP, BE, PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Agora vamos ver o numero 6 anterior, o números 6 dizia que era ‘proposto pela Junta a Câmara para Parecer dos serviços competentes’. E na alteração diz que, ‘o

plano de substituição é elaborado pelos serviços competentes da Autarquia' consoante o caso seja arvoredo estruturante ou não estruturante, portanto, está depois aqui o resto da redação compatível com isso. Antecedido sempre de parecer da outra entidade.-----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº6 do Artigo 19º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, BE, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- No ponto 7 do artigo 19 em vez de ser a Câmara é a Autarquia. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº7 do Artigo 19º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, BE, PEV, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.-----

----- Agora artigo 20º número 2 é acrescentar a questão da Autarquia onde estava Câmara. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº2 do Artigo 20º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O artigo 21º não é alterado, passamos ao artigo 22º”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Este artigo 22º teve alterações grandes, que é o artigo que fala da plataforma georreferenciada.-----

----- Portanto, há uma alteração no nº1. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº1 do Artigo 22º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Há uma proposta de aditamento, de dois novos números que se passarão a ser o 3 e o 4.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- Estes novos números é que dão o conteúdo desta plataforma, portanto, são alterações importantes que resultam da Proposta do PAN depois de discutida em Comissões. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **proposta de aditamento de dois novos números, nº 3 e nº4 do Artigo 22º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “O artigo 23 tem uma proposta de alteração.” -----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
 ----- “É uma precisão linguística, em vez estar ‘stresses’ no plural, ‘*stress*’ no singular e uma vez que é uma palavra que não é portuguesa pôr em itálico. Vamos pôr à votação.-----
 ----- Voto **proposta de alteração do Artigo 23º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.” -----
 ----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “O artigo 24º tem alteração ponto 4, com proposta de eliminação.” -----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
 ----- “Quem está a chamar a atenção? Não, não vejo aqui, não percebi exatamente quem é que estava a chamar, mas vamos ver. -----
 ----- Portanto, a proposta é de eliminação do Ponto 4. Vamos pôr à votação. -----
 ----- Voto **proposta de eliminação do Ponto nº4 do Artigo 24º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ foi **aprovada por maioria**, votos contra PCP, BE, PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNPN, 6IND.” -----
 ----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “O artigo 25º tem uma proposta de alteração.” -----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
 ----- “A Proposta de alteração, que é importante, finalmente, ‘a Autarquia’ e não apenas, não sei como é que estava, estava para as Juntas, mas aqui pode também aplicar-se às Câmaras, a questão do abate urgente árvores. Portanto, o sujeito passa a ser ‘a Autarquia’ e acrescentou-se aqui a possibilidade de ‘a Autarquia proceder ao abate urgente de árvores em caso de emergência por indicação do Serviço Municipal de proteção civil.’ Vamos pôr à votação.-----
 ----- Voto **proposta de alteração do nº1 e de aditamento do nº2 do Artigo 25º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----
 ----- Estamos quase a acabar o regulamento.” -----
 ----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----
 ----- “A proposta de aditamento já foi votada?” -----
 ----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
 ----- “Sim.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, passamos para o artigo 26º nº 3.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Eu peço desculpa, mas o que nós acabámos de votar é tudo o que está dentro da caixa. Portanto, é a alteração do nº1 e o aditamento do nº2.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Artigo 26º nº3 e nº4.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O número 3 é a alteração da redação é, exatamente, introduzir se é Câmara ou Junta, consoante. Vamos pôr à votação este ponto nº3. -----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº3 do Artigo 26º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por maioria**, votos contra PCP, BE, PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.” -----

----- A alteração do número 4 é também colocar a Autarquia em vez de estar a pôr a CML e Juntas, é Autarquia, é Autarquia. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº4 do Artigo 26º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Artigo 27º nº2.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Artigo 27 nº2, ‘audiência dos interessados’ que é a expressão que está no Código de Procedimento Administrativo, ‘nos termos Código de Procedimento Administrativo. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº2 do Artigo 27º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Artigo 28º nº6.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “É o artigo das contraordenações e o nº 6 é uma alteração de redação, porque não se percebia muito bem, o que lá estava, percebia-se mas não estava muito bem redigido. Portanto, foi uma melhoria de redação. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **proposta de alteração do Ponto nº6 do Artigo 28º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por**

unanimidade, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Alteração do nº8 com proposta de aditamento a este nº.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- É um aditamento a remeter para o nº3 deste mesmo artigo. Vamos pôr à votação. -

----- Voto **proposta de aditamento do Ponto nº8 do Artigo 28º da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- E nas disposições finais não há alterações nenhuma.-----

----- Agora, Senhores Deputados, todos os artigos em que não houve alterações, ou números dos artigos em que não houve alterações, têm que ser agora postos à votação em bloco.-----

----- Portanto, os que foram alterados, foram alterados, os que não foram alterados, artigos, ou partes de artigos, que não foram alteradas, vamos pôr agora à votação em bloco. -----

----- Voto **dos Artigos e Pontos de Artigo da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredó’ **que não tiveram alterações** foram **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.-----

----- Estão a aprovados por unanimidade os remanescentes. -----

----- E agora sim, vamos pôr à votação, já iremos às Normas Técnicas, vamos pôr à votação final global. -----

----- Querem fazer a votação final global só depois de vermos as Normas Técnicas? Se calhar é melhor, no fim de tudo. Muito bem. -----

----- Então esta parte está fechada. Agora vamos buscar o outro documento que é o das Normas Técnicas, que é um documento bastante extenso, mas as alterações são apenas 6 ou 7 são pequenas.-----

----- Só um minuto, temos que a nossa Ordem de Trabalhos de hoje é o 2º documento, diga-me a página que eu vou logo lá. -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Página 3 e 4, Ponto 1.5, ‘Tutoragem’, 1º e 2º parágrafo, proposta de alteração.”--

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Oh Senhores Deputados esta foi daquelas matérias teve uma grande discussão, porque o que estava cá era um tripé constituído por 3 ou 4, portanto, um tripé de 3 ou 4 varas deu uma grande discussão em Comissão e acabou por se considerar que, em vez de chamar tripé, fica apenas 3 ou 4 varas e explicitar que são de madeira. -----

----- Peço desculpa havia este, mas é a mesma questão, é este, ‘tutoragem’, é aqui. Esta é a 1ª alteração, onde estava 3 ou 4 varas, substituir a expressão ‘varas de pinho tripé’ por ‘3 ou 4 varas de madeira’. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de alteração do 1º parágrafo do Ponto nº1.5 do ‘Anexo I – Normas Técnicas’ da Proposta nº 799/CM/2015** - ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- E agora sim, na ‘tutoragem’, na página 4 a outra alteração é a mesma coisa, tripé por varas de madeira. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de alteração do 3º parágrafo do Ponto nº1.5 do ‘Anexo I – Normas Técnicas’ da Proposta nº 799/CM/2015** - ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, votos a favor do PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É o ponto 1.6, página 4 no 3º parágrafo. Proposta de alteração no ponto 1.6 descrição da execução dos trabalhos” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Esta é uma proposta que veio das Freguesias e faz sentido, que é acrescentar ao que já cá estava, para além das raízes ‘não se pode ferir tronco, ramos, torrões, raízes e flecha’, flecha também importante e, portanto, isto foi acrescentado e foi considerado aprovado pelas Comissões. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de alteração do 3º parágrafo do Ponto nº1.6 do ‘Anexo I – Normas Técnicas’ da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Página 6 no 11º parágrafo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Aqui na página 6 foi um problema de Português, portanto, como se introduziu a questão da flecha, agora era preciso acertar o português sobre o corte. Vamos pôr à votação esta alteração. -----

----- Voto **proposta de alteração do 12º parágrafo do Ponto nº1.6 do ‘Anexo I – Normas Técnicas’ da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND.” -----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Página 26, Ponto 9, ‘Controlo Fitossanitário’ 1º e 2º parágrafo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “É novamente uma questão linguística e ortográfica. É a palavra ‘*stress*’ e a palavra ‘*deficit*’ serem colocadas em itálico, é apenas isto. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de alteração do 1º parágrafo do Ponto nº9 do ‘Anexo I – Normas Técnicas’ da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do

Arvoredo' foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Página 27, 1º e 2º parágrafo.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Aqui foi um bocadinho mais complicado porque as referências que estavam nas normas técnicas referenciavam diplomas legais que já foram ultrapassados por novos diplomas legais e por essa razão, as Comissões fazem a Proposta que fique cá uma remissão para, ‘de acordo com a legislação que regula as atividades’, aquela que estiver atualmente em vigor, a mais recente, naturalmente. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de alteração do 2º parágrafo do Ponto nº9 do ‘Anexo I – Normas Técnicas’ da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND.”-----

----- **A Senhora Segunda-Secretária da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Página 30, Ponto 9.2 ‘Avaliação Fitossanitária’, um aditamento e uma nova alínea, passa a ser a alínea d).”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Pois o que estava cá, pois, exatamente. Vamos pôr à votação, é acrescentar novas exigências a este quadro, incluindo esta alínea d). Foi uma Proposta que também veio das Freguesias, certamente. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **proposta de aditamento de uma nova alínea d) no Ponto nº9.2 do ‘Anexo I – Normas Técnicas’ da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Terminámos a votação das Normas Técnicas. -----

----- Muito obrigado a Senhora Segunda-Secretária. -----

----- Eu agora vou pôr à votação as partes não alteradas das Normas Técnicas em conjunto. -----

----- Voto **dos Pontos do ‘Anexo I – Normas Técnicas’ da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredo’ **que não tiveram alterações** foram **aprovados por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- As Normas Técnicas estão aprovadas com as alterações que acabámos de votar. --

----- Senhores Deputados, agora sim! E penso que podemos fazer uma única votação, uma vez que as normas técnicas fazem parte integrante do regulamento. Podemos fazer uma única votação final global sobre o Regulamento Municipal do Arvoredo tal como ele ficou e respetivas Normas Técnicas, tal como ficaram, com estas alterações todas que nós aprovámos devidamente introduzidas.-----

----- Vamos fazer a votação final global. -----

----- Voto **final e global da Proposta nº 799/CM/2015** – ‘Regulamento Municipal do Arvoredos’, e respetivas Normas Técnicas, com todas as alterações votadas anteriormente, foi **aprovada por maioria**, votos contra PCP, BE, PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND.” -----

----- Senhora Deputada do PCP quer uma declaração de voto, certamente. Uma declaração de voto. -----

----- Senhora Deputada Cláudia Madeira a mesma coisa. -----

----- Senhor Deputado Ricardo Robles a mesma coisa. -----

----- Portanto, estes três partidos apresentarão Declarações de Voto. -----

----- (O BE não entregou posteriormente a sua Declaração de Voto) -----

----- Senhor Deputado Magalhães Pereira? Uma Declaração de Voto, quer fazer oral, agora, em nome da bancada. Faça favor.” -----

----- **O Grupo Municipal do PSD na pessoa do Senhor Deputado Magalhães Pereira**, apresentou, oralmente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*Obrigado Senhora Presidente.* -----

----- *Nós apresentamos a seguinte declaração de voto.* -----

----- *A relevância da existência de um Regulamento Municipal do Arvoredos atualizado e normalizado, justifica o nosso voto favorável na generalidade, num texto objeto de compromisso, embora com reticências e reservas que ficaram expressas a cada um dos artigos como foram visionados em plenário, Muito obrigado Senhora Presidente.* -----

----- **O Grupo Municipal do PEV** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “*O Grupo Municipal do Partido Ecologista Os Verdes apresenta a seguinte declaração de voto relativamente à Proposta nº 799/2015 – Regulamento Municipal do Arvoredos:*-----

----- *Os Verdes consideram importante a existência de um regulamento do arvoredos, razão pela qual em 2015 apresentaram uma recomendação no sentido de a CML criar um regulamento sobre os procedimentos de manutenção, poda, abate e substituição de árvores na cidade de Lisboa, que apenas fossem abatidas árvores quando absolutamente indispensável e após divulgação de informação aos munícipes, e ainda que fosse obrigatório existir, previamente a essas operações, um parecer vinculativo de entidade com competências fitossanitárias.*-----

----- *Sobre a proposta original do Regulamento do Arvoredos votada em reunião de Câmara e apresentada à Assembleia Municipal, sem incluir as alterações entretanto realizadas em sede das Comissões de Ambiente e de Descentralização e Obras Municipais, Os Verdes, apesar de reconhecerem que não resolvia todos os problemas, estavam de acordo com alguns aspetos.* -----

----- *A necessidade de se proceder a alterações ao referido Regulamento, no seguimento da contestação das Juntas de Freguesia, comprova as fragilidades e inconsistências da reorganização administrativa da cidade, situação para a qual o PEV alertou desde o início.* -----

----- Grande parte das alterações sobre as competências de gestão e manutenção do arvoredo realizadas ao Regulamento legitima o facto de estarmos perante 25 visões distintas sobre o arvoredo da cidade, razão pela qual em Comissão e em plenário Os Verdes votaram contra essas alterações, tendo aprovado as restantes que consideraram inócuas. -----

----- Desta forma, Os Verdes votaram a favor dos artigos do referido Regulamento que não foram submetidos a alterações e votaram contra a versão final do Regulamento do Arvoredo, que inclui as alterações, por considerarem que esta versão desvirtua o Regulamento do Arvoredo, afastando-o do seu objetivo de regulamentar de forma coerente a gestão e manutenção do arvoredo.-----

----- Assim, e uma vez que Os Verdes defendem que os espaços verdes e as árvores de alinhamento de via constituem um todo, em termos ambientais, paisagísticos e históricos e que devem, por isso, ser geridos de forma integrada, o PEV considera que o Regulamento aprovado em plenário da Assembleia Municipal representa um retrocesso e contraria uma gestão integrada e um desenvolvimento harmonioso dos espaços verdes e das árvores de alinhamento. -----

----- Grupo Municipal do Partido Ecologista ‘Os Verdes’, Cláudia Madeira, J. L. Sobreda Antunes.” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “*Votamos contra o Regulamento do arvoredo global, alterado pela Assembleia municipal visto que contraria princípios constantes da proposta inicial da Câmara que mereceu a nossa aceitação e, apesar ainda, de algumas propostas de alteração terem merecido a nossa aceitação mas não todas. O resultado final mostra claramente o conflito de interesse e as divergências entre Freguesias e o Município do PS, sem vantagens para uma adequada e qualificada gestão do arvoredo da Cidade.* -----

----- Assembleia Municipal de Lisboa, 19 de julho de 2017, Carlos Silva Santos.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal,** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, terminámos a votação desta Proposta e quero realmente agradecer a vossa colaboração, nomeadamente nesta votação, que nós sabíamos que ia ser um processo um pouco mais difícil, a compreensão de todos.-----

----- E agora vamos passar ao Ponto 5º da Ordem de Trabalhos. -----

----- **PONTO 5 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 162/CM/2017 - PROJETO DA ESTRATÉGIA MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO ARTIGO 23º E DA ALÍNEA H) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, PUBLICADO EM ANEXO À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO ACTUAL; 1,5 X GRELHA-BASE – 51 MINUTOS; PARECER DA 4ª COMISSÃO PERMANENTE; RECOMENDAÇÃO 2/149 (4ª CP).**-----

----- (A **Proposta nº 162/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 4ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 162/CM/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 2/149** relativa à **Proposta 162/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIV** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O Ponto 5º da Ordem de Trabalhos que é a Proposta 162/CM/2017, da Câmara Municipal de Lisboa da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. -

----- Pergunto à Câmara Municipal de Lisboa se quer intervir para apresentar a sua Proposta?”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção:-----

----- “ Muito obrigado Senhora Presidente. Eu vou ser breve, face á agenda que a Assembleia tem. Muito boa tarde Senhores Deputados.-----

----- Esta Proposta é atual, como é evidente, estamos hoje em todo o mundo a discutir o problema das alterações climáticas. Foi desenvolvido por uma equipa da Câmara a quem eu quero agradecer o trabalho desenvolvido e que, no fundo, visa termos uma estratégia para os três fenómenos gerais que temos que enfrentar no futuro.-----

----- Por um lado, o problema das cheias intensas que, no fundo, a Câmara já está a trabalhar na resolução desse problema através do plano de drenagem e com medidas de controlo de origem de água.-----

----- Por outro lado, a escassez da água e aí estamos a desenvolver vários trabalhos sobre reutilização da água, que espero que, num curto prazo, venham a ter consequências físicas do território.-----

----- E, por fim, a maior intensidade do calor. Portanto, a grande probabilidade de termos ondas de calor, muito maiores e mais intensas durante o ano e que se combate ou através do revestimento dos edifícios ou com mais árvores, ou com o estudo da onda térmica.-----

----- E, portanto, este trabalho aponta os caminhos, faz o diagnóstico, obviamente, aponta os caminhos e, portanto, acho que temos aqui uma boa estratégia para este combate, sem esquecer aquilo que a Câmara também já está a desenvolver e aqui é bom contarmos com uma Câmara transversal, que é o que tem acontecido, uma Câmara que, quer equipa do Paulo Pais, que, no fundo, tem o controlo do PDM e das medidas do PDM, quer a própria a Direção Municipal do Ambiente mais a Agência de Energia, têm aqui tido um trabalho bastante importante para se montar esta estratégia, como se costuma dizer, com cabeça tronco e membros.-----

----- Acho que é um 1º passo, há muito trabalho a desenvolver. Esta discussão que está aqui em causa, sofremos algumas dúvidas se não devíamos integrar aqui as medidas de minimização. Eu acho que não. Estamos a falar de alterações climáticas, as alterações climáticas são estas, os problemas são estes, que eu identifiquei, nomeadamente, a subida das águas que, também, acho que ainda não referi, e que também já o planeamento está a tratar de medidas em relação a essa matéria.-----

----- É muito importante hoje em dia, esta estratégia, é muito importante haver um olhar transversal da Câmara e quando eu digo transversal, não digo só da Direção Municipal do Ambiente ou da Direção Municipal do Ambiente, tem que ser transversal da Câmara em relação a esta matéria. Fico contente, acho que o trabalho é bem feito, aponta bons caminhos e aqui está para os Senhores Deputados apreciarem, sugerirem e, espero eu, aprovarem. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador.-----

----- Agora é o Senhor Deputado Miguel Santos para apresentar o relatório da Comissão. -----

----- O Senhor Deputado está-me a dizer que vai fazer 1º a apresentação do relatório e logo de seguida paz a intervenção em nome da bancada. Eu só pedia que sinalizasse para os serviços começarem a contar o tempo quando for a intervenção da bancada.” --

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, imprensa, público em geral. -----

----- “A estratégia de adaptação às alterações climáticas, o Senhor Vereador já citou a relevância e eu irei, para não a tomar muito tempo, irei apenas fazer a leitura das Recomendações e conclusões e seguidamente farei uma intervenção já do PAN. -----

----- Relativamente, portanto, à Recomendação número 2/149 que, no fundo a traduz as Recomendações e conclusões, refere: -----

----- ‘Tendo presente o Parecer da 4ª Comissão Permanente sobre a Proposta 162/CM/2017 – Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas 2017, a 4ª Comissão Municipal Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida propõe à Assembleia Municipal de Lisboa recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:-----

----- 1) Com a maior celeridade possível incorpore a EMAAC 2017 em:-----

----- a) todos os instrumentos de gestão territorial e dispositivos normativos municipais, para que, por exemplo, se fomente a promoção da eficiência energética dos edifícios, numa forma eficaz, em licenciamento de novas obras;-----

----- b) todos os instrumentos de planeamento em que a Câmara tem uma corresponsabilidade, como o caso, por exemplo, dos Planos Locais de Saúde ou do Plano de Desenvolvimento Social, sugerindo-se para o efeito que se proceda a uma identificação dos mesmos e ao desenvolvimento de um conjunto de ações de divulgação, informação e de criação de condições para a revisão dos mesmos; -----

----- c) garanta, para a sua realização, um Grupo de Trabalho específico de natureza interdepartamental e multidisciplinar. -----

----- 2) Dê conhecimento à AML: -----

----- a) da colação periódica feita pelos seus serviços dos resultados dos projetos de investigação científica das universidades que se dedicam a estas temáticas, compilando os dados e previsões mais atualizados e cientificamente mais aceites, nomeadamente no que diz respeito a gestão hídrica, drenagem e reutilização, entre

outras temáticas que tenham importância nos eixos de atuação preconizados na EMAAC; -----

----- b) dos objetivos e plano de trabalho da estrutura interdepartamental e multidisciplinar que venha a ser criada, bem como dos resultados que se venham a atingir; -----

----- c) dos Planos de Ação definidos para a operacionalização da EMAAC com a identificação clara do sistema monitorização e avaliação e respetiva bateria de indicadores; -----

----- d) sobre as ações que estão a ser pensadas e/ou já implementadas no sentido de aumentar a resiliência no caso do agravamento de risco para atividades comerciais e património classificado, decorrente sobretudo das cheias e da subida do nível médio das águas do mar. -----

----- 3) Crie um polo de sensibilização na cidade dedicado à paisagem e ecologia, que propomos seja designado por "Centro Municipal para a Paisagem, Ecologia e Resiliência de Lisboa", dando uso a um dos equipamentos existentes e a carecer de reabilitação integrados em espaço verde central na cidade e que contemple:-----

----- a) auditório (para ações pontuais como ciclos de cinema, apresentações, conferências, visitas de estudo, etc.); -----

----- b) espaço para instalação de startups relacionadas com ambiente, mitigação dos efeitos das alterações climáticas (como medidas inovadoras na área da descarbonização, redução de resíduos, etc.), adaptação e resiliência da cidade às alterações climáticas. -----

----- 4) No âmbito do Eixo 3 da EMAAC 2017 e no que concerne à sua operacionalização, promova o reforço de competências pessoais e sociais para a participação, corresponsabilização e resiliência. Recomenda-se igualmente que a Câmara Municipal de Lisboa crie as melhores condições para processos amplamente participados pela população em geral e por todas as estruturas da cidade desde a Saúde e Educação até, por exemplo, ao movimento associativo, incluindo as redes interinstitucionais ligadas às áreas do social, da educação e da saúde, entre outras.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Que é que o PAN tem a dizer sobre isto? Tem a dizer, antes de mais que, em boa hora, a Câmara Municipal de Lisboa aderiu a estes planos que são planos globais que estão a acontecer por todo o planeta e que a têm feito este trabalho meritório para adaptação às alterações climáticas. -----

----- É um documento extenso que vale a pena a ser lido e as observações que me merece situam-se a 2 níveis. Eu passaria, neste caso, a ler aquilo que foi a opinião do Relator que traduz também um pouco aquilo que queremos dizer. -----

----- O executivo municipal após ter aderido aos princípios e à prossecução dos objetivos definidos no quadro de compromisso da COP 21, decidiu em boa altura elaborar um Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas que é objeto deste parecer. Não se trata de um documento que aponte um caminho fechado mas

sim, um documento enquadrador de uma estratégia que fica assim definida para o momento que vivemos e o conhecimento científico de que dispomos. -----

----- A natureza dos fenómenos e a sua magnitude, bem como alguma incerteza nos modelos utilizados recomendam que seja feita a partir de agora uma reavaliação constante e regular à luz dos últimos dados científicos, bem como a afinação dos modelos preditivos utilizados. Quer-nos parecer que o excelente trabalho feito pela Faculdade de Ciências e que contribuiu para a elaboração do EMAAC e o trabalho realizado pelo Instituto Superior Técnico para que a revisão do plano de drenagem recolhesse a contribuição dos estudos realizados no âmbito das alterações climáticas deverá ser aprofundado para os anos subseqüentes com a integração do trabalho das duas entidades para que novas revisões dos pressupostos científicos possam ter de imediato transformações e adaptações continuadas nos diversos instrumentos de planeamento camarários e, nomeadamente, se for caso disso, o plano de drenagem. ----

----- Lisboa e todo o arco ribeirinho ganhariam muito se a colaboração académica puder englobar nos seus modelos, não apenas zonas mais extensas da cidade, mas também das urbes ribeirinhas adjacentes. -----

----- Nós estamos a assistir todos os dias a situações e a fenómenos que nos chegam de todo o planeta, da Antártida, de fenómenos violentos que acontecem nos vários continentes e, portanto, este trabalho de adaptação contínua aos últimos dados científicos é extremamente importante e é importante que os modelos sejam afinados de forma continuada, portanto, isto não é um trabalho acabado é um trabalho que vai continuar -----

----- As únicas reservas que nós deixamos são relativas à acumulação de água que irá ser feita. Nós acreditamos que os períodos de seca vão ser muito intensos. Os depósitos que estiveram inicialmente previstos deveriam, provavelmente, continuar. Eu digo provavelmente porque não tive acesso aos modelos matemáticos, mas chamo a atenção que isto deve ser claro, os modelos devem integrar não só as subidas das águas do mar que estão continuamente a ser estudadas, mas também o plano de drenagem, e que eu apelo para que seja estudado com muita atenção, e sempre, a capacidade de armazenamento de água da chuva, que deverá ser considerada e que, neste momento, não está a ser considerada para efeitos de utilização que não seja apenas das bacias de drenagem. -----

----- Portanto, estamos a falar de acumulação de água da chuva que, neste momento, não está contemplada nem no plano de drenagem nem em parte nenhuma e que gostávamos que isto fosse ponderado, futuramente, de forma mais explicativa dos modelos que estão a ser utilizados. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Sobre o fenómeno das alterações climáticas, no passado dia 12 de julho foi noticiado que quase seis mil quilómetros quadrados de gelo estão à deriva na Antártida Ocidental, facto confirmado por cientistas, através de imagens recolhidas

por satélite. Ou seja, houve o desprendimento de uma área gelada superior à do território de países como Cabo Verde ou o Luxemburgo. -----

----- Os investigadores já sabiam que quando este bloco de gelo se soltasse, a plataforma perderia mais de 10% da sua área. Acrescentam ainda que este fenómeno muda de forma significativa a paisagem da Península Antártica. Estamos perante a certeza, que já ninguém ousa contestar, que a explicação para este tipo de fenómenos está centrada nas alterações climáticas. -----

----- Uma das consequências do desprendimento desta plataforma à semelhança do que sucedeu em 1995 e 2002, é o aumento do nível médio das águas do mar. -----

----- Perante tantas evidências, não restam dúvidas de que a Humanidade está a alterar o sistema climático rapidamente e de forma irreversível, com os gases com efeito de estufa que produz, através das mais variadas atividades, mas principalmente através da queima de combustíveis fósseis. -----

----- Os Verdes consideram, por isso, que a elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas é um passo importante para a cidade de Lisboa. É também importante que, além de implementada e articulada com os restantes instrumentos de ordenamento do território, esta estratégia venha servir para a identificação das fragilidades e vulnerabilidades da cidade, no que diz respeito às alterações climáticas, quer seja no âmbito da mitigação ou adaptação às mesmas, quer seja, face a um fenómeno extremo resultante destas. -----

----- No entanto, é necessário implementar e concretizar medidas efetivas, não só de adaptação, mas também de combate e mitigação, pois é urgente travar o fenómeno das alterações climáticas, e Lisboa deve dar esse exemplo. -----

----- E para este combate é necessário, entre outras medidas, uma aposta nos transportes coletivos e públicos, em energias renováveis, na expansão e proteção de espaços verdes, principalmente em Monsanto, devido à importância que tem para a cidade e para a Área Metropolitana, e melhorar a eficiência energética e reduzir consumos. -----

----- E, de facto, Os Verdes gostariam de ver de forma mais evidente nesta Estratégia a questão da descarbonização. É preciso, cada vez mais, trazer para a discussão sobre as alterações climáticas o conceito de descarbonização e, acima de tudo, implementar medidas nesse sentido. -----

----- Por fim, dizer que consideramos a Estratégia é importante, mas é preciso passar da Estratégia para os planos e dos planos para a concretização de medidas. Sem isso, nada vai mudar! Obrigada” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada caros colegas Deputados, caros membros da Mesa, público presente. -----

----- Estamos perante hoje um Parecer da 4ª Comissão sobre a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas que, como já aqui foi, e bem, referido, é uma estratégia que, enfim, é, hoje em dia, um imperativo dos países e das cidades, em particular. -----

----- Esta faz parte de uma estratégia mais alargada que o Município tem vindo seguindo nos últimos 10 anos e que, neste mandato, já concretizou, com a conclusão da maioria dos corredores verdes, que constituem hoje uma verdadeira estrutura ecológica que percorre toda a cidade, e que garante um coberto vegetal que, como sabemos, minimiza e mitiga muitos dos efeitos das alterações climáticas.-----

----- Também com a aprovação do plano de ação local para a biodiversidade, um objetivo que me parece que ainda é pouco tangível para o comum dos cidadãos e que deve ser alvo de maior divulgação para a generalidade dos nossos Municípios. -----

----- Também com o plano geral de drenagem com as limitações à circulação automóvel, com as alterações ao regulamento, após alterações para a redução da circulação de veículos de animação turística, condicionamentos de estacionamento para não residentes. -----

----- Enfim, uma série de medidas que têm vindo paulatinamente a reduzir as emissões de gases com efeito estufa na cidade e, mesmo, a reduzir, já com efeitos visíveis, a temperatura nalgumas zonas da cidade. -----

----- O que esta estratégia vem fazer é diagnosticar, em conjunto com uma rede de mais 25 Municípios, no consórcio *Climadapt* local, os principais efeitos adversos e os respetivos cenários críticos que, na cidade, podem vir a ser um problema nas próximas décadas. A saber, o vento e a precipitação extrema, o tempo excessivamente quente ou excessivamente frio. E, tendo em conta este diagnóstico e as principais questões nele identificadas, a estratégia carece agora de ser vertida em soluções e medidas concretas nos eixos de atuação que estão descritos, sejam eles nos normativos Municipais, por forma a poder ter consequências reais naquilo que é a atividade das entidades que têm ação na cidade, e na adaptação da cidade. -----

----- E deve, para tal, ser desenvolvido um trabalho que, de facto, tem que ser interdepartamental, tem que ser transversal a todos os pelouros da Câmara, uma vez que os objetivos que são preconizados nesta estratégia, necessitam de atuação a vários níveis e não se esgotam em planos sectoriais que estejam apenas relacionados com os espaços verdes. Têm que envolver o urbanismo, têm que envolver a educação, têm que envolver todos os outros pelouros. -----

----- Por esta razão as Recomendações da Comissão, que subscrevemos integralmente, são apenas de que esta estratégia Municipal tenha uma consequência rápida no seu efeito nos normativos Municipais que possam carecer de revisão para concretizar os objetivos da estratégia. -----

----- E tendo em conta a importância, em particular, do eixo C que está descrito na estratégia que é envolver a comunidade para uma cidadania participada e promover a capacidade coletiva, propomos que, de facto, haja uma garantia de uma plena participação, de uma ampla participação dos cidadãos, porque, de facto, só com uma sociedade mais informada, é que poderemos ter todas as medidas, porque, de facto, há uma série de medidas que não dependem exclusivamente da ação Municipal, mas carecem de ação de cada cidadão individualmente em sua casa, na sua rua. -----

----- E, por isso propomos que esse trabalho de sensibilização tenha aqui, de forma simbólica, uma concretização, na criação de um centro Municipal para a paisagem,

ecologia, resiliência da cidade de Lisboa, e que esse centro Municipal possa ser, de facto, um centro onde possam ser realizadas uma série de atividades de sensibilização ambiental, mas também das associações destas áreas, mas também das escolas, mas também das empresas e pequenas empresas que se possa estar a formar para criar medidas de mitigação dos efeitos adversos das alterações climáticas e, nessa medida subscrevemos inteiramente esta Recomendação que, obviamente, foi trabalhada em conjunto na Comissão e para a qual muito agradecemos o trabalho de todos os Deputados. Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada. -----

----- Senhores Deputados, creio que terminámos as intervenções nesta matéria.

----- Chegou o momento de perguntar à Câmara se quer reagir? Não Senhor. -----

----- Então estamos em condições de pôr à votação, não exatamente a Proposta 162/CM/2017, porque essa foi uma aprovação pela Câmara para vir para aqui, mas sim aprovar o que veio para cá, ou seja, pôr à vossa consideração, aprovar, a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa. É isto que vamos pôr à votação. -----

----- **Voto da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa.** A Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa foi **aprovada por unanimidade e aclamação**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN, 6IND. -----

----- Eu penso que isto é bastante importante para o Município, eu vou pedir que façam uma aprovação por aclamação. Assim seja o Município capaz de a implementar em tempo útil. -----

----- Vamos agora apreciar a Recomendação 2/149 apresentada pela 4ª Comissão sobre esta Estratégia e vamos pô-la à vossa consideração. -----

----- **Voto da Recomendação nº 2/149** relativa à Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Lisboa. A Recomendação nº 2/149 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNPN e 6IND.” -----

----- **PONTO 6 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 163/CM/2017 - ESTABELECIMENTO DE NORMAS PROVISÓRIAS POR MOTIVO DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DO ATERRO DA BOAVISTA NASCENTE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E NOS TERMOS DO N.º 1 DO ARTIGO 137.º DO DECRETO-LEI N.º 80/2015, DE 14 DE MAIO, QUE APROVOU A REVISÃO DO REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL; 1,5 X GRELHA-BASE – 51 MINUTOS; PARECER DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE.** -----

----- (A **Proposta nº 163/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XV** e dela faz parte integrante). -----

----- (O **Parecer da 3ª Comissão Permanente** relativa à **Proposta 163/CM/2017** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XVI** e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -
----- “Vamos agora apreciar a Proposta 163/CM/2017. Os Senhores Deputados terão visto que foi feito um aditamento com uma Proposta que já esteve agendada, mas que não podia ser votada, porque só pode ser votada caso esta seja aprovada e foi agendada em aditamento elas não têm que ser apreciadas em conjunto, porque uma são as normas para o Plano Pormenor do Aterro da Boavista Nascente e outra a questão da alienação ou não alienação do complemento de lote. Não podemos é apreciar o complemento de lote sem apreciar primeiro a Proposta nº163 e, portanto, vamos apreciar cada uma de *per si* e começamos por aquela que tem que ser apreciada primeiro que é a 163. -----

----- Eu pergunto à Câmara se a quer apresentar.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, boa tarde a todos. -----

----- Penso que não vale a pena fazer uma grande explicação desta Proposta, uma vez que o relatório da Comissão é bastante pormenorizado e, no fundo, sintetiza bem o conteúdo desta Proposta. -----

----- Trata-se da aprovação de medidas provisórias para o Plano Pormenor da Boavista Nascente, normas provisórias estas se destinam a tornar mais executável o Plano Pormenor. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. O Senhor Deputado Vítor Gonçalves, que é o Relator da 3ª Comissão quer apresentar o relatório? Eu peço desculpa, o Relator foi o Miguel Gama, peço desculpa. O Senhor Deputado Miguel Gama vai apresentar o relatório.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Gama (PS)** no uso da palavra, enquanto relator, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -

----- Trata o presente Parecer de analisar a Proposta 163/2017 da Câmara Municipal de Lisboa. A Proposta subscrita pelo Vereador Manuel Salgado foi aprovada por maioria na reunião da Câmara Municipal de 29 de Março, 7 votos a favor, 3 abstenções e 2 votos contra do Partido Comunista Português. -----

----- Submeteu-se à Assembleia Municipal de Lisboa a aprovação de normas provisórias por motivo de alteração do Plano Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, pelo prazo de 2 anos, prorrogável por mais um ano, nos termos da revisão do regime jurídico, dos instrumentos de gestão territorial, conforme texto e plantas que estavam em anexo. -----

----- Para elaboração do presente Parecer foram avaliados todos os documentos submetidos pela Câmara Municipal de Lisboa para a Comissão, bem como foi efetuada a audição ao Vereador do Urbanismo e ao Diretor de Planeamento. -----

----- Expressou a Câmara Municipal de Lisboa o seguinte: que a aprovação do Plano Pormenor do Aterro da Boavista Nascente foi fundamentada na necessidade de se promover a recuperação e reconversão urbanística de uma área central da cidade que

está numa situação de desarticulação e em grande extensão ocupada por antigas estruturas industriais degradadas e devolutas que, após 4 anos de entrada em vigor do Plano Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, verificou-se não tem sido possível assegurar a adesão de uma quantidade relevante dos participantes da unidade de execução ao modelo de execução estabelecido, fundamentalmente, não tinha a ver com financiamentos e encargos de urbanização que, neste contexto foi aprovada a abertura do procedimento da alteração do Plano Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, tendo em consideração a necessidade de criar condições adequadas que garantam a continuidade do processo de reconversão e regeneração.-----

----- A adoção de normas provisórias no caso em concreto, além de possibilitar controlar a alteração das circunstâncias e enquadrar as condições existentes, contribuirá para a imediata execução do modelo territorial estabelecido.-----

----- Face ao exposto, foi avaliado pelo Relator quais as vantagens do modelo de normas provisórias; se se mantinham os processos, os pressupostos urbanos do regulamento, nas normas provisórias; e se tinham sido cumpridos pela Câmara Municipal de Lisboa, as necessárias formalidades.-----

----- Verificou-se que a adoção das normas provisórias, em conformidade com o previsto no número 1 do artigo 135º do RJIGT, se além de permitir controlar a alteração das circunstâncias e das condições existentes, contribuiu para a imediata execução do plano, contrariando o efeito adverso que poderia resultar, caso fosse travado o desejável processo de regeneração urbana.-----

----- Pelo que se entende ser uma solução mais adequada face à adoção de medidas preventivas, as quais determinariam a suspensão de eficácia do plano na área abrangida.-----

----- Sobre os pressupostos urbanos, também atendendo a algumas dúvidas levantadas pelos Deputados da Comissão verificou-se que, no geral, se mantém os parâmetros originais com um aumento do valor mínimo de uso habitacional, passando de 20% para 25%. A definição de um valor máximo para turismo, para o uso de turismo e, verificando-se ainda a necessidade de acertos dos lotes de algumas parcelas.-----

----- Por fim, foram verificadas, foram cumpridas as devidas formalidades, nomeadamente, a obtenção do Parecer da CCDRLVT e o período de discussão pública.-----

----- Do período de discussão pública resultou, aliás, que decorreu entre 24 de janeiro e 20 de fevereiro de 2017, resultou a apresentação de 5 participações. Participações essas devidamente ponderadas no relatório e que levou à introdução de alterações à Proposta.-----

----- Do Parecer da CCDRLVT surgiu igualmente algumas considerações que a Câmara Municipal de Lisboa introduziu na versão final das normas provisórias.-----

----- Portanto, é opinião do Relator que a Proposta apresentada está devidamente fundamentada, bem como cumpriu as suas formalidades legais. O Parecer mereceu assim a aprovação por maioria em sede de Comissão, com os votos, mesmo obtendo os votos contra do Partido Social Democrata.-----

----- Enquanto Relator, não posso, contudo, deixar de efetuar o seguinte comentário: como é vosso conhecimento e porque tem a ver como Parecer que eu elaborei, os Pareceres devem ser fundamentados na documentação disponibilizada pela Câmara Municipal de Lisboa e nos eventos que se promovam para esclarecer dúvidas que se possam ter, nomeadamente a audição dos responsáveis políticos ou a recolha de informação complementar. Considerando que, mesmo assim, os Pareceres poderão não acolher o acordo algumas das forças políticas ou talvez de todas, ou até de todas, ficou acordado que as mesmas têm um capítulo próprio onde expressam a sua opinião por forma a viabilizar os Pareceres e não comprometer os trabalhos. Convém que seja claro, aliás como todos sabem, que a aprovação do Parecer não é a aprovação da Proposta, a qual apenas poderá ser votada em Assembleia Municipal.-----

----- Face ao exposto, foi com particular desagrado que constatei que o PSD não só votou contra o Parecer como, mesmo por solicitação minha, entendeu não expressar a sua opinião no Parecer ou solicitar mais informação à Câmara Municipal de Lisboa. ---

----- Daqui sou obrigado a retirar 2 conclusões: que se aproxima um período eleitoral com o folclore associado e que o PSD não tem interesse na discussão factual dos assuntos, procurando, ao invés, pelo menos neste assunto, o conflito como forma de obter um mediatismo que esconda a eventual falta de ideias para este Plano. Disse. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente em exercício Senhora Secretária Senhores Vereadores, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.-----

----- Em 1º lugar, meu caro Deputado Miguel Gama, com toda a consideração e estima que sabe que tenho por si, eu acho que não tem razão e não tem razão e porque em qualquer circunstância, qualquer força política pode entender reservar o seu direito de contestação de qualquer uma das Propostas para o plenário da Assembleia Municipal e não considerar que seria oportuno ou desejável fazê-lo em sede de Comissão. Não é a 1ª vez que aconteceu ao longo dos anos e não será a última, com certeza que irá acontecer.-----

----- Portanto, nós temos opinião, ao contrário do que o Senhor Deputado refere, o que nós considerámos é que o seu relatório não era isento. O seu relatório era faccioso, de alguma forma faccioso, talvez a expressão seja exagerada, na medida em que não observava a totalidade das circunstâncias que envolvem esta Proposta. Não observava a totalidade das referências pelas várias instituições que foram dadas durante todo o processo do seu desenvolvimento. Não observava a perequação necessária à salvaguarda dos interesses dos proprietários em presença, um conjunto de situações que não eram observadas e foi isso que foi dito e foi isso que fez com que o PSD votasse contra o Parecer e é isso que nós fizemos e é isso que temos, naturalmente, tem essa justificação.-----

----- Um Plano de Pormenor é um instrumento de planeamento importantíssimo, aliás, é um instrumento de planeamento que demora imenso tempo a ser concretizado, que tem imensas precisões, imensas obrigações, define a maneira como a situação espacial

do território é desenvolvida, quais são aquilo que pode e não pode ser construído, os espaços verdes, os arruamentos, tudo aquilo que faz parte da caracterização espacial de uma parte da cidade. -----

----- Eu, é por isso que os Planos de Pormenor normalmente têm uma vigência prolongada, não são alterados do pé para a mão, na medida em que a sua constituição, a sua formulação é demorada, é profunda e tem, naturalmente, que obedecer a regras e preceitos estabelecidos no regulamento jurídico dos instrumentos de gestão territorial. Que aí é uma lei vasta com um regulamento vasto, com imensas obrigações, nomeadamente aquela que obriga a situação indemnizatória caso os compromissos assumidos não venham a ser cumpridos, e até diz que essa indemnização deverá ser suportada por aqueles que tomam a decisão, ou seja, aqueles que aprovam, eventualmente, uma decisão que pode ser contra interesses de alguém que já tinha direitos consolidados, por exemplo, isto não quer dizer que seja o caso, mas isso é uma das questões que o regulamento jurídico dos instrumentos de gestão territorial, naturalmente, contempla. -----

----- Este Plano de Pormenor que agora está a ser proposto ser alterado, tem uma vigência relativamente curta, pouco mais de 4 anos, este Plano de Pormenor é justificada a sua alteração pela mudança das circunstâncias, nomeadamente, em termos económicos, nos últimos 4 anos, de facto, não houve assim tão grandes mudanças de circunstâncias que justifiquem uma alteração de um Plano de Pormenor. -

----- Já que o mercado imobiliário praticamente está na mesma, ou muito semelhante, e não há aqui alterações substantivas que obriguem agora a um reforço daquilo que seria, por exemplo, a competitividade daquilo que é o imobiliário que vier a ser constituído nesse espaço. -----

----- Este Plano de Pormenor tem como fundamental interesse, e como fundamental intervenção, a mudança de equipamentos que deixam de estar situados na área do plano para passar a ficar fora da área do plano. Tem como outra intenção é, de facto, propiciar aqui, neste caso, a EDP possa transformar uma capacidade construtiva na área da habitação, para uma capacidade construtiva na área de serviços, de forma a poder concentrar, é um direito legítimo, que tem a EDP, poder concentrar os seus serviços na proximidade do edifício sede. -----

----- Agora, é esse, de facto, e foi aqui que dissemos na outra, na última intervenção sobre esta matéria, este facto, aquilo que é a motivação principal desta alteração. -----

----- Nós temos, não sei, portanto, é este o facto que provoca esta alteração. Portanto, por outro lado não são cumpridos, não são defendidos, sequer, nem rebatidos, todas os condicionamentos feitos pela CCDR que, refere imensas questões em que, portanto já que o plano é aprovado de forma condicionada. -----

----- A petição da Junta de Freguesia da Misericórdia visava o quê? Visavam o aumento da habitação para 60%, o que é um desígnio que agora devíamos ter, na medida em que a habitação é, no fundo, a rainha de todas as preocupações, portanto, é a motivação maior para o regresso da população à cidade de Lisboa e até seria, de alguma forma, possível aumentar a habitação na medida em que nós temos ali um espaço que é propriedade Municipal, eventualmente, poderia ser utilizado, não faço

ideia qual vai ser o fim, mas, se calhar, o seu destino vai ser uma hasta pública. Mas ser utilizado para beneficiar a construção de habitação a custos controlados, de forma a poder ser acessíveis à classe média. Um conjunto de circunstâncias como também aqui a Junta de Freguesia de Misericórdia refere e o plano não contempla, apenas aumenta e percentagem de 20% para 25% a área da habitação, ora mas se aumenta essa percentagem a quem vai tirar a capacidade de habitação se vai dedicar uma grande parte do que era habitação para serviços. Quem é que fica prejudicado?-----

----- Qual é a perequação que foi feita? Qual foi o acordo a que chegaram todos os intervenientes naquele espaço? Pelo que sei não chegaram a acordo, então se não chegaram a acordo deveria tentar-se chegar a acordo, ou a preocupação é modificar o uso do espaço da EDP era tão grande que não interessava o acordo, porque é que se muda o equipamento que estava previsto para a Boavista poente? Porque é que não se constrói um equipamento desportivo como é solicitado pela Junta de Freguesia da Misericórdia? Numa zona tão carenciada de equipamento? De equipamentos desportivos. É porque não há lá população? Não há nem vai haver, porque se nós transformamos tudo, tudo em serviços, naturalmente que não aumentamos a oferta de habitação e, portanto, não aumentamos a capacidade de regresso de população ou de a cidade ter mais habitantes.-----

----- Isto é fundamental, e isto é o que o plano diz. Isto é aquilo que o seu Parecer não reflete Senhor Deputado Miguel Gama, não reflete e eu acho que não reflete, porque devia refletir tudo, aliás, como já tive oportunidade de lhe dizer, pessoalmente. -----

----- Isto não retira a grande consideração que eu tenho pelo Senhor Deputado e até amizade, mas é um facto e, aliás, já tive a oportunidade de fazer um relatório sobre uma questão parecida, a alteração de um Plano, o PP3 da Expo e aí verá que a posição do PSD é completamente diferente, porquê? Porque o Plano é muito antigo, de facto, justifica-se uma remodelação e porque todas as Recomendações foram cumpridas pela Câmara.-----

----- Estas circunstâncias aqui referidas, e são várias, e são concretas, levam a que o PSD tenha que, obrigatoriamente, votar contra esta alteração e esta Proposta. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Ora muito obrigado, boa tarde Senhora Presidente, Senhores membros na Mesa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, público, jornalistas, funcionários.-----

----- Em relação a um Plano de Pormenor para a zona da Boavista Nascente, ‘Os Verdes’ sempre defenderam que devia ter havido um único Plano de Pormenor para toda a malha envolvente da Rua da Boavista, por se tratar de uma área da cidade homogénea, do ponto vista social, económico, urbanístico e ambiental. Porém, os anteriores executivos da Câmara, decidiram elaborar dois Planos de Pormenor, um para a Boavista Nascente e outro para a Boavista Poente.-----

----- O Senhor Vereador do Urbanismo afirmou, aos órgãos de comunicação social, em 20 de Maio de 2009, que ‘o objetivo da autarquia é que o Plano de Pormenor da

Boavista Poente (...) seja submetido a discussão pública ao mesmo tempo que o Plano de Pormenor da Boavista Nascente' (...), pois eram, continuo a citar, 'dois planos muito importantes para a cidade'. Ora tal discussão pública simultânea destes dois Planos de Pormenor não se verificou, o que pode comprometer a coerência urbanística desejada para esta área da cidade. -----

----- O Plano de Pormenor da Boavista Poente ainda não chegou a ser aprovado, enquanto o Plano de Pormenor da Boavista Nascente foi aprovado pela Assembleia Municipal em Outubro de 2011.-----

----- O PEV manifestou a sua discordância com a solução urbanística que este plano preconizava, que consistia na construção de blocos monolíticos com cerca de 7 a 9 pisos de cêrcea, perpendiculares ao Rio Tejo, separados entre si por espaços relvados, e com estacionamento subterrâneo. Ora, é sabida a importância dos espaços verdes, pela necessidade real de permitir a infiltração de águas pluviais e de escorrência. Mas apesar disso, estes acabam por ser significativamente prejudicados pelas volumetrias de 7 a 9 pisos com várias caves interpostas numa zona da cidade com solos pouco estáveis. A atual proposta vai permitir a construção de ainda mais três caves no edifício da EDP, localizado na parcela P 2.11, bem como a redefinição do limite da unidade de execução, excluindo a parcela P 2.10 que devia ser para a instalação de equipamentos, sem fundamentar as razões para esta exclusão. -----

----- Quanto à área para equipamentos prevista no Plano de Pormenor da Boavista Nascente, ela é manifestamente insuficiente para que venha a ser construído um único edifício escolar de raiz, que permita dar resposta às carências existentes, nomeadamente aos alunos que frequentam as sobrelotadas e desadequadas instalações da Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância das Gaivotas e da Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim de Infância Padre Abel Varzim, situação que é do conhecimento da Câmara e da Junta de Freguesia da Misericórdia. Também houve uma recomendação da Freguesia da Misericórdia para que fosse criado um equipamento desportivo estruturante no âmbito deste plano e que se procedesse à realocação da única unidade de saúde familiar existente, dado o seu difícil acesso para os muitos idosos residentes na zona alta da freguesia. E está ainda prevista a eliminação da área de equipamento destinada à instalação do posto de limpeza anteriormente indicado neste plano. -----

----- É referido no parecer da 3ª Comissão que 'a deslocalização dos serviços municipais para o polo dos Olivais, com a conseqüente desocupação das instalações da Boavista, veio introduzir efeitos negativos ao nível da fragilização social da área', situação para a qual 'Os Verdes' já haviam alertado. -----

----- A Câmara justifica a necessidade de apresentar esta proposta porque a EDP pretende construir um segundo edifício para concentrar os seus vários serviços dispersos pela cidade de Lisboa, o que só seria possível com a alteração do uso da sua parcela de habitação para escritórios. E que só a adoção de normas provisórias iria contribuir para dar resposta imediata às expectativas já manifestadas pelos proprietários.-----

----- Sendo assim, estamos perante uma situação em que a Câmara pretende adotar normas provisórias em prol dos interesses imobiliários privados, que em nada contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população residente, nomeadamente da zona histórica da encosta adjacente, através do adequado dimensionamento de equipamentos de ensino, saúde e desportivos. Manifestamos por isso, Senhora Presidente, as nossas preocupações relativamente a esta proposta e aos seus eventuais impactos ambientais nesta zona da cidade. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Eu queria dizer que fiquei estupefacto com a situação que foi aqui criada. -----

----- Para já e antes disso, com a leitura do relatório da Comissão que, de facto, não é o manto do diáfano, apesar da proximidade do Eça de Queiroz ali àquela zona é, de facto, uma cobertura total e espessa a esta malfeitoria que se faz a cidade.-----

----- Portanto, o Senhor Vereador começou a sua intervenção a dizer ‘não vale a pena explicar porque o Parecer explica’ e depois o relator da Comissão insurge-se contra o Presidente da Comissão que é a 3ª. Daqui depois de fazer a apresentação do Parecer.---

----- De facto, é uma situação que já vinha de uma reunião anterior em que, de facto, se tomou a decisão, pela Senhora Presidente, de suspender aquela questão da alienação de 2 parcelas, para vermos, de facto, melhor esta questão das alterações. -----

----- Diz o Senhor Deputado Vítor Gonçalves que não aconteceram tantas coisas assim para mudar. Aconteceram, de facto, e aconteceram mesmo. É que é maior a pressão financeira sobre a cidade de Lisboa e quem manda é o dinheiro, portanto, vamos a isso, esquecendo que nós, há 4 anos, quando debatemos este Plano Pormenor da Boavista Nascente, pusemos aqui uma questão, aqui e na Câmara, uma questão que era fundamental. É um território de aterro e, portanto, já foi criminoso abrir tantas condições de estacionamento subterrâneo e agora vai aumentar-se esse estacionamento subterrâneo diversificando, portanto, em várias zonas não é só já num sítio, é noutros sítios. Isto é que devia estar em discussão, porque qualquer acontecimento sísmico em Lisboa vai trazer-nos custos muito pesados e nesta situação concreta, está-se a abrir novas caixas de Pandora em relação a um território que é efetivamente perigoso, com a alteração, com normas provisórias, com estacionamento subterrâneo, com a construção de um edifício corporativo, a que a EDP chama corporativo, imagine-se, que já não é para habitação, é para serviços, com um hotel, também pede estacionamento subterrâneo, mais acentuado. -----

----- Portanto mudando-se de habitacional para turístico e de serviços. Aumento subterrâneo, aumento de estacionamento subterrâneo. -----

----- Diz-se no Parecer, hipocritamente, que o vazio da saída dos serviços de limpeza da CML daquela zona criou um problema social por ausência que urge repor, através de quê? Da habitação para quem? Mais uma construção corporativa da EDP, mais negócio e alterações negativas na zona. -----

----- A Proposta 259 está ligada, a alienação de 2 parcelas no LXTejo, está ligada fortemente esta Proposta de alteração do território e das normas. -----

----- E, portanto, nós entendemos tudo isto é negativo para a cidade e que deveria haver, de facto, uma postura por parte da Câmara de dedicação do território, ao espaço desportivo, ao espaço de convivência, etc., e não esta situação de construir mais e mais, de aprofundar mais e mais, tornar mais perigosa uma situação numa zona para a cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. Pergunto à Câmara se quer intervir agora. Se faz favor.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Eu vou tentar ser sistemático. -----

----- Diz o Senhor Deputado Vítor Gonçalves, que o Plano não respeita a perequação, estas normas provisórias, eu pergunto como é que se é possível, se a edificabilidade prevista em cada uma das parcelas é rigorosamente a mesma da solução anterior. -----

----- Diz depois o Senhor Deputado Vítor Gonçalves, que, do ponto de vista da legislação urbanística, não estamos a cumprir a legislação urbanística. O que sucede é que o Senhor Deputado Vítor Gonçalves é um zero no que diz respeito a legislação urbanística, não percebe rigorosamente nada de legislação urbanística. Relativamente aos escritórios que a EDP pretende fazer, no plano anterior, a EDP tinha previsto...” ---

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Oh Senhor Vereador eu agradecia que o Senhor Vereador não usasse expressões que podem ser consideradas desagradáveis pelos Senhores Deputados. E o Senhor Deputado, portanto, nessa altura não sente necessidade de reagir. Vamos prosseguir.---

----- Vamos prosseguir Senhores Deputados. Eu já alertei Senhor Deputado. Eu já alertei e agora peço aos Senhores Deputados para deixarem o Senhor Vereador concluir. Senhores Deputados, por favor.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado**, no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito Obrigado Senhora Presidente. -----

----- Em relação à mudança do uso da parcela da EDP. A EDP tinha previsto, inicialmente, fazer um hotel e apartamentos e, neste momento, chegou à conclusão que tinha vantagens em localizar ali serviços que estão dispersos pela cidade, em contrapartida, os proprietários das parcelas que estão viradas para a 24 de Julho onde estava previsto, inicialmente, construir escritórios estão e propõe-se, e meteram um PIP à Câmara para construir habitação e, portanto, há aqui uma compensação, há uma mudança de usos entre parcelas, por um lado e, por outro lado, foi estabelecido um teto superior para um mínimo de habitação e o mínimo passou a ser 25% e, simultaneamente, fixou-se um teto máximo para o turismo que passou a ser 20%. Estas 2 alterações resultam da participação que foi apresentada pela Junta de Freguesia da Misericórdia. -----

----- Relativamente a discrepância com a CCDR o que se passa é que a Câmara tinha proposto à CCDR a suspensão do Plano da Boavista Nascente e aprovação de normas provisórias, tecnicamente e, do ponto de vista jurídico, os técnicos da Câmara

consideram que é mais correto. A CCDR propôs que fosse adotado apenas normas provisórias e foi isso que se fez. -----

----- Quanto à questão do equipamento que foi aqui tão glosado, trata-se apenas de um posto de limpeza que ficou localizado a cerca de 200 metros deste local. No plano de Pormenor da Boavista Nascente numa parcela de terreno que vai ser cedida à Câmara.

----- Foi perguntado pelo Senhor Deputado Sobreda Antunes, porque é que os 2 Planos não ocorreram em simultâneo. Nos 2 Planos foram concebidos em simultâneo quando foi feito o concurso para a sede da EDP e para o Plano de Pormenor do conjunto da Boavista Nascente e Boavista Poente. Sucede que esse plano previa uma demolição grande de uma área que, posteriormente, o promotor veio propor que, em vez de ser demolida, fosse reabilitada. O que nós achamos muitíssimo bem e, portanto, o Plano voltou para trás, foi revisto e está, neste momento, em consulta pública e, portanto, a razão foi essa, uma área que estava prevista ser demolida passou a ser uma área de reabilitação, mantendo integralmente os edifícios que lá estão.-----

----- Quanto à questão da escola que colocou, aquilo que está previsto é que a escola venha a ser no complexo do Liceu Passos Manuel e, portanto, aquilo que pretendemos, e já é uma ideia que vem de há vários anos, é que seja construída uma escola primária junto ao Liceu Passos Manuel. -----

----- Quanto à questão das caves, queria referir que foi feito o estudo hidrogeológico de toda esta área e nesse estudo hidrogeológico foram fixados limites à construção de caves e, neste caso, apenas numa das parcelas foi autorizado passar de 2 para 3 caves construir mais uma cave, mas que fica exatamente atrás da sede da EDP onde já existem 5 pisos em cave.-----

----- E, portanto, do ponto de vista da escorrência das águas que é, aqui, o ponto importante, as águas escorrem da encosta em direção ao rio e, efetivamente, não há obstrução à circulação das águas subterrâneas.-----

----- Refere também a questão dos espaços livres, eu devo dizer que a opção que foi tomada e que nós defendemos é que no aterro de Santos, portanto, entre a linha do caminho-de-ferro e a margem do rio não devem existir novas construções e que os espaços devem ser utilizados, essencialmente, para equipamentos desportivos e de lazer, porque aí sim, existem condições para ter áreas amplas para esse tipo de equipamentos. -----

----- E uma das Propostas que consta do Plano da Boavista Nascente, este que estamos a apresentar, a apreciar, é uma ponte pedonal e ciclável que irá ligar desde a Rua Dom Luís, até à outra margem do rio, portanto, à outra margem da linha de comboio, portanto, e que permitirá, exatamente, que seja uma área de usufruto com áreas de recreio, exatamente colocada na margem do rio. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhor Vereador. -----

----- Posto isto, estamos em condições de votar a Proposta 163/CM/2017. -----

----- Voto da **Proposta nº 163/CM/2017** – ‘Estabelecimento de Normas Provisórias por motivo da alteração do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente’. A

Proposta 163/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, abstenções CDS-PP, votos a favor do PS, PNP, 6IND. -----

----- Senhores Deputados, vamos agora passar à apreciação dos pacotes de Delegação de Competências. -----

----- A outra Proposta não tem que ser apreciada em conjunto com esta, a outra Proposta tem que se apreciada depois desta, eu penso que devemos dar prioridade, neste momento, ao pacotes de Delegação de Competências, a outra Proposta é só uma Proposta que se não conseguirmos chegar lá hoje, chegaremos para a semana, e as Delegações de Competências é conjunto enorme de Propostas. -----

----- Portanto eu pedia aos Senhores Deputados para passarmos, seguirmos a ordem normal da nossa Ordem de Trabalhos e passarmos a esta matéria da maior importância, o Ponto 7.1. -----

----- **PONTO 7 - APRECIACÃO CONJUNTA DAS SEGUINTE PROPOSTAS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO NAS FREGUESIAS, NOS TERMOS DAS MESMAS E AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DO ART.º. 23º, DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ARTIGO 25.º E DO ARTIGO 116.º, TODOS DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL (3 X GRELHA-BASE - 1 HORA E 42 MINUTOS):**

----- **PONTO 7.1 REAGENDAMENTO DAS PROPOSTAS AGENDADAS PARA 11.7.2017: PROPOSTA 367/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE MARVILA; PROPOSTA 368/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALCÁNTARA; PROPOSTA 369/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA ESTRELA; PROPOSTA 371/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ARROIOS (JARDINS); PROPOSTA 372/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE BENFICA (ALFARROBEIRA); PROPOSTA 373/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE BENFICA (BENSAÚDE); PROPOSTA 374/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALVALADE (PISTA CICLÁVEL); PROPOSTA 375/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CARNIDE; PROPOSTA 376/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO PARQUE DAS NAÇÕES; PARECER CONJUNTO DA 1.ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES RELATIVO ÀS PROPOSTAS DE DELEGACÕES DE COMPETÊNCIA ACIMA INDICADAS; RECOMENDAÇÃO 4/148 (1ª E 5ª CP).**

----- (A **Proposta nº 367/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 368/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 369/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XIX** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 371/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XX** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 372/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 373/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 374/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 375/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXIV** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 376/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXV** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes** relativa às **Propostas de Delegação de Competências acima indicadas** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XXVI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 4/148** relativa às **Propostas de Delegação de Competências acima indicadas** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XXVII** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “O Ponto 7.1 que é o reagendamento das Propostas que já tinha sido agendadas na semana passada de Delegações de Competências. -----

----- E pergunto à Câmara, peço desculpa, nós temos aqui uma apreciação conjunta dos 2 pacotes de Delegação de Competências, tenho 3 vezes a grelha base, portanto, temos que dar tempo para as pessoas se inscreverem se assim o quiserem.-----

----- E perguntar à Câmara, eu não vejo aqui o Senhor Vice-Presidente, se alguém da Câmara quer fazer a apresentação das Delegações de Competências? O Senhor Vice-Presidente não está. Não há apresentação das Delegações de Competências. -----

----- Pergunto agora aos Senhores Relatores, a Senhora Deputada Sofia Oliveira Dias e o Senhor Deputado Magalhães Pereira se querem fazer a apresentação dos 2 Pareceres?-----

----- Senhor Deputado Magalhães Pereira? Mas uma pergunta sobre os Pareceres sobre as Propostas? Sobre o 2º pacote? Muito bem, então, mas era bom estar aqui Senhor vice-Presidente para poder responder. Sim Senhor, já está aqui se o Senhor Vice-Presidente. Se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Lembrar-se-á que o Parecer relativamente ao 2º pacote, verificou a inexistência, num grande número de Propostas, tanto das declarações de fontes disponíveis, como dos cabimentos. Não sabemos, portanto, não temos notícias subsequentes. -----

----- O Parecer foi votado condicional à existência desses documentos financeiros, não temos conhecimento se eles existem ou não. Presumimos que se a Senhora Presidente está a pôr à discussão as Propostas, é porque já tem esses instrumentos financeiros, mas nós não temos conhecimento, do facto, Mo Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu, precisamente, estava a tentar recolher esses dados aqui junto dos meus serviços. Eu tenho os Pareceres, tenho os mapas originais que foram anexos Pareceres, aliás, que os Pareceres dizem que foram anexos aos Pareceres. Mas que o NAC não distribuiu, tenho os mapas originais e tenho os mapas anotados já com o que já veio e com o que já foi corrigido. -----

----- Não sei se devo estar aqui a discriminar todas as coisas que já foram corrigidas, mas posso fazê-lo desde que os meus serviços mos deem. -----

----- E eu tenho anotações relativamente ao 1º pacote e em relação ao 2º pacote, se os Senhores Deputados assim o entenderem, eu vou dar a explicação de tudo o que se passa. -----

----- Relativamente ao 1º pacote havia uma dúvida na Proposta 368 que era a ausência de uma cláusula de auditoria e fiscalização da execução do contrato, esta dúvida não tem esclarecimento, não existe mesmo esta cláusula. -----

----- Havia uma outra dúvida relativamente ao prazo de duração do contrato de Delegação de Competências. A questão do prazo de duração do contrato está esclarecida, não há contradição, o prazo de 12 anos é referente ao contrato de concessão enquanto que o contrato de delegação tem que ser necessariamente coincidente com os mandatos. -----

----- Relativamente às cláusulas da auditoria, a Gabinete do Senhor Vereador Sá Fernandes informa que levará que está de acordo, que introduzirá as cláusulas de auditoria e que isso levará, naturalmente, à numeração das cláusulas do contrato. -----

----- Portanto, aquela dúvida que tinha sido suscitada, estamos a falar do 1º pacote, de não existir cláusula de auditoria e de fiscalização do contrato nalgumas Propostas. Não há dúvidas, agora? Não levantaram essa questão. -----

----- Então vamos passar às dúvidas do 2º pacote. -----

----- As dúvidas do 2º pacote: a Proposta nº364, Arroios, já veio da DFD. A Proposta nº365 do Areeiro, já veio da DFD. A Proposta nº366 de Alvalade, já veio da DFD. A Proposta nº370 de Santa Clara, já veio da DFD. A Proposta nº398 de Alvalade já veio da DFD. A Proposta nº399 de Arroios, já veio da DFD. A Proposta nº400 de Benfica, tem a DFD já desde o dia 18. A Proposta nº401 de Campo de Ourique já veio da DFD. A Proposta nº 402 do Lumiar já veio da DFD. Já agora terminamos. A Proposta nº403 da Penha de França já veio da DFD. A Proposta nº404 é uma cedência gratuita, portanto, não precisa de DFD. Faltava da nº405, mas já chegou entretanto, que era a de Campolide. E as outras DFDs estão cá. Portanto, faltava DFD ainda da Proposta, nº

418 que é a das refeições saudáveis, para um conjunto de Freguesias, também já chegou, e as outras estão cá.-----

----- Portanto, depois de feita esta verificação, que os meus serviços só conseguiram concluir hoje. -----

----- Os cabimentos havia alguma dúvida? Tenho, preciso, poderá faltar aqui algumas dúvidas no cabimento. Já está tudo esclarecido, já está tudo esclarecido.-----

----- É que isto não pode ser distribuído, pela simples razão que foi até hoje, todo o dia, que tem estado a ser finalizado isto e a ser confirmadas estas informações, para estarmos em condições de votar. -----

----- Eu sei que sim, eu sei que trabalharam muito e tenho que agradecer, muito em particular, aos dois relatores, às duas Comissões e também às duas funcionárias quer a Doutora Alexandra, quer a Doutora Cristina, que foram incedíveis a fazer a verificação tão exaustiva quanto conseguiram deste enorme quantidade de Delegação de Competências, tendo consciência, que isto é muito importante para as Freguesias e que o tempo de apreciação era curtíssimo e, portanto, é justo fazer esta referência.-----

----- Eu até vos peço, independentemente do resultado da votação, uma salva de palmas para este esforço que foi, de facto, um esforço um esforço muito excecional. ---

----- Senhores Deputados eu pergunto se querem apresentar aos Pareceres? Os Pareceres chamam a atenção para a necessidade de haver correções, quer nas Propostas, quer nas cláusulas dos contratos, de acordo com estes mapas e com as questões que foram suscitadas nestes mapas.-----

----- Isto já foi tudo conferido com os serviços dos vários Vereadores e está, naturalmente, a Câmara fará todas estas correções.-----

----- Seja como for, as Propostas vão ser postas à votação, condicionadas à correção do clausulado e do texto das Propostas, naquilo que foi identificado nestes mapas anexos e que não era simplesmente erro material, porque o erro material não carece de um condicionamento da Assembleia Municipal, podemos corrigi-lo a todo o tempo. ---

----- Portanto, é nestas condições que estamos a pôr à vossa consideração estes 2 pacotes de Delegação de Competências. -----

----- Porque se temos Senhores Deputados inscritos? -----

----- Senhor Deputado, o Senhor Deputado Sobreda Antunes vai falar no seu tempo, mas tem tempo cedido também pelo PCP. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

-----“ Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Na Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal de hoje temos em agenda não um, não dois, nem sequer um pacote, mas sim um pacotão de 34 contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as várias Juntas da capital, abarcando um leque díspar de temas. -----

----- Perante tão rico e diversificado agendamento, seria praticamente impossível a cada deputada/o ou Grupo Municipal proceder, em consciência, à análise, compreensão e validação de cada uma destas delegações. Quem sabe, talvez o objetivo da Câmara fosse mesmo o inundar-nos com esta proliferação de deliberações,

de modo a votarmos apressadamente, inviabilizando que nos debrucemos com adequado fundamento sobre as matérias a delegar. E, por vezes, como diz o ditado popular, progenitores apressados procriam descendências imperfeitas. -----

----- Felizmente que a Mesa promoveu um grupo de apoio aos serviços, com o objetivo de conferir a harmonização e validação dos termos contidos nas propostas e nas minutas dos contratos, disponibilizando-nos um par de mapas resumo das propostas de delegação de competências, onde nos é enumerado um diversificado leque de potenciais falhas ou omissões processuais. -----

----- Desde valores incorretos, a ações do plano em desconformidade com o cabimento, a IVA indevidamente indicado, a ausências de cláusulas nas minutas, desde numeração errada de alíneas, a datas a caducar e a prazos de execução não conformes, a classificação de despesas trocadas, desde remissivas erróneas para anexos, até inclusão de anexos em propostas diferentes, há um pouco de tudo. E também alguma desatenção dos assessores. -----

----- Por estes motivos, as comissões da Assembleia decidiram recomendar que as votações apenas decorram após a atempada apresentação, pelo executivo, dos documentos em falta, incluindo as indispensáveis correções. A Senhora Presidente já confirmou agora a instrução da informação necessária à competente deliberação por esta Assembleia. Mas, e o que fazer se alguma proposta se basear em estudos que nem sequer estejam devidamente conformes com a realidade do que se passa no terreno? ---

----- Tomemos então uma das propostas a título exemplificativo, mais concretamente, a nº 402/2017. -----

----- Como sabemos, a Lei nº 56/2012, de 8/11, define no seu artigo 12º as competências próprias das Juntas de Freguesia na área dos equipamentos. E desde 10/3/2014, as Juntas de Freguesia de Lisboa assumiram, quase na globalidade, a criação, construção, gestão e manutenção de diversos equipamentos públicos, entre os quais se encontram os parques infantis. Nos termos da alínea k) do artigo 12º da citada Lei, são hoje competências próprias das Juntas, criar, construir, gerir e manter parques infantis públicos. -----

----- No entanto, qualquer requalificação de parques infantis compreende intervenções por vezes mais abrangentes, sublinho, mais abrangentes, que, pela sua natureza e características, não assumem uma dimensão de mera conservação e manutenção, mas sim de requalificação e beneficiação, integrando-se nas competências próprias da Câmara (previstas na alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12/9). Daí que, no caso presente, o executivo pretenda, e bem, delegar na Junta este tipo de obras. -----

----- No caso da área geográfica do Lumiar, já em Dezembro de 2015 ‘Os Verdes’ haviam procedido a um levantamento sintético sobre o estado destes equipamentos lúdicos infanto-juvenis, apresentando de seguida uma recomendação que seria aprovada por unanimidade. E julgamos ser neste contexto que surge, finalmente, esta proposta de delegação de competências para que a Junta do Lumiar disponha dos meios indispensáveis para a execução destas tão necessárias obras, com a qual nos congratulamos. -----

----- Assim, e de acordo com a planta de localização anexa à Proposta nº 402/2017, a Câmara transfere para a Junta as intervenções necessárias à requalificação de 11 grupos de parques infantis na Freguesia do Lumiar, nomeadamente nas ruas Adriana Vecchi (I e II), Alameda da Música, Frederico George, Francisco Gentil, Mário Albuquerque, Agostinho Neto, Ruben Cunha, Mahatma Gandhi (I e II), Mark Athias, Henrique Martins Gomes, Praça Rainha Santa, bem como a criação de um novo parque infantil na Urbanização Quinta de Alvalade, com a afetação total da quantia de 73.850 €. Desta verba, 40% do total das intervenções apenas será transferido numa 2ª prestação, após a conclusão das obras. O que significa que a Junta terá, injustamente, de custear a suas expensas o desenrolar das obras. -----

----- Deste modo, de acordo com a minuta do contrato de delegação de competências, no âmbito da requalificação dos Parques Infantis na Freguesia do Lumiar, vai competir à Junta, mais especificamente, a substituição ou reabilitação de equipamentos infantis, no respeito pelas normas regulamentares em vigor, e a substituição ou reabilitação de brinquedos, vedação periférica e outros elementos, nos locais numerados e assinalados em planta anexa à proposta.-----

----- E até que ponto é que o inventário das deficiências a reparar ou substituir estão corretamente listadas? Quem terá elaborado os estudos necessários e apresentou as medidas corretivas a introduzir nos parques infantis? Terão sido os serviços da Junta, como se informa na alínea h) dos considerandos da proposta ou terão sido os serviços camarários, de acordo com a alínea j) da minuta do contrato da mesma proposta? Como se constata, divergências não faltam. -----

----- Estranho ainda é o facto de o levantamento efetuado, tenha ele sido produzido pela Câmara ou pela Junta, não conferir com as condições reais que se observam no terreno. Por isso, num papel estritamente construtivo, 'Os Verdes' sempre estiveram disponíveis para assinalar as medidas ou apoiar ações que permitam aos munícipes, no caso presente às crianças, beneficiar de equipamentos em bom e seguro estado de uso.

----- Optámos então, também nós, primeiro por voltar aos locais e, adicionalmente como contributo, produzirmos depois uma tabela que permitisse cotejar as obras previstas executar com o estado físico real destes 11 grupos de parques infantis. E tivemos em conta se dispunham de chafarizes, bancos, papeleiras, o tipo de piso ou informação de socorro. Passemos então a enumerar e a explicar, como se apresentam cada um dos parques, cotejando com a proposta da Câmara em epígrafe. -----

----- No 1º deles, existe um chafariz duplo, mas um deles está sem água, e diz-se que se pretende reparar as madeiras da vedação. Porém, não existe qualquer vedação em madeira, pois o muro é em pedra e com gradeamento metálico.-----

----- Noutro grupo, não existem chafariz, bancos e papeleiras. Não existem as correntes de suspensão do baloiço, pelo que não faz qualquer sentido que apenas se pretenda arranjar o assento do baloiço. Também não existe corda na vedação, que por acaso, desta vez, até é de madeira. Este grupo é ainda composto por um segundo parque que nem sequer foi contemplado, e que na sua estrutura não possui 2 baloiços, nem chafariz, nem bancos, nem papeleiras. Existe ainda um 3º parque neste conjunto,

também não contemplado, ao qual lhe falta todos os sinais de trânsito no circuito de aprendizagem. -----

----- O parque seguinte encontra-se em bom estado geral e, não existindo vedação em madeira, também não se compreende como se pretende substituir as inexistentes vedações de madeira. Mais estranho ainda é que o número de telefone de socorro, estamos a falar a Junta de Freguesia do Lumiar, se localize no nº452 da ultra distante Estrada de Benfica. -----

----- Outro dos parques apresenta-se também em bom estado geral, pelo que não se compreende o porquê para uma reparação profunda dos seus equipamentos. Depois, diz-se que precisa da reparação de baloiço, mas nenhum dos 2 baloiços precisa dela. Tem chafariz, mas que está avariado com o botão partido há vários anos. Em contrapartida tem vários bancos com tábuas rachadas, mas essa deficiência também não está prevista ser arranjada, os bancos estão dentro do parque, claro. -----

----- O parque seguinte tem chafariz, mas que está avariado ou desligado da rede. Também se pede a reparação de baloiço, quando não tem qualquer estrutura para baloiço. Estranha-se ainda que o estudo da obra não tenha inventariado uma vedação metálica quebrada, devido a queda de uma árvore para dentro do parque infantil, já há alguns meses. -----

----- O que se segue localiza-se num condomínio, onde não existe chafariz, bancos e papeleiras junto ao parque. Prevê-se a reparação de um baloiço, mas, de facto, tem 2 partidos. Confirma-se que tem vedação de madeira em falta. -----

----- O grupo seguinte, que serve os escalões etários dos 2 aos 6 e dos 6 aos 15 anos, encontra-se em bom estado geral. No entanto, dos 2 chafarizes, 1 está semi avariado e o outro semi desparafusado do chão, podendo mais tarde vir a tombar com o peso de um utilizador. -----

----- No equipamento seguinte diz-se que se pretende substituir a vedação, porém a vedação metálica apresenta-se em bom estado geral, já o chafariz está avariado ou desligado da rede. -----

----- Outro dos parques tem 1 dos 2 baloiços partidos, porém não está contemplado qualquer arranjo. Tem um chafariz em pedra que, apresentando-se com o manípulo partido, não deita água. -----

----- No parque seguinte, que também tem um chafariz em pedra, pretende-se criar um parque acessível. Porém, hoje, até já lá existe rampa para deficientes motores. -----

----- Finalmente, há alguns parques, da tal lista que foi inventariada, que nem sequer foram estranhamente contemplados. -----

----- Compreende-se que um deles, por ser da Câmara, em plena Quinta das Conchas. Pergunta-se, no entanto, à Câmara, para quando o seu arranjo? Um outro, que tem vedação em pedra e madeira, encontra-se totalmente degradado, pelo que não se entende porque não foi considerado. E existe ainda um terceiro, que também não tem chafariz e que, por até ter um aviso que diz 'atenção perigo queda de azulejos', com fita vermelha a isolar a vedação de madeira, não se compreende que tenha ficado omissão do estudo. -----

----- Quanto ao parque a criar de raiz, como totalmente novo, deverá ser assaz pequeno, pois custará apenas 1/5 do valor da reparação de um dos outros. -----

----- À margem da proposta, assinale-se que a esmagadora maioria não tem chafarizes em funcionamento para as crianças ou adaptado à sua altura, nem de aproveitamento de água para caniços, o que contraria uma boa prática já em curso pela atual vereação. -----

----- E antecipando-nos ao caso de, de seguida, alguém tentar proferir alguma pseudo iluminada contestação às afirmações que ‘Os Verdes’ acabam de reproduzir, não vale a pena o esforço pois, nesta *pen* estão aqui contidas imagens de vários dos referidos parques infantis, feitas este fim de semana, que atestam a veracidade das nossas observações. -----

----- Em conclusão, Senhora Presidente, se prevalecer a segurança das nossas crianças, é fácil depreender-se que a Proposta nº 402/2017 não se encontra totalmente em condições formais e financeiras de ser hoje aqui aprovada, pelo que propomos seja primeiro refeita em sede de Município e de novo aqui apresentada, claro. Só esperamos que estes exemplos de deficiência não tenham alastrado às restantes 33 propostas de delegação de competências e às quais o Grupo Municipal de ‘Os Verdes’, ao contrário da nº 402, vai prestar o devido benefício da dúvida. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Muito obrigado pelo vosso severo escrutínio, eu tenho aqui assinalado que essa Proposta 402 tem, de facto, está condicionada a algumas correções e, portanto, só poderá ser votada nessas condições, como, aliás, outras também estão, mas vamos continuar debate.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Delgado Alves (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Deputados, procurarei ser telegráfico mas também começo por uma nota prévia e alguma perplexidade, porque ouvimos o Senhor Deputado Sobreda Antunes dar nota que não quer deliberar em consciência e também, seguramente, não deixará de trazer aqui um contributo construtivo para estes trabalhos. -----

----- Ora, é surpreendente, uma vez que esta mesma deliberação já foi aprovada na Assembleia de Freguesia do Lumiar uma vez que já estava aprovada na Câmara Municipal e para anteciparmos e não realizarmos uma Sessão Extraordinária até já fizemos a sua discussão. Há cerca de, se a memória não me atraiçoa, foi cerca de dia 20 de Junho, portanto, há mais de um mês que esta possibilidade de esclarecimento e de dúvidas a colocar poderiam ter sido colocadas com toda a, digamos, a certeza, para poder decidir em consciência hoje mesmo. -----

----- Curiosamente, também tendo dado nota destas imensas dúvidas e, no fundo e perplexidades relativamente a Proposta, disponibilizei-me, também, para que o Senhor Deputado Sobreda Antunes e no quadro dos trabalhos de apreciação, poder avaliar um a um, para podemos constatar se existem, ou não, discrepâncias face ao

que está na Proposta e alguma dúvida que possa condicionar a aprovação daquilo que aqui é apresentado.-----

----- Infelizmente, o Senhor Deputado Sobreda Antunes não manifestou disponibilidade para tentar perceber, efetivamente, no detalhe e para podermos cotejar, já naquilo que temos, os elementos que vou já de seguida transmitir à Assembleia, porque pude verificar que, quer o levantamento que a Junta de Freguesia realizou, quer levantamento fotográfico então realizado, quer os detalhados elemento em relação a cada um dos brinquedos que foi fornecido no momento do levantamento feito pela Junta de Freguesia e depois confirmado pela Câmara Municipal, no quadro da elaboração desta Proposta e, portanto, infelizmente, infelizmente, se calhar, gostam de nos ouvir a mim e ao Doutor Sobreda Antunes, podemos partilhar este momento aqui na Assembleia Municipal, mas eu acho que estamos todos bastante saturados, para termos que estar aqui a perder tempo indo ao detalhe de cada um. -----

----- Mas façamos este exercício porque acho que não é perder tempo e é talvez um exercício também de responsabilização daquilo que é a intervenção nestes momentos. -

----- Em 1º lugar nenhuma das intervenções relativas a parques infantis abrange a recuperação de fontanários e de bebedouros, porque o seu objeto não é esse. Esse é um objeto diferente e portanto, nenhum deles, efetivamente, em muitos deles há bebedouros que não estão a funcionar, noutros estão em processo de reparação, mas é um trabalho autónomo, e que estamos a realizar, sem a necessidade de um protocolo da delegação de competências porque se constatou que não era matéria suficientemente estruturante para poder merecer essa intervenção. -----

----- Em 2º lugar e, começando pela 1ª, enfim, o Senhor Deputado não identificou um, mas, como imagino que estivesse a seguir a lista, eu consigo identifica-los. Esta nota de que, aparentemente, temos vedações madeira que na realidade não existem. Bom, tinha prestado mais atenção quando foi fazer a visita aos parques infantis porque, nos 2 casos que as identificou, efetivamente, a vedação exterior, muitas vezes é de metal. Sucede é que dentro de parques infantis, quando o parque infantil inclui um baloiço, o baloiço ele próprio está vedado do restante precisamente para evitar que as crianças se aproximem e levem com um baloiço em cima.-----

----- Eu próprio quando era um petiz, precisamente parti um dente quando levei com um baloiço, enfim, eu ia dizer nas trombas, mas isso é desagradável, mas na minha frente, na minha angelical frente. Efetivamente, hoje agradeço que seja colocada uma vedação, sim! De madeira! para evitar que as crianças se aproximem da zona dos baloiços e, portanto, sim! No parque infantil! O 1º que identificou que é o da Adriana Vecchi, existe, efetivamente, uma zona de madeira que vai ser reparada dentro do parque infantil, não a vedação exterior. -----

----- Depois por outro lado, efetivamente, há locais em que há imprecisões, eu detetei duas. Num caso refere-se a uma referência, a uma reparação de madeiras da vedação, da realidade é as madeiras de um banco e, noutro caso há um local em que diz baloiço, mas devia dizer balancé o que, em termos técnicos é, de facto, uma coisa diferente: o baloiço e uma estrutura que baloiça e o balancé é uma estrutura colocada que corresponde essencialmente a uma mola. Mas, de facto, há aí um pequeno lapso,

mas é um lapso ao nível da identificação de um equipamento a reparar, não tem a ver com a globalidade da estrutura e da Proposta apresentada que, de facto, correspondem cada um destes casos a reparações a terem de ser realidades. -----

----- E acrescentava mais uma coisa, efetivamente, detetou algumas coisas que nós próprios já temos detetado, desde o momento em que foi feito o 1º levantamento e a 1ª elaboração, até ao momento em que foi ao Presidente da Câmara Municipal e depois à Assembleia de Freguesia e agora à Câmara Municipal. Porque, infelizmente, os parques infantis estão no exterior, estão na rua e, infelizmente, são danificados mesmo quando nós estamos a preparar um protocolo da delegação de competências para resolver os problemas que já tínhamos registados. E, portanto, manifestamente há 2 ou 3 casos em que já temos noção disso, em particular na Alameda da Música e, aliás, há 2 parques infantis na Alameda da Música, um está aqui incluído e tem estas reparações e, entretanto, já foi vandalizado e, portanto, terá mais alguns elementos que aqui não estão contemplados e, obviamente, não justifica uma revisão da Proposta, mas, para além disso, há um outro, que é precisamente aquele que referiu, dos sinais de trânsito colocado mais da zona próxima da Avenida David Mourão-Ferreira, mas é efetivamente aquilo a que estamos a constatar é que aquele parque infantil pela sua sistemática destruição, infelizmente, enfim, não podemos controlar alguns hábitos de vandalismo na cidade, não justifica a sua reabilitação como já fizemos noutros locais e, portanto, estamos a estudar uma solução diferente para, eventualmente, ali o substituir.-----

----- Dava ainda nota de mais 3 coisas. Em 1º lugar no parque que vamos criar como parque acessível, as estruturas ali existentes, apesar de aparentemente permitirem a utilização por crianças com mobilidade condicionada, efetivamente, não é um parque acessível como aquele que ali se pretende instalar. -----

----- No que respeita ao outro novo parque na urbanização da Quinta de Alvalade é, efetivamente, um parque de muito pequena dimensão mas é a uma solicitação dos moradores, na sequência da requalificação daquele espaço que resultou de uma antiga garantia prestada pelo empreiteiro que não a realizou e que está neste momento em obra e que nós ainda somos capazes de sensibilizar o Arquiteto responsável e ainda conseguimos incluir uma pequena zona de parque infantil. Portanto, de facto, é um parque de pequena dimensão, mas para servir, efetivamente, uma nova zona verde da cidade, que nos parece particularmente relevante. -----

----- E ainda uma última nota, também esta é uma bocado perplexisante quanto à ideia de repartição de encargos, entre os 60% e os 40%, de repente, significar uma coisa nova e astronomicamente inovadora. Se olharmos para os protocolos de delegação de competências, efetivamente, a regra na distribuição, a regra, não é uma regra, não é vinculativa, mas tem sido a praxe na distribuição de recursos para as Freguesias neste domínio, é precisamente por ser uma 1ª tranche de 60% e depois fazer uma tranche de 40% quando concluídos. Obviamente, há alguns casos excecionais em que o valor da distribuição é distinto, há casos em que é integralmente pago depois, há casos em que é integralmente pago antes e, portanto, isso é uma questão que não tem nada a ver com a capacidade financeira, quer Município, quer da Freguesia, tem a ver com a

natureza e com a estrutura daquilo que são os procedimentos de contratação pública a realizar. -----

----- Finalmente, e agora, sim, para terminar. Não penso que esta minha intervenção seja pseudo iluminada como antecipou, talvez já sabendo que eu vinha aqui dar uma nota de algumas coisas, o Senhor Deputado Sobreda Antunes, eu acho que também não vale a pena enveredarmos por esse caminho, são os esclarecimentos que se prestam no quadro de dúvidas que podem existir e que já existissem, podiam já ter sido prestadas nesta Assembleia, quer no momento de elaboração das Propostas, quer no momento da sua discussão, quer nas várias fases desde junho, pelo menos, em que estão publicitados e que dúvidas pudessem existir. -----

----- Portanto, parece-me e aqui, Senhora Presidente, concluía, que tinha sido detetado um lapso, esse sim, importante, que tinha a ver com se com uma operação de soma destes valores, percebeu-se que era um valor que estava duplicado, penso que a questão está sanada e ultrapassada. Os valores estão cabimentados, os valores estão compromissados, os valores relativamente a cada uma destas intervenções está também bem identificada e, mais uma vez, não é excludente de que se, efetivamente, depois da celebração deste protocolo e, aliás, em bom rigor, depois do levantamento feito para a celebração deste protocolo, se detetarem outras anomalias, necessariamente e, obviamente, elas também serão corrigidas, como tem sido sempre a praxe no que respeita à manutenção dos parques infantis e de outros equipamentos similares e, portanto, penso que estão mais do que reunidas condições para podermos fazer a aprovação na Sessão de hoje, obviamente, com as restantes condicionantes de documentação que as outras 32 Propostas também partilham. -----

----- E também mais uma nota e, sim, final, agora genérica não especificamente quanto aos parques infantis e este protocolo de delegação de competências. Também parece que não é a 1ª vez que esta Assembleia Municipal, no quadro os seus trabalhos normais, faz umas maratonas para as quais, felizmente, temos serviços e Deputados Municipais disponíveis para o fazer, em prol de todas as Freguesias da cidade, de todas as forças políticas e com a vontade, efetivamente, de se conseguir realizar tarefas importantes para os Municípios e para os fregueses de todas estas Freguesias e, portanto, eu penso que este espírito construtivo, se estiver em cima da Mesa, no espírito de todos, como esteve em relação a todos os outros protocolos de delegação de competências, este ano e no ano passado, seguramente, alcançarmos um resultado benéfico e positivo a cidade. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Senhores Deputados, pergunto se há mais alguns Senhores Deputados inscritos? Não há mais Senhores Deputados inscritos. -----

----- Pergunto se a Câmara tem mais alguma coisa a acrescentar? Não há intervenção da Câmara. Então, nesse caso, estamos em condições de votar. -----

----- Senhores Deputados, naturalmente, temos que votar as Propostas todas uma a uma, a Mesa irá chamar a atenção, uma a uma, sobre se ela está ou não condicionada a correções que constam dos mapas na sua versão atualizada. -----

----- Há umas que estão já completas, que não têm qualquer condicionamento, portanto, estão em condições de ser aprovadas sem qualquer condicionamento. -----

----- As que estiverem condicionadas estão condicionadas à Recomendação que vem das 2 Comissões e do Parecer dos relatores, no sentido de serem introduzidas as correções e alterações contratuais, conforme consta do mapa.-----

----- Não estamos aqui a considerar as da DFD nem os cabimentos, isso já foi tudo verificado. O que interessa aqui é efetivamente as correções do articulado e das Propostas. -----

----- A 1ª Proposta que temos que pôr à votação é a Proposta nº367 é uma Delegação de Competências com a Freguesia de Marvila. Não está condicionada, está correta está completa, está em condições de ser votada, tal como está. E vou pôr à votação a Proposta nº367.-----

----- Voto **da Proposta nº 367/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Marvila’. A Proposta 367/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Vamos passar a Proposta nº368 que esta sim, está condicionada há correções materiais a introduzir que estão identificadas no mapa anexo ao Parecer. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **da Proposta nº 368/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alcântara’. A Proposta 368/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº369 também está condicionada tem que ser votada condicionada às introdução das correções. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **da Proposta nº 369/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Estrela’. A Proposta 369/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº371 também ela está condicionada à introdução de correções. -----

----- Voto **da Proposta nº 371/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios’. A Proposta 371/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta 372 está em condições ser votada tal como está. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **da Proposta nº 372/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica’. A Proposta 372/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há

abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta 373 também na Freguesia de São Domingos de Benfica, mas é outro parque, é Bensaúde, vamos pôr à votação. Também não carece condicionamento. Vamos pôr à votação.

----- Voto **da Proposta nº 373/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica’. A Proposta 373/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº374 que é na Freguesia de Alvalade, pista ciclável. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **da Proposta nº 374/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade’. A Proposta 374/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº375 que tem a ver com a Delegação de Competências com Freguesia de Carnide. Tem que ser condicionada porque há correções a introduzir. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **da Proposta nº 375/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Carnide’. A Proposta 375/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº376 no Parque das Nações não tem condicionamentos. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **da Proposta nº 376/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Parque das Nações’. A Proposta 376/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções CDS-PP, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Temos agora a Recomendação 4/148 que é apresentada pela 1ª e 5ª Comissões Permanentes, que eu vou pôr à votação. A Recomendação, estamos em condições de votar a Recomendação? Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **da Recomendação nº 4/148** relativa às Propostas 367/CM/2017, 368/CM/2017, 369/CM/2017, 371/CM/2017, 372/CM/2017, 373/CM/2017, 374/CM/2017, 375/CM/2017, 376/CM/2017. A Recomendação nº 4/148 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND.” -----

----- **PONTO 7.2 NOVOS AGENDAMENTOS: PROPOSTA 364/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ARROIOS (QUIOSQUE); PROPOSTA 365/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E**

A FREGUESIA DO AREIRO; PROPOSTA 366/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALVALADE (QUIOSQUE); PROPOSTA 370/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE SANTA CLARA; PROPOSTA 398/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALVALADE; PROPOSTA 399/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ARROIOS; PROPOSTA 400/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE BENFICA; PROPOSTA 401/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE; PROPOSTA 402/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO LUMIAR; PROPOSTA 403/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA PENHA DE FRANÇA; PROPOSTA 404/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CAMPOLIDE; PROPOSTA 405/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CAMPOLIDE; PROPOSTA 408/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA AJUDA; PROPOSTA 409/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ARROIOS; PROPOSTA 410/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE BELÉM; PROPOSTA 411/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE BENFICA; PROPOSTA 412/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE; PROPOSTA 413/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO LUMIAR; PROPOSTA 414/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DA MISERICÓRDIA; PROPOSTA 415/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DOS OLIVAIS; PROPOSTA 416/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE BENFICA; PROPOSTA 417/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE S. VICENTE; PROPOSTA 418/CM/2017 - DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS, NO ÂMBITO DO PROJETO DAS REFEIÇÕES ESCOLARES SAUDÁVEIS, ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E AS FREGUESIAS DE ALCÂNTARA, BENFICA, CAMPOLIDE, ESTRELA, OLIVAIS E SÃO DOMINGOS DE BENFICA; PROPOSTA 452/CM/2017 -

ADENDA AO CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE BENFICA; PROPOSTA 453/CM/2017 - ADENDA AO CONTRATO DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DO LUMIAR; PARECER CONJUNTO DA 1ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES SOBRE AS PROPOSTAS ACIMA INDICADAS; RECOMENDACÃO 3/149 (1ª E 5ª CP).

- (A Proposta nº 364/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXVIII e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 365/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXIX e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 366/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXX e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 370/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXI e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 398/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXII e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 399/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXIII e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 400/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXIV e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 401/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXV e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 402/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXVI e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 403/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXVII e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 404/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXVIII e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 405/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XXXIX e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 408/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XL e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 409/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XLI e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 410/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XLII e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 411/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XLIII e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 412/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XLIV e dela faz parte integrante).-----
- (A Proposta nº 413/CM/2017 fica anexada à presente Ata, como Anexo XLV e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 414/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XLVI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 415/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XLVII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 416/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XLVIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 417/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo XLIX** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 418/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo L** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 452/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo LI** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Proposta nº 453/CM/2017** fica anexada à presente Ata, como **Anexo LII** e dela faz parte integrante).-----

----- (O **Parecer da 1ª e 5ª Comissões Permanentes** relativa às **Propostas de Delegação de Competências acima indicadas** fica anexado à presente Ata, como **Anexo XLXIII** e dela faz parte integrante).-----

----- (A **Recomendação nº 3/149** relativa às **Propostas de Delegação de Competências acima indicadas** fica anexada à presente Ata, como **Anexo LIV** e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- Entramos agora no 2º pacote de agendamentos que é um pouco mais longo. Assim, eu tenha fôlego para ir dizendo estas votações todas, vamos a isto. -----

----- Proposta nº364, condicionada à introdução das correções é a Delegação de Competências na Freguesia de Arroios. -----

----- Voto **da Proposta nº 364/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios’. A Proposta 364/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 365 da Freguesia do Areeiro também condicionada.-----

----- Voto **da Proposta nº 365/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Areeiro’. A Proposta 365/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº366 também condicionada.-----

----- Voto **da Proposta nº 366/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade’. A Proposta 366/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Voto **da Proposta nº 370/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Santa Clara’. A Proposta 370/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº398 não tem condicionamentos é na Freguesia de Alvalade e vamos pôr à votação. -----

----- Voto **da Proposta nº 398/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Alvalade’. A Proposta 398/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, não há votos contra, abstenções PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT votos a favor do PS, PSD, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº399, Arroios, não precisa de condicionamento, vamos pôr à votação. -----

----- Voto **da Proposta nº 399/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios’. A Proposta 399/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº400 na Freguesia de Benfica também condicionada, vamos pôr à votação. -----

----- Voto **da Proposta nº 400/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica. A Proposta 400/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 401 condicionada na Freguesia de Campo de Ourique.

----- Voto **da Proposta nº 401/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campo de Ourique’. A Proposta 401/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Voto **da Proposta nº 402/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Lumiar’. A Proposta 402/CM/2017 foi **aprovada por maioria**, votos contra BE, PEV, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, CDS-PP, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- O Senhor Deputado está a falar de uma declaração de voto sobre tudo o que já votámos ou sobre esta que estamos a votar agora? sobre a Proposta nº402. Muito bem, fica registado.” -----

----- **O Grupo Municipal do PCP** apresentou, posteriormente, a seguinte **Declaração de Voto:** -----

----- “*Votamos a favor da delegação de competências na Freguesia do Lumiar como de resto é nossa prática geral, no entanto não podemos deixar de valorizar a denúncia factual apresentada e documentada na Assembleia pelo Deputado Sobreda*” -----

Antunes que mostrou a falta de rigor e concordância do conteúdo da proposta com a realidade no terreno. -----

----- *O nosso voto favorável teve em conta os interesses imediatos dos cidadãos do lumiar mas não deve ser entendido como o branqueamento desta má pratica dos executivos municipal e da Junta de Freguesia.*-----

----- *Este exemplo deixa dúvidas sobre as restantes propostas de delegação de competências e comprova os malefícios da bem chamada «desorganização administrativa» imposta pela política de direita, PS/PSD, na cidade.* -----

----- *Assembleia Municipal de Lisboa, 19 de julho de 2017, Carlos Silva Santos.*” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal**, no uso da palavra continuou: -

----- “Vamos continuar com a Proposta nº 403, é condicionada também, Freguesia da Penha de França. -----

----- **Voto da Proposta nº 403/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Penha de França’. A Proposta 403/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 404 não tem condicionamentos na Freguesia de Campolide. -----

----- **Voto da Proposta nº 404/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campolide’. A Proposta 404/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 405 também de Campolide, mas uma outra matéria e vamos pôr à votação sem condicionamentos. -----

----- **Voto da Proposta nº 405/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campolide’. A Proposta 405/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 408 Freguesia da Ajuda sem condicionamentos. -----

----- **Voto da Proposta nº 408/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Ajuda’. A Proposta 408/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 409, Freguesia de Arroios sem condicionamentos, quando eu não digo nada, é porque não há condicionamentos. -----

----- **Voto da Proposta nº 409/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Arroios’. A Proposta 409/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 410 também não tem condicionamentos é a Freguesia de Belém. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **da Proposta nº 410/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Belém’. A Proposta 410/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Voto **da Proposta nº 411/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfca’. A Proposta 411/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 412 Freguesia de Campo de Ourique, vamos pôr à votação sem condicionamentos. -----

----- Voto **da Proposta nº 412/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Campo de Ourique’. A Proposta 412/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- Voto **da Proposta nº 413/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Lumiar’. A Proposta 413/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 414 também sem condicionamentos Misericórdia, pôr à votação. ---

----- Voto **da Proposta nº 414/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Misericórdia’. A Proposta 414/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 415, Olivais, sem condicionamentos, vamos pôr à votação. -----

----- Voto **da Proposta nº 415/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Olivais’. A Proposta 415/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 416 São Domingos de Benfca sem condicionamentos. Vamos pôr à votação. -----

----- Voto **da Proposta nº 416/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfca’. A Proposta 416/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 417 São Vicente, sem condicionamentos. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **da Proposta nº 417/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de São Vicente’. A Proposta 417/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 418 que é a Delegação de Competências do projeto Refeições Saudáveis, num conjunto Freguesias, também não tem condicionamentos. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **da Proposta nº 418/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências no âmbito do Projeto das refeições Escolares Saudáveis entre o Município de Lisboa e as Freguesias de Alcântara, Benfica, Campolide, Estrela, Olivais e São Domingos de Benfica’. A Proposta 418/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- A Proposta nº 452 que é uma adenda ao contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia do Benfica, sem condicionamentos. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **da Proposta nº 452/CM/2017** – ‘Adenda ao Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Benfica’. A Proposta 452/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra CDS-PP, abstenções MPT, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PEV, PAN, PNP, 6IND. --

----- A Proposta nº 453, na Freguesia do Lumiar, essa condicionada, porque há coisas a corrigir. Vamos pôr à votação.-----

----- Voto **da Proposta nº 452/CM/2017** – ‘Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Junta de Freguesia de Lumiar’. A Proposta 452/CM/2017 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP, 6IND. -----

----- E agora vamos pôr à vossa consideração a Recomendação 3/149 da 1ª e 5ª Comissões Permanentes. Vou pôr à votação.-----

----- Voto **da Recomendação nº 3/149** relativa às Propostas 364/CM/2017, 365/CM/2017, 366/CM/2017, 370/CM/2017, 398/CM/2017, 399/CM/2017, 400/CM/2017, 401/CM/2017, 402/CM/2017, 403/CM/2017, 404/CM/2017, 405/CM/2017, 408/CM/2017, 409/CM/2017, 410/CM/2017, 411/CM/2017, 412/CM/2017, 413/CM/2017, 414/CM/2017, 415/CM/2017, 416/CM/2017, 417/CM/2017, 418/CM/2017, 452/CM/2017, 453/CM/2017. A Recomendação nº 3/149 foi **aprovada por unanimidade**, não há votos contra, não há abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDP-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. -----

----- Senhores Deputados acho que já tivemos uma Sessão bastante intensa. São 20 para as 8. A Proposta do aditamento pode ser votada na próxima Sessão, porque ainda tem uma grelha que ultrapassa os 30 minutos e eu própria também já estou em condições de pouca frescura para um debate e, portanto, Senhores Deputados, queria

avisá-los que temos, para a semana, 2 Sessões. É bom tomarem devida nota na vossa agenda. Aquilo que puder ser agendado, será agendado para terça-feira. O que estiver pronto. -----

----- Para quinta-feira, haverá uma ou outra coisa que não está ainda pronta, que só pode ser agendada para quinta-feira. Mas temos sobretudo as Petições. -----

----- Eu faço um apelo aos Senhores Deputados para garantirmos o quórum de quinta-feira, porque eu não gostaria que nós fechássemos o mandato e deixássemos as Petições dos cidadãos sem resposta. Portanto, peço, faço um apelo especial para estarem cá na Sessão extraordinária de quinta-feira para podermos, efetivamente, dar resposta às Petições que estarão em condições de ser votadas. -----

----- Muito obrigada a todos Senhores Deputados pela vossa colaboração.” -----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e quarenta minutos. -----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014. -----

-----A PRESIDENTE -----